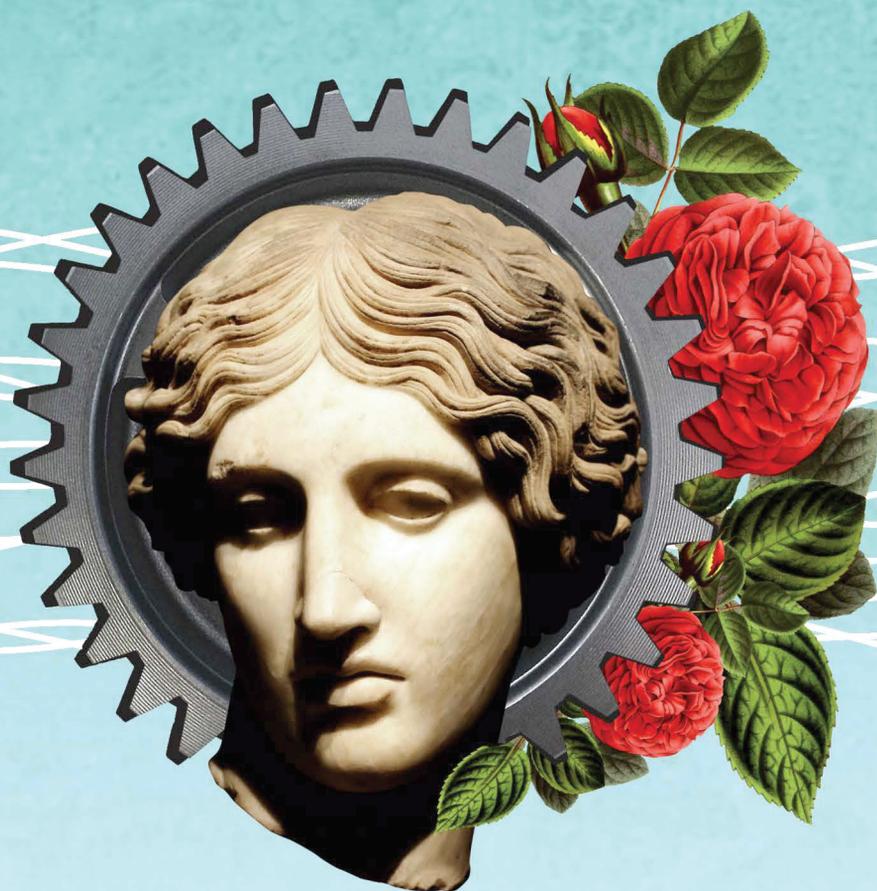


MULHERES EMPREENDEDORAS



A CONSTRUÇÃO DE UMA CAMINHADA

ANTHONY BEUX TESSARI
VANIA BEATRIZ MERLOTTI HERÉDIA
(ORGANIZADORES)

MULHERES EMPREENDEADORAS

A CONSTRUÇÃO DE
UMA CAMINHADA

Anthony Beux Tessari
Vania Beatriz Merlotti Herédia
[organizadores]

MULHERES EMPREENDEDORAS

A CONSTRUÇÃO DE
UMA CAMINHADA



EDUCS
COMUNIDADE

© dos organizadores

Capa: Marco Verdi

Revisão: Izabete Polidoro Lima

Editoração: Traço Diferencial

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
UCS – BICE – Processamento Técnico

M956 Mulheres empreendedoras : a construção de uma caminhada / org. Anthony Beux Tessari, Vania Beatriz Merlotti Herédia. – Caxias do Sul, RS : Educus, 2017.

184 p.; 23 cm.

Apresenta bibliografia
ISBN 978-85-7061-881-8

1. Empreendedorismo – Mulheres. 2. Mulheres – Emprego – Caxias do Sul. 3. Empreendedorismo. I. Tessari, Anthony Beux. II. Herédia, Vania Beatriz Merlotti. I. Título.

CDU 2. ed.: 005.342-055.2

Índice para o catálogo sistemático:

- | | |
|---------------------------------------|-------------------------------|
| 1. Empreendedorismo – Mulheres | 005.342-055.2 |
| 2. Mulheres – Emprego – Caxias do Sul | 331.5-055.2(816.5CAXIASDOSUL) |
| 3. Empreendedorismo | 005.342 |

Catalogação na fonte elaborada pela bibliotecária
Carolina Machado Quadros – CRB 10/2236

Direitos reservados à:



EDUCS – Editora da Universidade de Caxias do Sul

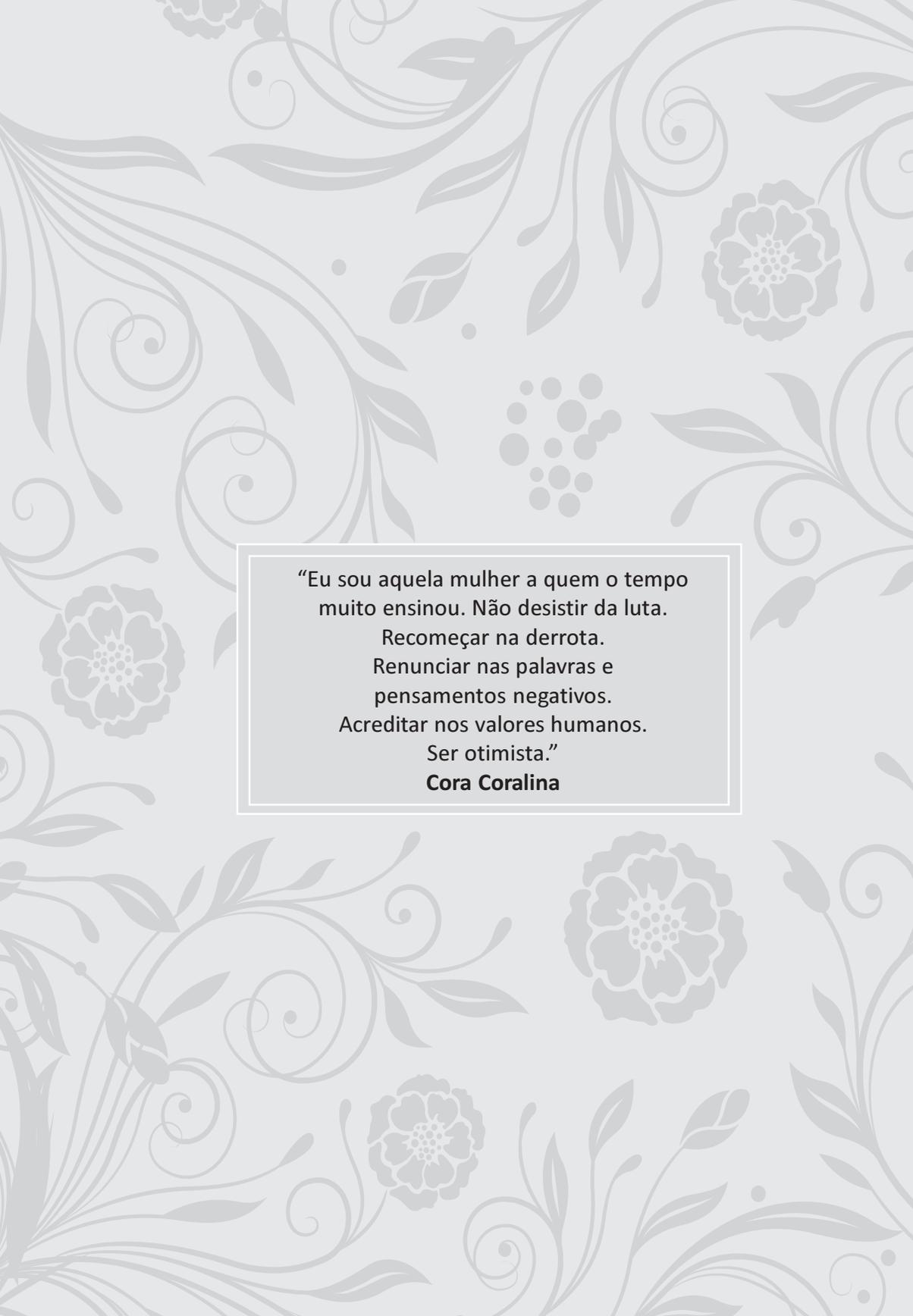
Rua Francisco Getúlio Vargas, 1130 – CEP 95070-560 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Ou: Caixa Postal 1352 – CEP 95020-972 – Caxias do Sul – RS – Brasil

Telefone / Telefax: (54) 3218 2100 – Ramais: 2197 e 2281 – DDR: (54) 3218 2197

www.ucs.br – E-mail: educus@ucs.br





“Eu sou aquela mulher a quem o tempo
muito ensinou. Não desistir da luta.

Recomeçar na derrota.

Renunciar nas palavras e
pensamentos negativos.

Acreditar nos valores humanos.

Ser otimista.”

Cora Coralina

Sumário

E eis que o sonho se transforma em realidade / 9
Mulheres que nos inspiram / 11
Introdução / 13

CAPÍTULO 1

O significado de empreender / 23

Perfil do empreendedor / 24

Empreendedorismo e desenvolvimento econômico / 27

Empreender, empreendendo! / 36

CAPÍTULO 2

Um passeio pelas conquistas femininas no Brasil / 45

CAPÍTULO 3

Empreendedorismo feminino: vozes do passado e do presente / 63

O fio que tece a história do empreender... / 64

Experiências do empreender nas vozes do passado / 67

Experiências do empreender nas vozes do presente / 72

Vida cotidiana e acervo de conhecimento / 80

Empreender na e com a comunidade / 89

Palavras nas experiências compartilhadas / 92

Retomando o fio que tece essa história / 106

CAPÍTULO 4

O mercado de trabalho feminino em Caxias do Sul / 23

CAPÍTULO 5

Gênese e consolidação do Conselho da Empresária/ 131

O nascimento do Conselho da Mulher Empresária e Executiva / 132

Consolidação do Conselho da Empresária / 141

Projetos promovidos pelo Conselho da Mulher / 144

Projeto Banco da mulher / 144

Projeto Comunidade / 146

Projeto Educação e Cultura / 147

Considerações finais / 149

Referências / 153

Conselho da Empresária em 2017 /

Presidentes do Conselho da Empresária desde sua fundação / 166

Integrantes do Conselho da Empresária desde sua fundação / 167

Acervo de memórias / 168

E eis que o sonho se transforma em realidade!

Temos, finalmente, a história do empreendedorismo feminino em Caxias do Sul e na região, registrada para todo o sempre. Mais emblemático ainda se torna este livro, quando sabemos que este projeto nasceu e se desenvolveu dentro da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul (CIC), uma entidade centenária que, embora predominantemente comandada por homens, foi pioneira em abrir suas portas e sua estrutura organizacional para as lideranças femininas e para a participação das empresárias que igualmente lutavam pelo crescimento da economia da nossa região. E assim, gradativamente, o empreendedorismo feminino ganhou força, espaço e importância.

Os avanços do *empreendedorismo feminino* trouxeram profundas mudanças na história da CIC. Lá se vão 20 anos desde que um pequeno grupo de empresárias se lançou ao desafio de criar um Conselho que as representasse em Caxias do Sul. A CIC não só acolheu a ideia como foi berço para que aqui nascesse o Conselho da Mulher Empresária e Executiva. De lá para cá, o que se viu foi o crescimento inegável do número de mulheres com participação decisiva nos destinos da entidade e nos cargos de maior liderança. A mulher passou a ocupar cadeiras na vice-presidência e na presidência do Conselho Deliberativo. Muito ainda temos que evoluir, mas a mulher conquistou espaços que nos permitem vislumbrar um futuro com maior igualdade, preservadas as características que nos tornam, homens e mulheres, diferentes no pensar, no agir, no liderar.

Empreender não é e nunca foi uma tarefa fácil, e muitos são os desafios encontrados pelas empresárias na gestão de seus negócios. As experiências de muitas destas mulheres agora estão contadas para que as próximas gerações saibam de suas preocupações, dificuldades, mas, principalmente, de suas conquistas.

Muito mais do que um desejo, este livro é uma necessidade, para que a história não se perca, ao contrário, seja perpetuada. Na condição de

presidente da entidade, resta-nos agradecer ao Conselho da Empresária da CIC esta bela iniciativa e a todos que, indistintamente, contribuíram para a consolidação deste projeto.

Nelson Sbabo
Presidente da CIC

Mulheres que nos inspiram

Acredita-se, hoje, que o empreendedor seja o “motor da economia”, um agente de mudanças. Muito se tem lido a respeito, e os autores oferecem várias definições para o termo. O economista austríaco Joseph Shumpeter (1883-1950), na obra “Teoria do Desenvolvimento Econômico” (cuja primeira edição é de 1934), associa o empreendedor ao desenvolvimento econômico, à inovação e ao aproveitamento de oportunidades em negócios.

Tomando como referência a definição do autor de *Mulheres empreendedoras: a construção de uma caminhada*, nasceu de um sonho do Conselho da Empresária da CIC, quando completa 20 anos.

Sonho que foi abraçado pela parceria e pelo apoio da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul (CIC), da qual o Conselho faz parte e da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

Esta obra tem a intenção de registrar a caminhada de várias empreendedoras da região nordeste da Serra gaúcha, a partir de uma fase em que a mulher deixou de ser mera coadjuvante para ser protagonista. Protagonista de projetos, processos, ideias inovadoras e da materialização de seus sonhos.

Caxias do Sul, a segunda maior economia do estado, tem registros de que, até o final de 2016, o número de empresas abertas por mulheres já ultrapassou os cinquenta por cento. Este número muito orgulha o Conselho, pois boa parte dessas empreendedoras, em sintonia com a tendência dos novos negócios no mundo, tem participado de seus projetos, além de tornarem-se, inspiração para muitas jovens empresárias ou futuras mulheres de negócios.

Este livro vai possibilitar, também, conhecermos melhor o perfil das mulheres que têm e tiveram uma atuação significativa na economia da região, desde os tempos de Gígia Bandera.

É inegável que a história da participação das mulheres nos negócios aumentou nessas duas décadas, sobretudo, a sua participação à frente de entidades de classe, espaço até então ocupado somente por homens. O que cabe destacar neste contexto, é a visão da CIC em apoiar os projetos do Conselho, oportunizar a participação de conselheiras em espaços diretivos e, principalmente, o apoio quando da constituição do Conselho, em 1997.

A união das mulheres empresárias, apresentando-se como novas lideranças, a cada gestão do Conselho, a coesão do grupo e as suas ações construíram a caminhada, porque para o empreendedor o ser é mais importante do que o saber e a empresa é a projeção da nossa imagem interior, do nosso ser em sua forma total.

Zeli Dambros

Presidente do Conselho da Empresária da CIC

Introdução

A proposta de escrever sobre o empreendedorismo feminino impôs um difícil desafio que foi aceito pela Universidade de Caxias do Sul, com a intenção de ouvir a história de mulheres e dar voz às suas narrativas, contando seus percursos, caminhadas, dilemas e mesmo contradições.

Uma das preocupações dessa produção é olhar para essas histórias; identificar suas contribuições; localizar seus contextos e analisar as dificuldades e os obstáculos do período, entendendo que a mulher empreendedora é aquela que transforma, que realiza, que enfrenta o risco, que ultrapassa as exigências do que é permitido, promovendo a inovação, modificando os ambientes comuns em necessários, os invisíveis em visíveis.

A importância da memória coletiva está que ela representa o sentimento do grupo ao qual ela faz referência. Muitas lembranças remetem à história de ações que as mulheres promoveram em benefício de uma luta constante e que faz parte de percursos revividos por elas. Algumas lembranças são comuns e constituem a memória do grupo, e outras lembranças são distintas: ajudam a reconstruir a memória coletiva. Nesse sentido, destaca-se a relevância dos registros das depoentes, que narram suas histórias dentro dos quadros sociais em que estão inseridas, marcadas pelo tempo e pelo espaço.

A valorização dos registros da memória de muitas mulheres, que construíram a história aqui descrita, mostra a força que tiveram para fazer seus enfrentamentos e ultrapassar as barreiras que as próprias instituições estabeleceram. Nessas narrativas, vemos os papéis serem desdobrados no interno da família, da educação, da fábrica, da empresa, das lojas, das organizações sociais; nos diversos setores da economia, evidenciando que a presença empreendedora das mulheres dá vida aos espaços comuns que são imprescindíveis para o funcionamento da sociedade e pela habilidade de lidar com as diversas estruturas de poder.

As narrativas dessas mulheres expressam a força das estruturas que participaram e das múltiplas formas de convivência que vivenciaram na luta invisível de cada grupo social. De acordo com Halbwachs (2004, p. 55), “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” e, para reconstruir essa memória, necessitamos dessas percepções que se cruzam e se complementam à medida que falam do mesmo acontecimento. Nesse sentido, as mulheres, que participaram e deram seus depoimentos para a construção deste estudo, fazem parte da história presente e aceitaram contribuir com seu testemunho acerca de suas experiências de trabalho, perpassando histórias de família, de empresas e de serviços. As narrativas expressam essas vivências, que ajudam a descrever a caminhada do empreendedorismo, e que fizeram suas histórias.

Dessa maneira, a pesquisa foi dividida em cinco momentos, que compreendem as trajetórias que aqui estão narradas. O primeiro capítulo sintetiza as diversas possibilidades de empreender, mostrando as concepções que envolvem o tema e as interpretações explicativas, que estão subjacentes ao próprio conceito. O tema empreendedorismo envolve uma série de dimensões que mostra que aquele que faz e transforma pode ser incluído na concepção, mesmo que revele os limites que nela estão imbricados. O capítulo foi escrito por Claudio Baltazar Corrêa de Mello – estudioso sobre o campo do empreendedorismo – e apresenta as principais concepções que sustentam os estudos acerca da temática. Na visão econômica, o empreendedor é aquele que enfrenta riscos, cria mercados, constrói novos produtos, supera as visões tradicionais e resolve uma série de problemas que parecem insolúveis, com a aplicação de novos paradigmas. Na visão econômica, matriz bastante complexa nos estudos acerca dos empreendedores, Mello escreve sobre o perfil do empreendedor, ajudando a entender quando as ações são dinâmicas, devido ao que as geram e quando apenas se dá em nível da reprodução. Mostra como as formulações econômicas neoclássicas têm sido relacionadas à tomada de decisões do empreendedor e da noção de negócios bem sucedidos que nascem dessas associações.

É necessário localizar que a concepção não trata só do gênio pesquisador, do inventor e do herói que salva as finanças públicas e privadas, mas daquele que tem capacidade de resolver problemas dentro da realidade e que projeta soluções adequadas para sua realização. Além da visão econômica, destaca a importância das qualidades e de atributos comportamentais que o empreendedor possui e que o ajuda na busca de resultados possíveis nas relações estabelecidas, relacionando essas qualidades às oportunidades que visualiza, aproveitando as condições

postas. Mello avança na discussão do conceito de empreendedor de Schumpeter, mostrando que além de um agente de modernização, tem ciência de inovação e liderança, e dialoga com outros autores, como Knight, Marshall, Kirzner, Casson e Shane, para entender essa visão. Os aspectos abordados na análise destacam os principais elementos que constituem o conceito de empreendedorismo, no que diz respeito à economia, à sociedade e aos comportamentos sociais que realçam as qualidades do empreendedor.

O segundo capítulo aborda o percurso histórico das mulheres na sociedade ocidental e mostra que, historicamente, as mulheres tiveram que lutar para participar da sociedade e que essas lutas abriram espaços formais que são hoje espaços reconhecidos. A trajetória das mulheres no Brasil retrata as lutas históricas em busca de direitos civis, políticos e sociais, cujos movimentos de cada época refletem as conquistas alcançadas. Apenas na década de 30 do século passado, a mulher brasileira pôde participar da vida política, o que expressa que a sua participação é recente, ou seja, não completou um século de experiências. O percurso evidencia a força dessas mulheres que abriram espaços para as demais e que ajuda a entender o contexto do empreendedorismo na nossa região.

O terceiro capítulo apresenta as diversas posições de mulheres que fizeram história na região nordeste do Rio Grande do Sul, por meio de depoimentos nos quais as mesmas contam suas trajetórias e falam sobre o que entendem por empreendedorismo e onde localizam as ações que caracterizam esse campo. Suas vozes são expressões e narrativas de suas experiências e expressam a riqueza das mudanças pelas quais passaram, tendo sido protagonistas dessas histórias.

O terceiro capítulo está dividido em dois momentos: as vozes do passado que nos legaram experiências da riqueza do empreendedorismo na região e as vozes do presente, que evidenciam por meio de narrativas das mulheres entrevistadas a vida cotidiana e o acervo de conhecimento que representam, o empreender na e com a comunidade e as experiências por meio das palavras.

O quarto capítulo examina o crescimento da participação da mulher no mercado caxiense, evidenciando sua presença no mercado de trabalho formal nas últimas décadas, incluindo jornada de trabalho e exigências de escolarização. Os dados aqui apresentados são provenientes do “Observatório do Trabalho”, da Universidade de Caxias do Sul, coordenado pela Profa. Lodonha Maria Portela Coimbra Soares, que tem realizado pesquisas importantes sobre a evolução da força de trabalho no mercado formal. A colaboração desse grupo de pesquisa foi imprescindível para a

realização deste capítulo, que ajuda a pontuar o crescimento da participação da mulher no setor econômico. Participaram da elaboração de tabelas: Lucas Demeda dos Santos, Pablo Eduardo Vailatti, Rute Martins Garcia Degrande e Yasmin Zanesi. A organização das tabelas e figuras deve-se a esses alunos que colaboraram para trazer a público esses dados.

O quinto capítulo descreve a trajetória histórica do Conselho da Empresária, que completa vinte anos de existência e comemora, por meio desta obra, os projetos que coordena e as ações que promove. Muitas ações foram realizadas nessas duas décadas e demonstram o empreendedorismo feminino na nossa região.

As entrevistas foram realizadas no período de 2016 e 2017, no Instituto Memória Histórica (IMHC) da Universidade de Caxias do Sul, por Anthony Beux Tessari e Vania Herédia. As depoentes foram indicadas pelo próprio Conselho da Mulher Empresária que, ao convidá-las, manifestou sua intenção de registrar a força que as mulheres tiveram no desenvolvimento econômico da região e de como suas ações contribuíram para atender a demandas e avançar nas instituições sociais das quais participam e representam. Colaboraram para a pesquisa documental: Cristiane Sebem Damo, Rubia Hoffmann Ribeiro e Pâmela Narjara de Los Lira, pelo IMHC/UCS, e Candice Giazzon e Marta Sfredo, pela CIC.

O método de análise está sustentado na História Oral, cujas questões norteadoras foram levantadas pelas experiências das mulheres. A escolha do método baseou-se na obra de Portelli (2001), cujos pressupostos teóricos baseiam-se na escuta do historiador e no discurso do narrador. Para Portelli (2001, p. 10), a História Oral pode ser entendida “como uma sequência dos processos e construções verbais gerados pelos encontros culturais e pessoais no contexto do campo de trabalho entre o narrador (ou narradores) e o historiador”.

A opção pela História Oral, como método, se deu por um fato comum à história das mulheres: a escassez de fontes escritas. As próprias obras anteriores a este livro, como *A força das Mulheres Proprietárias: histórias de vida (1875-1975)* de Loraine Giron e Heloísa Bergamaschi (1997); *Mulheres sem rosto: operárias de Caxias do Sul (1900-1950)*, de Maria Abel Machado (1998), e *Nossas Mulheres...: que ajudaram a construir Caxias do Sul*, de Maria Abel Machado e Leonor Aguzzoli (2005), procuraram destacar a atuação das mulheres na nossa região. Evidenciam esse problema das fontes, sendo necessária a sua produção, por meio de entrevistas. Além disso, o método apresenta-se indispensável ao ter em vista a atuação ainda ativa das entrevistadas, seja no Conselho da Empresária, nas suas empresas ou na sociedade.

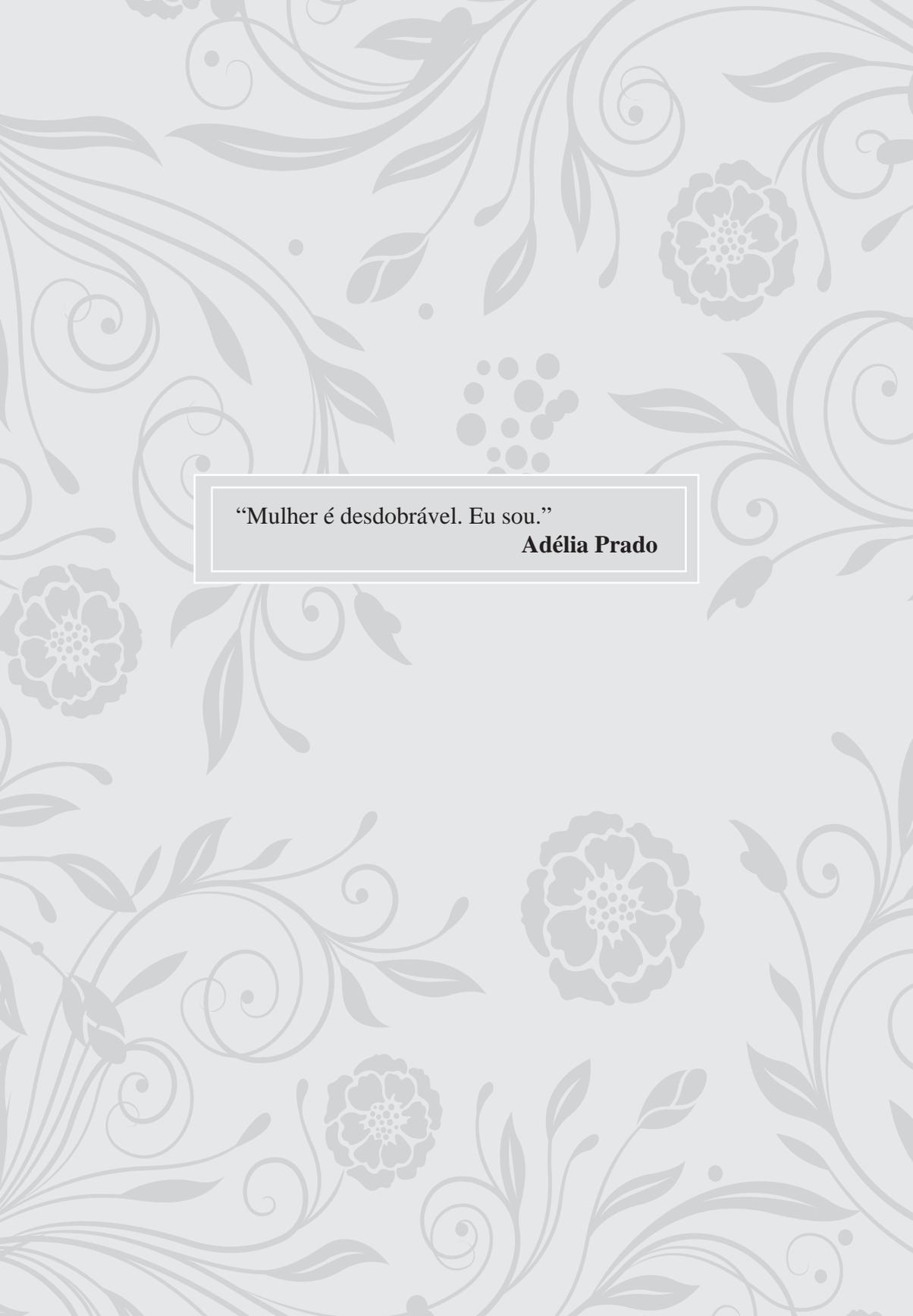
A escolha das entrevistas, sob o formato de grupo focal, seguiu a orientação de Gaskell (2000, p. 73) que afirma que a pesquisa com entrevistas se caracteriza como “um processo social, uma interação ou um empreendimento cooperativo, em que as palavras são o meio principal de troca”. Essa metodologia prega a interação e postula que, tanto o entrevistado quanto o entrevistador “estão de maneiras diferentes, envolvidos na produção de conhecimento”. (GASKELL, 2000, p. 73). A estratégia do grupo focal é que cada entrevistado expresse suas posições, confirmando ou confrontando as posições dos demais participantes do grupo, de forma espontânea e natural. O objetivo dessa metodologia é “estimular os participantes a falar e a reagir àquilo que outras pessoas no grupo dizem”. (GASKELL, 2000, p. 73). As vantagens dessa metodologia é que as observações que nascem das falas dos entrevistados derivam da própria interação e da construção que cada um dos entrevistados faz sobre o tema e, ao invés, de valorizar o aspecto individual, traz à tona o aspecto coletivo. Um dos benefícios do grupo focal é que “os participantes levam em consideração os pontos de vista dos outros na formulação de suas respostas e comentam suas próprias experiências e as dos outros”. (GASKELL, 2000, p. 76). Nesse sentido, cada grupo focal foi bastante criativo; as entrevistas realizadas, além de serem espontâneas, não apresentaram dificuldades às protagonistas de trazerem lembranças do passado e ressignificá-las no presente. Foram realizados três grupos focais com número variado de participantes, o que enriqueceu as narrativas construídas, pelo fato de reunir mulheres que contribuíssem para essa história.

A obra é iniciativa do Conselho da Empresária, que agrega dezenas de empresárias, sendo o mandato de dois anos. A data de nascimento do Conselho remete a abril de 1997, quando a Diretoria de Eventos e Promoções, da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul cria um espaço para a participação da mulher executiva, com vistas a promover a aproximação das mulheres à própria entidade e estimular novas incorporações às ações empreendedoras, que têm início a partir da criação desse Conselho.

A análise realizada pelos pesquisadores da Universidade de Caxias do Sul pode ser um pretexto para que outras histórias sejam contadas e atualizadas, no sentido de manter viva a memória coletiva acerca do empreendedorismo feminino, como estímulo para pensar a matriz cultural predominante no contexto da região; diminuir as distâncias sociais entre os papéis femininos e masculinos, bem como registrar a caminhada realizada. A disposição das mulheres que encabeçaram este projeto evidencia o vigor e a importância atribuída a ele, na busca de fazer a diferença,

reunindo e agregando novas iniciativas por parte dessas mulheres, que realizam atividades nos diversos espaços nos quais atuam.

Os vinte anos do Conselho da Empresária é comemorado por meio dessa publicação, que reúne, portanto, depoimentos de mulheres que estiveram à frente dessa iniciativa, oportunizando a outras mulheres também trocas de experiências que, na vida de muitas, fez a diferença. O convite para festejarmos está neste bolo, que representa a comemoração de seus vinte anos, em que cada participante contribuiu para a sua produção. Sem seus depoimentos seria impossível realizá-lo. A todas elas um brinde especial!



“Mulher é desdobrável. Eu sou.”

Adélia Prado



Costureiras. Família Brusa. São Luiz da Terceira Léguas – Caxias do Sul, década de 1920. Autoria: Rodolfo Barazetti. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.



Capítulo 1

O significado de empreender

Claudio Baltazar Corrêa de Mello*

Ao considerar a ideia de que o campo do empreendedorismo é influenciado por forças econômicas, psicológicas e sociais, esta reflexão tem por finalidade apresentar elementos considerados centrais ao entendimento desse campo de estudo. A partir daí, com a pesquisa em trabalhos de autores considerados fundamentais para o entendimento do campo de estudo do empreendedorismo, essa reflexão permitirá uma aproximação do significado do ato de empreender.

Frese (2009) considera que a ação do empreendedor precisa ser o ponto de partida para se teorizar a respeito do empreendedorismo. Para ele, diante de uma abordagem da personalidade pronta, a pesquisa do empreendedorismo passou a ser equacionada pela pesquisa psicológica, com os efeitos da personalidade.

Por sua vez, Richard Cantillon¹ foi um dos cientistas que mais cedo deu atenção para o empreendedor. Ao dotar o empreendedorismo com um sentido econômico mais preciso, ele delineou os princípios de uma economia de mercado baseada nos direitos da propriedade individual e da interdependência econômica. (LANDSTRÖM; HARIRCH; ASTRÖM, 2012).

* Doutorando no Programa de Doutorado em Administração – Associação Ampla entre a Pontifícia Universidade Católica (RS) e a Universidade de Caxias do Sul (UCS).

¹ *Ensaio sobre a natureza do comércio em geral (Essai sur la nature du commerce en général, 1755).*

Outro pioneiro da fundamentação teórica foi Jean-Baptiste Say (1880).² Foi ele quem cunhou o conceito de empreendedor e descreveu o papel dele no contexto da produção e da distribuição de bens, dentro de um mercado competitivo. Para Say, o empreendedor transfere recursos econômicos de uma área de baixa produtividade para uma de alta produtividade.

Nem sempre são claras as transformações individuais nem as que ocorrem no contexto, em que o empreendedor está inserido. As variáveis são diversas – como a criação de novos mercados e organizações, que inclui o risco, as oportunidades e a inovação –, mas são elas que ajudam a explicar as implicações no comportamento e no ato de empreender, que contribuem para o desenvolvimento econômico e social.

Perfil do empreendedor

Uma série de estudos, realizada no final da década de 1950 representou um esforço para entender as características individuais do empreendedor. Na sua maioria, esses estudos foram conduzidos por cientistas do comportamento oriundos da Psicologia e da Sociologia. Surgiu o questionamento sobre a possibilidade de que os indivíduos, que possuíssem características empreendedoras, afetassem os empreendimentos. Esse questionamento levou os pesquisadores a buscarem respostas a respeito de quem é ser empreendedor. (LANDSTRÖM; HARIRCH; ASTRÖM, 2012).

Na metade do século XX, as formulações econômicas, neoclássicas, do comportamento do empreendedor, têm sido incorporadas às teorias da produção da empresa, em estruturas competitivas de mercado. Essa incorporação circunscreve a noção do empreendedor, que toma as decisões dentro da firma. Todos os indivíduos da abordagem neoclássica são igualmente capazes de explorar as possibilidades de lucro e, com um sentido importante, a classe empreendedora sempre é preservada nos modelos neoclássicos. No entanto, nenhum indivíduo, em particular, destaca-se. Isso pode ser visto no pensamento de Knight (1921) e de Schumpeter (1934), que conceberam um empreendedor subestimado, e que, segundo Filion (1997), é representado por uma função com a dimensão heróica de um inovador que lida com a incerteza.

Ao tentar responder à pergunta: Quem é o empreendedor?, a pesquisa psicológica examinou características, tais como: necessidade de controle

² Em *Treatise on political economy or the production, distribution, and consumption of wealth* (1880). Essa obra foi originalmente publicada em francês com o título de *Traite d'économie politique ou simple exposition de la manière dont se forment se distribuent ou se consomment les richesses*, traduzida por Chantal Saucier.

da situação, propensão à tomada de risco, estilo de resolução de problemas, inovação, estilo de liderança, valores, direcionamento para o controle, proximidade e distância com o poder, e socialização da experiência. (THORNTON, 1999). Filion apresenta um quadro que enumera as características que são atribuídas aos empreendedores pela pesquisa psicológica – ele é caracterizado como inovador, líder, tomador de risco moderado, independente, criador, tenaz, original, otimista, flexível, orientado aos resultados, com necessidade de realização, sendo autoconsciente, autoconfiante; sendo tolerante à ambiguidade e à incerteza, com iniciativa; possui uma tendência a confiar e a estabelecer que o resultado financeiro é a medida de desempenho.

Um dos mais influentes trabalhos, que empregou um esforço para entender as características individuais do empreendedor, foi o de David McClelland (1961). McClelland analisa a “motivação de realização”, como um fator que molda o desenvolvimento econômico – os costumes e as motivações, especialmente a necessidade de realização, são os grandes catalisadores.

Em 1988, Gartner tornou-se conhecido ao publicar um artigo,³ cujo argumento central era uma abordagem orientada para as características da personalidade de alguns tipos especiais de indivíduos, que criariam o empreendedorismo, e de que, para a sociedade avançar, é preciso um suprimento adequado desses indivíduos. Gartner propõe o empreendedorismo como sendo um conjunto de atividades que envolvem a criação de novas organizações, logo identificando uma figura especial para desenvolver a ação.

As características de personalidade são auxiliares do comportamento do empreendedor, e dessa forma a pesquisa sobre o empreendedorismo deveria concentrar-se no que o empreendedor faz e não no que ele é, segundo Gartner. A respeito dessa visão, Endres e Wood (2003) percebem que, de Von Mises a Kirzner (1973, 1983), as explanações modernas dos economistas austríacos são diferenciadas, no sentido de que eles propõem que o empreendedor faz parte de uma classe única dos que correm riscos, pois eles se distinguem dos trabalhadores, dos gestores e dos consumidores. Assim, como para Gartner, Kirzner afirma que o ato que o distingue é a busca de oportunidades. A condição fundamental do agir de Kirzner autentica a noção comportamental para os estudos do empreendedorismo sugerida por Gartner. Entretanto, a ação, para Kirzner, é a busca proposital pela oportunidade enquanto, para Gartner, é a criação de novas organizações.

³ *Who is the entrepreneur? is the wrong question*, ou: “‘Quem é o empreendedor?’ é a pergunta errada”. (Tradução nossa).

Frese (2009) nota que a pesquisa do empreendedorismo mudou e aumentaram as evidências de que a personalidade pode ter atribuição de destaque. Para ele, a Psicologia passou a defender que as ações do empreendedor devem ser estudadas sob uma perspectiva psicológica, e que elas são necessárias para iniciar um negócio e ser bem-sucedido nele. Com relação a essa mudança, Baum et al. (2007) asseveram que o empreendedorismo é pessoal. Embora haja múltiplas causas para o sucesso de um novo empreendimento, são necessários: visão humana, intenção e trabalho, para converter essas ideias de negócio em produtos e serviços bem-sucedidos.

Baseado no trabalho de Von Mises, Kirzner (1973) foi o primeiro a apresentar a ideia de que a “atenção à oportunidade” (*Opportunity alertness*), define o comportamento empreendedor, e ao articular uma teoria do processo de mercado baseada no conceito de “atenção empreendedora”. (*Entrepreneurial alertness*). Ao observar uma lacuna na corrente central da teoria da microeconomia, Kirzner articulou um entendimento teórico do papel empreendedor dentro de um processo de mercado. O empreendedor, de acordo com ele, é um tomador de decisão, que tem sua função totalmente associada às oportunidades que não foram percebidas ainda, reafirmam Endres e Woods (2003).

Audretsch (2012) identifica dois elementos considerados chave para o entendimento do comportamento empreendedor. O primeiro, é a habilidade de reconhecer a oportunidade, e o segundo, é a de explorá-la para, então, comercializá-la. Shane e Venkataraman (2000) afirmam que nem todos os indivíduos têm a mesma chance de reconhecer uma oportunidade empreendedora determinada. Essa estrutura de análise pode ser considerada mais abrangente do que a de criação da organização de Gartner (1988).

Casson (1982), Shane e Venkataraman são seguidos por Eckhardt e Shane (2003), que definem as oportunidades para empreender, como situações nas quais novos bens, serviços, matérias-primas, mercados e métodos organizados podem ser introduzidos pela formação de relacionamentos com novos meios, fins ou meios-fins. Uma oportunidade pode ser a chance de encontrar uma necessidade de mercado, por intermédio de uma combinação criativa de recursos e com a intenção de entregar um valor superior, como pode ser visto em Schumpeter, Kirzner e Casson. (ARDICHVILI; CARDOZO; RAY, 2003).

Durante a década de 1990, segundo Mitchell et al. (2002), a expressão *cognição empreendedora* ganhou corpo. Constructos cognitivos foram usados para distinguir empreendedores de não empreendedores, e a teoria cognitiva explicou a tomada de risco pelo empreendedor. Para Grégoire,

Corbett e McMullen (2011), a articulação do processo de orientação da ciência cognitiva preocupa-se em estudar a dinâmica da interação entre o ambiente, a cognição e a ação. O relacionamento dinâmico entre o ambiente, a mente e a ação, que é a dinâmica da operação cognitiva, acontece em níveis de análise. É possível concluir, então, que existe uma grande aceitação do argumento que enfatiza que o agir do empreendedor é o elemento central de uma perspectiva comportamental ou cognitiva de empreender e, também, o é para o desenvolvimento da sociedade, da economia e das organizações, como visto em Schumpeter, Kirzner, Casson e Gartner.

Frese (2009) propõe uma Teoria da Ação, em que o desempenho ativo é um significativo diferencial de desempenho. A ideia de que indivíduos e organizações afetam/são afetados por um contexto social é argumento seminal na Sociologia clássica e na contemporânea, e tem sido aplicada no estudo do empreendedorismo em diferentes níveis de análise. (THORNTON, 1999). As variações são melhor entendidas, segundo Thornton, Soriano e Urbano (2011), a partir de Shapero e Sokol (1982) quando considerado o ambiente em que a firma é criada, porque em adição à atividade econômica, o empreendedorismo é um fenômeno social.

Empreendedorismo e desenvolvimento econômico

Em artigo publicado em 1997, Filion afirma que deveríamos quebrar a crença popular de que o empreendedorismo foi originado da ciência econômica de forma isolada. Para ele, uma leitura atenta de dois autores, Cantillon (1755) e Say (1880) – geralmente identificados como pioneiros –, revelará que eles também estavam interessados nos aspectos da gestão do desenvolvimento do negócio.

Na sua representação de sistema econômico, Say identifica a atividade empreendedora na arte da superintendência e da administração, e nas habilidades de gerenciamento. (SCIASCIA; DE VITTA, 2004). Qualidades morais, como julgamento e perseverança, constituem-se também um aspecto central de seu pensamento. O empreendedor tem uma posição-chave no seu próprio empreendimento; ele é o coordenador, o líder moderno e o gestor.

Say (1880) amplia a ideia de Cantillon (1755) sobre a função do empreendedor e o considera como um tipo superior de mão de obra. Ao fazê-lo, desvia a atenção para longe do papel único desempenhado pelo empreendedor, como visto em Van Praag (1999). Comparado a outros economistas clássicos, Say confere ao empreendedorismo uma posição destacada no sistema inteiro de produção e consumo. O risco não é mais o

aspecto principal da função empreendedora, mas as habilidades de gestão e outras qualidades morais.

Foi Say (1880) quem primeiro levou as ideias do inglês Adam Smith para a França. É interessante notar que o que ele fez foi basicamente conciliar duas grandes tendências do pensamento da época: a dos fisiocratas e a da Revolução Industrial na Grã-Bretanha. De fato, ele tentou estabelecer uma estrutura de pensamento que permitisse que a Revolução Industrial se movesse pelo Canal da Mancha até as terras francesas. Ele aplicou a filosofia do pensamento liberal proposta por Quesnay, Mercier de La Rivière, Mirabeau, Condorcet, Turgot e outros fisiocratas daquele tempo, como um meio de desenvolver propriedades rurais para o empreendedor. Segundo Drucker, Say se ocupava mais com a esfera econômica. No entanto, a sua definição de empreendedorismo somente requeria que os recursos fossem econômicos, e os propósitos para os quais eram alocados não precisariam ser necessariamente econômicos.

A aversão ao risco tem um efeito negativo quando há a escolha pelo empreendedorismo. E essa aversão corrobora as teorias de Cantillon, de Say e de Marshall, segundo Van Praag (1999). Assim como os franceses, o economista britânico Alfred Marshall (1890) contribuiu para o desenvolvimento de uma base de conhecimento sobre o empreendedorismo.

Segundo ele, a função empreendedora é tratada como sendo provedora de inovação e progresso. Nesse sentido, nem todos os donos de negócio podem ser considerados empreendedores, pois, para Marshall, o empreendedor é inovador em termos operacionais, sendo aquele que carrega toda a responsabilidade e exercita todo o controle. (Apud SCIASCIA; DE VITTA, 2004). Ele dirige a produção, assume os riscos do negócio, coordena capital e mão de obra, desempenhando os papéis de gestor e de empregado. Para Marshall, o empreendedor é o pioneiro dos novos passos. Alerta, ele procura continuamente oportunidades de minimizar custos em prol de um resultado e possui conhecimento de comércio e poder de previsão.

Marshall (1890), mais do que qualquer outro teórico neoclássico, atribui ao empreendedorismo um papel de proeminência. (VAN PRAAG, 1999). As teorias sobre o fenômeno do empreendedorismo de Say (1880) e de Marshall (1890) são compatíveis com o empreendedor na posição de dono independente, que toma decisões (*decision maker*) e gere a firma. O empreendedor de Cantillon (1755) assume o risco como a consequência de vender (comprar) a certo preço, e comprar (vender) a um preço incerto. O empreendedor de Say assume o risco de perder capital e reputação ao experimentar a mudança do fracasso. Já o empreendedor de Marshall se responsabiliza pelo risco associado às atividades do negócio.

Landström, Harirch e Aström (2012) realizaram um estudo que analisou os livros considerados estado de arte (*state-of-art-books*), manuais e também os artigos tidos como essenciais (*core works*), dentro do campo da pesquisa sobre empreendedorismo, e afirmaram que, dentre os vinte trabalhos considerados principais, treze têm suas fundamentações teóricas ancoradas na economia, e cinco deles, na “função do empreendedorismo na criação de novos mercados”. Entre os economistas, já existe uma extensa base teórica produzida sobre o conceito, mesmo que seja difícil identificar um consenso que nos permita falar de uma teoria. (LANDSTRÖM, 2008).

A respeito dessas fundamentações teóricas, diferentes escolas do pensamento econômico podem ser identificadas, tais como a de Schumpeter, de Knight e de Kirzner. (LANDSTRÖM; BENNER, 2010). Audretsch também aponta para essas três tradições intelectuais tidas como distintas no desenvolvimento da literatura sobre empreendedorismo: a alemã com base em Schumpeter; a de Chicago, baseada em Knight, e a da tradição austríaca, de Kirzner.

À análise de Marshall, que estabelece que uma pequena contribuição, oriunda de um grande número de empreendedores modestos, conduz ao crescimento, Schumpeter acrescenta a ideia de um papel revolucionário para o empreendedor na criação da produção e na criação de novas funções de produção e de novos métodos. Para Filion (1997), foi Schumpeter quem realmente lançou o campo do empreendedorismo ao associá-lo claramente com a inovação. Ele é provavelmente o mais conhecido dos economistas com interesse pelo fenômeno do empreendedorismo, no início do século XX. (LANDSTRÖM; HARIRCH; ASTRÖM, 2012).

A ideia de Schumpeter foi a de construir uma nova teoria baseada na mudança e na novidade. Schumpeter (1934) via o empreendedor como um agente de desenvolvimento econômico, que é definido pelo porte de novas combinações que, por sua vez, significam a eliminação competitiva do velho. (SCIASCIA; DE VITTA, 2004). Ele rejeita o paradigma predominante de o empreendedor como o gerente do negócio, para concebê-lo como o líder do negócio. A tarefa do empreendedor é liderar e inovar.

Schumpeter (1934) entende o mercado como um sistema em equilíbrio, e o empreendedorismo é um meio de irromper desse equilíbrio uma maneira de afastar-se dele e de criar um novo equilíbrio. Ele atribui ao empreendedor um papel crítico no processo de evolução industrial e de crescimento econômico. Ao mudar as estruturas econômicas existentes, por intermédio da tentativa e do empenho inovativos, ao empreendedor foi exigida a promoção do crescimento e a indução da mudança. Em processo de destruição criativa (*creative destruction*), o empreendedor combina o

conhecimento existente com maneiras inovadoras, que constituem-se em um ímpeto para o crescimento. Os resultados são novos produtos e serviços, entradas e caminhos para organizar a produção e identificar novos mercados, que servem para transformar a indústria e a sociedade. (ANDERSSON; BRAUNERHJELM, 2012).

Para descrever a contribuição do empreendedor para a economia, Schumpeter (1934) concebeu um mundo contrastante. Nesse mundo, todo o dia é uma repetição do dia anterior, todas as decisões podem ser tomadas inconscientemente depois de longa experiência. Essa criação inovativa do empreendedor é vista por Schumpeter como a causa endógena primária de mudança, de desenvolvimento no sistema econômico. A mudança é a maneira identificada pelo empreendedor pela busca do lucro. As inovações são geralmente conduzidas por novas firmas que iniciam a produzir lado a lado com as antigas. Aliás, Schumpeter enxerga a formação de novas firmas como o mais típico caso de novas combinações. Para ele, as inovações provêm de recursos existentes no mercado, já à disposição do empreendedor. Nesse sentido, inovação não é consequência da invenção. Geralmente, o empreendedor não provoca a mudança por si mesmo, mas sempre busca a mudança, reage a ela e a explora como uma oportunidade. (DRUCKER, 1985).

Ao contrário do empreendedor de Marshall (1890), que é responsável por assumir o risco do negócio associado com a sua empresa, e do empreendedor de Schumpeter (1934), que exclui o risco assumido pelo negócio, o empreendedor de Knight (1921) é o que toma a decisão onde a incerteza está presente. O economista Frank Hynemam Knight⁴ foi o primeiro autor norte-americano a contribuir para a compreensão do papel do empreendedorismo para a vida econômica. Foi, também, o primeiro a fazer a distinção entre risco e incerteza.⁵ Para ele, a função do empreendedor é assumir o risco real. O traço característico da sociedade em que o empreendedor obtém o seu papel é o da incerteza. A verdadeira incerteza (*true uncertainty*) forma a base da teoria do lucro, da competição e do empreendedorismo de Knight (1921). Empreendedores tomam para si a incerteza da mudança do querer do consumidor ou da mudança do poder de compra. À medida que a competição é assumida, o número de empreendedores depende diretamente do suprimento de outros serviços produtivos e da habilidade de empreendedores individuais.

⁴ Com Milton Friedman e George Stigler, Knight fundou a renomada Chicago School of Economics (LYBRARY OF ECONOMICS AND LIBERTY, 2013).

⁵ As contribuições de Knight para a construção de uma base de conhecimento do empreendedorismo encontram-se na sua tese de doutorado *Risk, uncertainty and profit* (Risco, incerteza e lucro, 1921).

Para lidar com a incerteza, é requerido um alto grau de autoconfiança, o poder de julgar suas próprias qualidades comparadas com a dos competidores, fornecedores e empregados; a disposição para agir, com base na sua própria opinião, uma natureza ousada e uma capacidade de previsão. A habilidade empreendedora inclui, ainda, o poder de obter controle sobre outros homens e a capacidade de decidir o que deve ser feito. Além disso, o empreendedor bem-sucedido depende da disponibilidade suficiente de capital relacionada com as remunerações fixas, responsáveis pelo progresso econômico, melhoramentos em tecnologia e organização dos negócios. (VAN PRAAG, 1999). O empreendedor de Knight (1921) exercita o seu julgamento eficazmente, sendo ele quem toma as decisões (*decision maker*) e se responsabiliza por elas. (SCIASCIA; DE VITTA, 2004). Marshall (1890) descreve a função de superintendência do empreendedor que organiza a firma. Por sua vez, Knight (1921) e Schumpeter (1934) distinguem o papel de superintendência do empreendedor, conforme Wenekers e Thurik (1999). Estes dois autores compreendem os atributos essenciais do empreendedor: inovação, oportunidade e aceitação de certo grau de risco.

O enfoque fundamental de Marshall foi o de sustentar um equilíbrio, a concentração de Schumpeter foi a de explicar a evolução do sistema capitalista usando a criação destrutiva do empreendedor. De outra maneira, Kirzner (1973) se concentra em responder à seguinte questão: “Se uma economia de mercado funciona, qual é o processo que levaria essa economia a um equilíbrio?” Pioneiro, Kirzner afirma que os empreendedores possuem uma posição crucial dentro do processo de mercado, ao estarem atentos para descobrir e explorar oportunidades permitidas pelo desequilíbrio econômico.

O conceito principal de Kirzner é o de atenção (*alertness*). Ele precisa perceber, antes dos outros, as oportunidades de lucro. Atenção para a oportunidade é o que distingue o empreendedor dos outros atores do mercado. Os empreendedores são, segundo ele, as pessoas mais alertas para as oportunidades de lucro da economia.

Enquanto Kirzner (1973, 1983) articula uma teoria do processo de mercado baseado em oportunidades, a atenção transforma-se numa maneira conveniente de descrever o comportamento empreendedor. A visão de Kirzner (1983) sobre empreendedorismo está baseada no que ele denominou de aprendizagem espontânea (*spontaneous learning*), e o estado mental que permite com que a aprendizagem espontânea ocorra é a atenção (*alertness*). É ela que permite identificar uma oportunidade de troca lucrativa (arbitragem), corroborando a importância da função de transformar a informação do empreendedor defendida por Hayek (1948), segundo Rocha (2012).

A dificuldade da abordagem dos austríacos é que eles isolam o empreendedor da empresa, e essa abordagem encaixa-se muito mais com a ideia de um distribuidor ou especulador. Em muitos casos, em quase todas as grandes corporações, os donos delegam decisões para gestores assalariados, e disso emerge o conceito de que esses gestores também podem ser empreendedores. Assim, podemos observar uma tendência de supor a presença de um empreendedor em cada empresa. (CASSON, 1995). O “empreendedor alerta” de Kirzner (1983) é um arbitrador que vê oportunidades e as explora – ele parece enxergar os não empreendedores como robôs programados para não responderem a incentivos e não aprenderem com o passado.

Até anos recentes, a teoria sobre o empreendedorismo falhou por um longo tempo ao não distinguir os conceitos de *empreendedor* e *empresa*. (CASSON, 1982). A empresa, então, não é o mesmo que o empreendedor puro. Isso é o que resulta depois que alguma decisão empreendedora foi tomada, especialmente a compra de certos recursos.

Landström, Harirch e Aström (2012) adicionam a Cantillon (1755), Say (1880), Marshall (1890), e aos criadores de escolas de pensamento econômico Schumpeter (1934), Knight (1921) e Kirzner (1973-1983), dois outros autores, que possuem trabalhos considerados essenciais (*core-works*) para a formação de uma base de conhecimento sobre o empreendedorismo, e que, da mesma forma como os autores acima nominados, têm sua fundamentação teórica ancorada na economia e na função do empreendedorismo na criação de novos mercados: Mark Casson (1982-1955) e Scott Shane (2000).

Em 1982, Casson⁶ argumentava que não existe uma teoria do empreendedorismo estabelecida e que é necessário que uma teoria do empreendedor explique o sucesso ou fracasso, a criação e o crescimento econômico, e o desenvolvimento e a distribuição de renda da firma. Conforme ele, o papel do empreendedor é significativo historicamente, porque, embora atípico, alterou o curso da História. A teoria do empreendedor deveria ser a racionalização do sucesso e da explanação do fracasso, e uma teoria da função do empreendedor teria um importante papel para as teorias da dinâmica econômica e competitividade do processo e dos ciclos de comércio.

Empreendedores são mencionados na economia, mas eles aparecem muito pouco nos modelos econômico-clássicos. Nas vezes em que aparecem,

⁶ Professor na University of Reading Business School do Reino Unido, em seu livro *The Entrepreneurship: an economic theory* (“Empreendedorismo: uma teoria econômica”).

são representados por uma função. (FILION, 1997). Essa ideia é realçada por Rocha (2012), que afirma que, depois de Schumpeter, Knight e Kirzner, entre outros, a teoria econômica aumentou sua atenção para o empreendedor, antes tratado como um homem invisível dentro dela, particularmente na empresa.

Nas últimas décadas, uma tentativa considerada influente, para incluir o empreendedor em modelos econômicos e análises, foi a feita por Casson (1982), que sintetizou o relacionamento do processo de criação de mercados (*market-making*) com os economistas neoclássicos. Alinhado com os argumentos da tradição austríaca, ele reconhece que os indivíduos diferem em seus gostos e em seu acesso à informação. Como resultado, implica dizer que o empreendedorismo deveria ser visto como processo de intermediação e de construção de mercado. (LANDSTRÖM; HARIRCH; ASTRÖM, 2012).

Para Filion (1997), não é fácil introduzir elementos de racionalidade no complexo comportamento dos empreendedores. Uma das críticas contra os economistas é que eles são incapazes de fazer a ciência econômica do comportamento evoluir. Aliás, segundo Filion, esse foi um dos elementos que levou o mundo do empreendedorismo a voltar-se para os comportamentalistas, na procura por um conhecimento mais aprofundado do comportamento do empreendedor. Por causa de barreiras sociais e econômicas, a figura heroica do empreendedor é um mito; entretanto, é importante para a mobilidade social, mesmo que em grau absoluto seja limitada. (CASSON, 1982).

Audretsch (2012) afirma que mais recentemente a pesquisa sobre empreendedorismo ganhou considerável proeminência nas disciplinas-líderes e nas revistas especializadas de gestão. Como exemplo disso, aponta o artigo mais citado daquela década no *Academy of Management Review*, que estabeleceu uma agenda para a pesquisa em empreendedorismo: *Entrepreneurship as a field of research: a response to Zahra and Dess Singh, and Erickson*, de Shane e Venkataraman (2001).

Landström, Harirch e Aström (2012) concordam com a posição de referência conferida por Audretsch (2012) a Shane e a Venkataraman (2000),⁷ e destacam que esses dois autores foram responsáveis pelo surgimento da discussão referente à definição de um novo domínio para a pesquisa sobre o empreendedorismo. Shane e Venkataraman (2000) discutem sobre o domínio da pesquisa do empreendedorismo e engatilham desenvolvimentos dentro desse campo da seguinte forma: (i) recriam um

⁷ Respectivamente, professores da *University of Maryland* e da *University of Virginia*.

renovado interesse na escola austríaca, já que ancoram a sua argumentação nos trabalhos de Kirzner; (ii) concentram-se no reconhecimento de oportunidades (*opportunity recognition*); e, por último, mas não menos importante, (iii) debatem a respeito da definição do domínio da pesquisa do empreendedorismo. Shane e Venkataraman afirmam que o empreendedorismo se transformou em uma miscelânea. (LANDSTRÖM; HARIRCH; ASTRÖM, 2012).

A descrição acerca dos elementos que consideramos essenciais ao conhecimento já consolidado na pesquisa acadêmica sobre empreendedorismo, e que, como apresentado por Landström, Harirch e Aström (2012), têm a sua fundamentação teórica ancorada na economia e na função do empreendedorismo na criação de novos mercados, torna-se importante analisarmos o trabalho seminal de Shane (2000).

Para Shane, a pesquisa não explica adequadamente por que os empreendedores descobrem as oportunidades. Ele argumenta, com base em Hayek (1948), que a oportunidade descoberta é uma função da distribuição e da informação em sociedade. Shane critica a pesquisa prévia que sugere que as pessoas tendem a descobrir as mesmas oportunidades num dado ambiente de mudança tecnológica.

Os economistas austríacos, no entender de Shane (2000), oferecem uma estrutura diferente para desenvolver a exploração de oportunidades daquela produzida pelos neoclássicos e psicólogos. Os austríacos não consideram o processo de descoberta de oportunidades como mecânico. Conforme Shane, o conhecimento prévio dessas oportunidades sobre os mercados influenciará o descobrimento do mercado correto a ser atingido com a intenção de explorar uma nova tecnologia. Esse conhecimento prévio também irá influenciar o descobrimento sobre a forma como uma nova tecnologia atenderá a esse mercado. Possivelmente, o conhecimento prévio das pessoas sobre os consumidores irá influenciar o descobrimento de produtos e serviços, que utilizarão uma nova tecnologia.

Shane (2000) realizou um estudo de caso cujos resultados demonstraram que, embora muitas pessoas tenham sido expostas à informação da existência da invenção do processo utilizado, poucas identificaram essa tecnologia como sendo uma oportunidade empreendedora. Cada um dos empreendedores entrevistados indicou que não estavam procurando uma oportunidade antes da sua descoberta. Eles disseram que reconheciam a oportunidade quase que por acidente e que ficaram surpresos com a descoberta. Ficou claro que o conhecimento prévio advém de muitas fontes, incluindo a experiência de trabalho, eventos pessoais e educação.

Para Moroz e Hindle (2011), é difícil falsificar a distinção que o processo de oportunidade tem para o empreendedorismo descrito por Shane (2000). O que é distinto, dentro do processo de oportunidade, envolve somente a descoberta da oportunidade combinada com uma avaliação que permita uma articulação efetiva do valor inerente dos meios e dos fins. Embora todas as partes do processo de oportunidade de Shane (2000) sejam executadas pelo empreendedor, é somente no exame cuidadoso de uma descoberta, e dos meios e dos fins de um relacionamento lucrativo, que ele pode ser considerado distinto.

Renko, Shrader e Simon (2012) constatam que uma breve incursão na literatura de oportunidades no empreendedorismo providencia exemplos de fragmentação, contradição, ambiguidade de definições e outros problemas. Para eles, alguns estudiosos, inclusive Shane (2000), veem a oportunidade como um fenômeno discreto, que é exógeno para o empreendedor e que brota de circunstâncias como uma nova tecnologia ou uma mudança social. Outros veem as oportunidades intrinsecamente ligadas a uma corrente da cognição própria do empreendedor e, várias vezes, a oportunidade foi usada intercaladamente com a ideia de conceito de negócio e esforço empreendedor. Frequentemente nenhuma definição de oportunidade é providenciada, e é deixado para o leitor inferir o que os estudiosos quiseram dizer com a palavra.

Com o tempo, a economia se tornou cada vez mais uma disciplina matemática e orientada para a formalização, uma abordagem que dificultou a inclusão do empreendedor em determinados modelos econômicos. (LANDSTRÖM; HARIRCH; ASTRÖM, 2012). Uma explanação intracientífica, para isso é que a ciência econômica se concentrou de maneira decisiva e crescente em modelos de equilíbrio, que constituíram a dominância de paradigma nesse campo, e no qual parece não haver espaço algum para o empreendedor. Outra explanação de caráter extracientífico diria que, depois de Schumpeter (1934), a atenção da sociedade voltou-se para desenvolver o empreendedorismo, ao invés de tentar explicá-lo. (LANDSTRÖM, 2002).

Os economistas foram incapazes de contribuir na identificação e no desenvolvimento das habilidades requeridas para empreender. (LANDSTRÖM, 2002). Isso fez com que muitos estudiosos da economia e da história da economia perdessem interesse pelo empreendedorismo, como ramo de pesquisa. Depois que o empreendedorismo perdeu o seu *momentum* entre os economistas, estudiosos da Sociologia e da Psicologia associaram-se a esse campo de estudo.

Empreender, empreendendo!

Como indicam Ruef e Lounsbury (2007), há três áreas nas quais a Sociologia do Empreendedorismo extrapolou as preocupações de psicólogos e economistas. Primeiro, a Sociologia do Empreendedorismo, que se direciona para níveis de análise acima do empreendedor individual, que direciona o olhar para a rede interpessoal, a estrutura organizacional, a população, os processos existentes no plano de campo, bem como para o ambiente institucional mais amplo. Segundo, a Sociologia equilibra a atenção convencional que é dada às condições financeiras e de mercado, ao atentar para a dimensão simbólica e cultural da atividade empreendedora. E, terceiro, ela se interessa por áreas que costumam desviar-se de cálculos simples de mercado, tais como: a da Ciência, a das Belas Artes e a das disciplinas associadas aos cuidados com a saúde, todas consideradas bem-vindas pela Sociologia do Empreendedorismo e possuidoras de conhecimentos que podem ser prontamente apropriados.

Segundo Watson (2012), há uma abordagem elementar nesta Sociologia, que se baseia na existência de indivíduos que fundam negócios que são realizados dentro de um contexto social. Thornton (1999) classifica essa abordagem em duas escolas: uma que enfoca a perspectiva do suprimento, e outra a demanda. A categorização da perspectiva de suprimento e de demanda deriva de Weber e do conceito econômico de que existe um suprimento e uma demanda pelo empreendedorismo. (CASSON, 1995).

No entender de Thornton, o argumento central da perspectiva do suprimento e da abordagem, orientada para os traços individuais, é o de que um tipo especial de indivíduo cria o empreendedorismo, como no entendimento econômico de Knight (1921) e de Schumpeter (1934). Então, para avançar economicamente, as sociedades necessitam de um suprimento desses indivíduos especiais. (THORNTON, 1999). Para Thornton, o aspecto sociológico da perspectiva do suprimento examinou os atributos da cultura, da classe social e de grupos étnicos, para produzir o comportamento empreendedor e, seguindo essa lógica, conclui-se que, ao descrevermos de maneira acurada a personalidade de um empreendedor, ou o grupo social a que ele pertence, é possível inferir como, onde e por que um novo negócio é fundado.

A perspectiva de demanda foi uma abordagem definida como uma estrutura objetiva de oportunidade econômica e uma estrutura de vantagem diferencial, na capacidade de os participantes do sistema agirem sobre essas oportunidades. (THORNTON, 1999). Tal perspectiva é compartilhada por Kirzner (1973) e Shane (2000). A perspectiva da demanda pergunta o que

os empreendedores fazem, como dito por Gartner, uma vez que as decisões que eles tomam, dentro de um ambiente social, mudam com o tempo. Estudos sobre a perspectiva da demanda, para Thornton, ganharam popularidade nas escolas de negócios e entre os sociólogos econômicos baseados na Teoria Ecológica e na Teoria Institucional da Sociologia Organizacional, que desenvolvem a ideia de que a disponibilidade de recursos encoraja os fundadores de organizações a emergirem.

Segundo Thornton (1999), baseado em Granovetter (1985), uma importante abordagem para entender o ambiente social e econômico, que possui uma aplicabilidade geral no estudo do comportamento econômico, é a do enraizamento. Na moderna sociedade industrial, argumenta Granovetter, a maioria das ações econômicas enraíza-se nas estruturas de relacionamento social. No entanto, existe um lugar para a Sociologia no estudo da vida econômica; e uma análise produtiva da ação humana evita a atomização de conceitos sociais, pois os atores econômicos não estão separados do contexto social, nem são adeptos servís de um roteiro social.

O empreendedor apresentado nos escritos iniciais de Weber (1947), segundo Swedberg (2000), somente pode ser identificado em uma economia de troca. Em seus escritos, encontra-se uma definição de que o empreendedorismo significa assumir o controle e organizar alguma parte da economia, em que as pessoas precisam ter suas necessidades satisfeitas, por intermédio da troca, e com a intenção de lucrar, com base no risco econômico próprio. (SWEDBERG, 2000).

Foi Weber quem, segundo Ruef e Lounsbury (2007), apresentou o empreendedorismo na literatura sociológico-clássica, de forma mais extensa, e foi quem estabeleceu uma base para a Sociologia do Empreendedorismo. Weber (1947) assume a posição de que o crescimento empreendedor depende dos valores éticos da sociedade, associados a uma atitude econômico-racional. Para Berger (1991), Weber argui que a transformação do trabalho duro, a capacidade de apurar lucro, associados à autorregulação e à confiabilidade, são ferramentas para a salvação individual. Esses atributos alimentaram os modelos cognitivos de fazer as coisas por sua necessidade instrumental, e de equacionar racionalmente o risco defensável e a mera aventura.

Cantillon (1755), Say (1880), Marshal (1890), Schumpeter (1934), Knight (1921) e Kirzner (1973) concordam que o lucro potencial é o maior incentivo para se tornar um empreendedor – ao ser comparado com o salário. A força de trabalho está dividida em empreendedores e empregados, e os recursos disponíveis estão alocados entre os empreendedores. O empreendimento depende do empreendedor junto com os fatores de

produção que estão sob o seu controle e que correspondem a um dado suprimento de mão de obra e uma dada quantidade de capital homogêneo. (VAN PRAAG; CRAMER, 2001).

Estudar a fundação de negócios, a partir da perspectiva de rede, é derivado da Teoria Ecológica da Organização, de Aldrich, que demonstra como as condições resultantes das ações individuais, em um contexto socialmente estruturado, influenciam a fundação de empreendimentos. Para Greve, definir redes (*networks*) providencia uma perspectiva mais acurada dos atores que estão envolvidos com um determinado nicho. O estudo da rede do empreendedor expõe as relações sociais que afetam as taxas de fundação de empreendimentos, ao concentrarem-se em como as relações sociais e as estruturas facilitam a difusão de recursos necessários, para estabelecer novos empreendimentos. As características das pessoas em termos de posição, de profissão e de rede indicam a disponibilidade de recursos no ambiente e a qualidade da informação disponível para os empreendedores. (GREVE, 1995).

As discussões econômicas, relacionadas ao empreendedorismo e ao desenvolvimento econômico ocasionam e reforçam a capacidade de os empreendedores criarem novos produtos, novos métodos de produção e novas estratégias de marketing, coisas que não existiam. (LAVOIE, 1991). Esse entendimento de novidade é criticado por Lavoie (1991), que sugere que o empreendedorismo deve abandonar a procura mecânica de oportunidades lucrativas pré-existentes. A inclusão dessa novidade genuína e criativa sugere que o ponto em que a oportunidade lucrativa é descoberto é uma questão de interpretação e de discernimento do significado intersubjetivo de uma situação qualitativa.

Os lucros não são medidos; eles são lidos. Empreendedorismo é primariamente um processo de interpretação cultural, e como qualquer outra interpretação, a leitura de oportunidade de lucro necessariamente acontece em um contexto de significado, em contraste com uma fundamentação de prática discursiva, uma cultura. (LAVOIE, 1991).

Segundo Lavoie, isso significa dizer que o empreendedorismo não é a realização isolada de um dissidente, que encontra lucro objetivo em situações negligenciadas por outros, mas é a de um participante culturalmente enraizado, que entende o sentido de um discurso específico. Quando o empreendedor lê de forma adequada uma situação complexa, naturalmente ele enxerga uma oportunidade de lucro negligenciada antes dos outros.

Isso faz surgir, para Lavoie (1991), o questionamento sobre a causa do pré-direcionamento da visão do empreendedor, e de como ele está apto

a ler coisas. A cultura é a resposta a essa indagação e deve ser entendida de maneira abrangente, como um complexo de significados que permite compreender a ação humana, e é o pano de fundo que torna a ação intencional inteligível. A cultura é a linguagem em que os eventos passados são interpretados, as circunstâncias futuras são antecipadas e os planos de ação, formulados. Embora não seja a linguagem um conjunto estático de palavras e regras gramaticais, a cultura é um discurso. (LAVOIE, 1991). Nesse sentido, os cientistas políticos e os economistas retratam o processo social como um mecanismo casual, ao invés de uma maneira de estabelecer um discurso humano e fundar entendimento. (BERGER, 1991).

O estudo do empreendedorismo responde que os autores têm sido dominados pela perspectiva econômica, e sugerem que ela não é capaz de abordar o empreendedorismo como um todo. Muitos economistas intencionalmente ignoram o que alguns autores pensam ser o aspecto mais importante do empreendedorismo: a influência das forças sociais, como normas e valores, que formam a estrutura dentro da qual os indivíduos podem alcançar as oportunidades. Ao contrário do que se pensa, capitalismo não é o mal e não é imoral – o capitalismo encoraja virtudes como a do trabalho duro, a da cooperação, a da resolução, a do deferimento à gratificação e a da abertura para coisas novas.

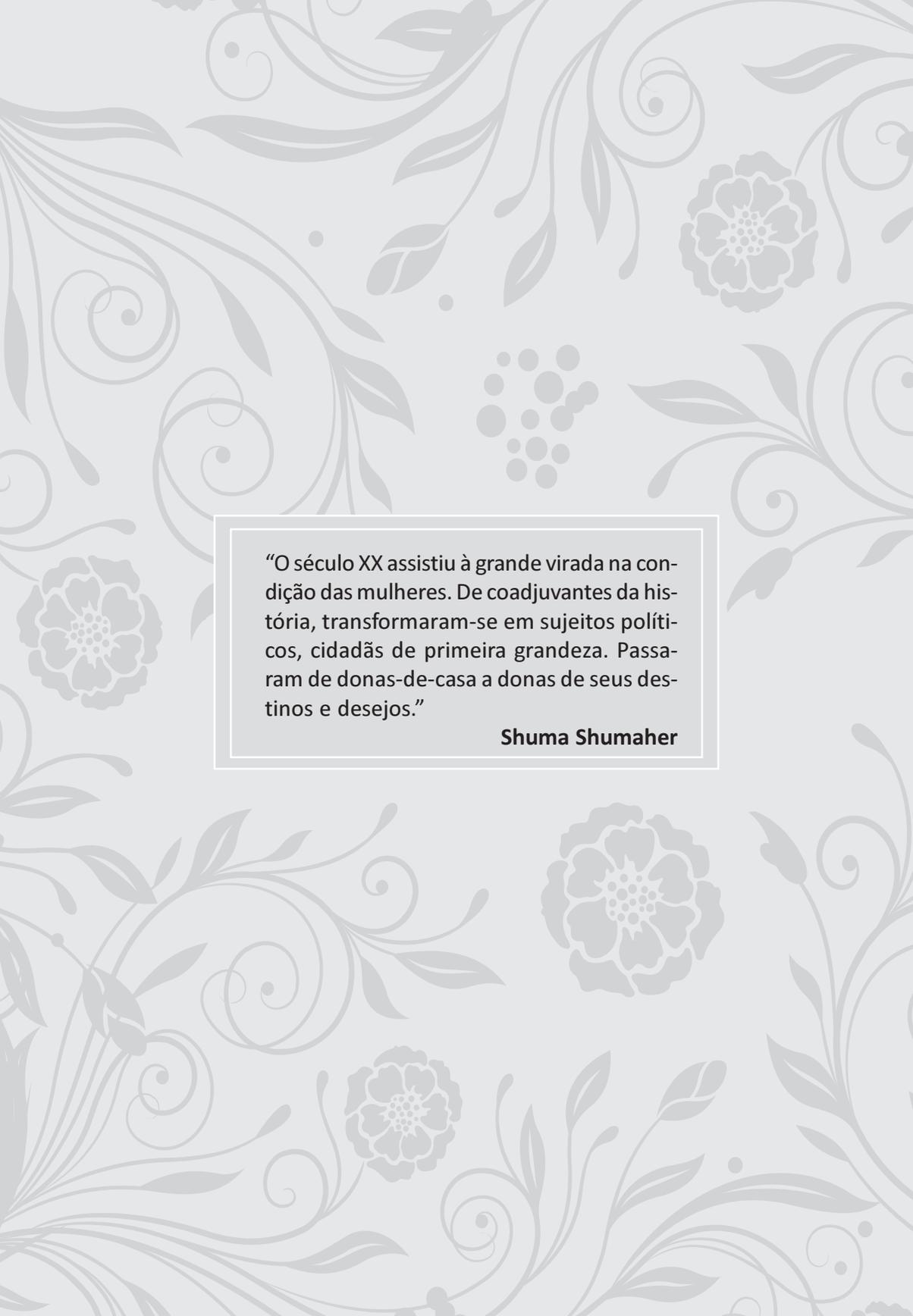
Conforme Hwang e Powel (2005), a literatura histórica sobre o empreendedor relata esse indivíduo como um forasteiro. Como um estrangeiro que existe em uma ordem social, frequentemente conservadora, ele é capaz de servir de ponte entre grupos em direção a diferentes esferas. Em locais onde existe uma resistência ativa de políticos e de religiosos, esses estrangeiros estão entre os poucos membros da sociedade que se sentem à vontade. Eles são capazes de conectar grupos que, de outra forma, não interagiriam, e de extrair valor das trocas entre eles.

Com o crescimento das populações étnicas nas sociedades ocidentais, segundo Waldinger, Aldrich e War (1990), o empreendedorismo étnico é um conjunto de conexões e padrões regulares de interação entre pessoas que compartilham um mesmo *background* nacional ou experiência de imigração. Um termo alternativo, usado para étnico, é o de imigrante empreendedor. Entretanto, essa definição exclui os membros de uma etnia minoritária, que tenham vivido por muitos séculos em um país, como, por exemplo, os afro-americanos, nos Estados Unidos; os judeus, na Europa; os aborígenas, em geral. O grupo étnico, ao contrário, não exclui o imigrante ou a minoria. (VOLERY, 2007).

Já para a Teoria Cultural, conforme Masurel, Nijkamp e Vindigni (2004), a etnia e os grupos imigrantes são equipados com determinadas

características culturais, como a dedicação ao trabalho duro, o pertencimento a uma comunidade étnica e robusta; fazerem economia, aceitarem o risco, observarem os valores sociais padronizados, serem solidários e leais, e orientarem-se ao autoemprego. (VOLERY, 2007).

A interação, a participação e as atividades que constroem a comunidade são, segundo Berger, atividades fundamentais e devem ser nutridas continuamente. Sob condições políticas favoráveis, todos esses aspectos – psicológico, econômico e social – formam uma distintiva cultura moderna, como a dos novos métodos de produção. As instituições modernizadas, em contrapartida, afetam a probabilidade do desenvolvimento da sociedade e de uma economia dinâmica. (BERGER, 1991).

The background is a light gray color with a repeating pattern of stylized floral and vine motifs. The motifs include large, multi-petaled flowers, smaller circular clusters, and swirling leafy branches. A central white rectangular box with a thin gray border contains the text.

“O século XX assistiu à grande virada na condição das mulheres. De coadjuvantes da história, transformaram-se em sujeitos políticos, cidadãos de primeira grandeza. Passaram de donas-de-casa a donas de seus destinos e desejos.”

Shuma Shumahr

Funcionárias da Gazola, Travi & Cia.
Caxias do Sul, década de 1940. Au-
toria: Diário de Notícias – Sucursal
Caxias. Acervo: Arquivo Histórico
Municipal João Spadari Adami.





Capítulo 2

Um passeio pelas conquistas femininas no Brasil

Vania Beatriz Merlotti Herédia*

Empreender é transformar, e transformar é mudar a vida de muitos percursos. Nesse sentido, as mulheres que aqui falam contam histórias de seus empreendimentos e dos resultados que os mesmos tiveram na vida da família, da empresa e da comunidade. Por que são as mulheres que falam? O que elas falam? Essa é uma questão essencial para olharmos para nossas relações sociais e vermos que a participação da mulher, em praticamente todos os grupos sociais, sempre esteve presente, mesmo que de forma velada, discreta e quase escondida.

Sinais de tempos e de períodos, quando a mesma ocupava uma função primordial no grupo de existência, limitado às formas e regras estabelecidas por aqueles que definiam as condições objetivas da vida comum e do processo de sua reprodução e manutenção. Na história das nossas comunidades, encontramos sempre testemunhos de mulheres que fizeram a diferença, que mudaram o destino de sua família e que estimularam seus membros a conquistarem espaços novos, que pudessem beneficiar e modificar as paisagens comuns do cotidiano.

* Doutora em História pela Università degli Studi di Genova e Pós-doutora em História Econômica pela Università degli Studi di Padova. Professora da Área de Humanidades da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

O cotidiano é necessário, imprescindível e objetivo e tem como sua grande marca a invisibilidade. Acontece na vida de todos e é percebido por poucos como condição necessária do funcionamento da vida pessoal, dos sujeitos e das relações interpessoais, no domínio interno das estruturas que alimentam as possibilidades do funcionamento da vida coletiva. O cotidiano é mantido e alimentado por uma série de ações contínuas, nas quais aquelas que as movem o fazem, atendendo de forma constante, dos pequenos aos grandes movimentos necessários para a manutenção e conservação do grupo. O cotidiano é constituído por um conjunto de fragmentos que, unidos, integrados, formam os momentos temporais de cada existência, cujas demandas são supridas nesse cenário de constantes exigências. A convivência em grupos sociais é mantida pelos interesses comuns, que têm, na sua coesão social, condição *sine qua non* para sua existência, elos que integram os que dele fazem parte, unidos por sentimentos comuns que os mantêm, os alimentam, os aproximam e diferenciam.

Na história das sociedades, são as mulheres que tecem essas relações e que alimentam esse convívio, manifesto nas práticas culturais, nos diversos cuidados que lhes são atribuídos, marcados por relações objetivas e concretas da própria materialidade. Na reprodução social, a mulher assume papéis que a tornam centro do grupo social com todas as responsabilidades que lhe são delegadas e que as cumpre como parte de sua própria essência. Nessa condição, a maternidade a torna a grande responsável pela garantia da reprodução e da manutenção do próprio grupo, extensivo aos demais pela necessidade da continuidade.

Muitas são as responsabilidades e as obrigações que as mulheres assumem no domínio interno, o que muitas vezes as impede de ultrapassarem as barreiras para o externo. O domínio interno em si mesmo já bastaria para sua realização, mas em novos tempos essa condição é compartilhada para uma nova posição da mulher.

A passagem do domínio doméstico para o domínio externo impõe às mulheres uma série de exigências que implicam condições mínimas, para que haja essa passagem. Os limites que as condições históricas subjugaram às mulheres foram condicionados pela divisão sexual do trabalho, quando o domínio interno ficou sob a responsabilidade feminina e o externo foi delegado ao homem. Tarefas que se configuraram como papéis sociais; a partir dessa divisão, criaram obrigações e deveres que, por longos períodos, foram mantidos como se não pudessem sofrer modificações, como condição mínima da reprodução social.

Do conjunto dessas obrigações e desses deveres, nasce uma série de padrões comportamentais, regras básicas para o sustento do grupo, calcadas

em cuidados necessários para a sua sobrevivência. O compartilhamento das obrigações familiares, frente à constituição da família e do grupo de parentesco, torna essa união a força que integra seus membros pelos sentimentos comuns criados pelo próprio grupo.

A constituição do grupo, a dimensão que o mesmo tem perante a sociedade; as relações sociais que estabelece; o ciclo familiar que o configura mostram os liames de seu funcionamento, em que a mulher, a mãe, a esposa, a filha, avó, a tia, a nora, a irmã são partes constitutivas.

O domínio interno, visto pela organização familiar, mostra o dinamismo das relações interpessoais e as funções que essas relações estabelecem dentro do próprio grupo, e que, graças às mulheres, as condições são mantidas e a reprodução garantida. Relações entre cônjuges, entre pais e filhos, entre irmãos e irmãs, entre parentes indica as dinâmicas das relações e as hierarquias que a mesma respeita para o seu funcionamento. A parentela tem uma forma de reconhecimento dessas relações que ajudam a definir papéis, símbolos, hierarquias, normas, hábitos, costumes e até algumas tradições.

As funções institucionais da família, cruzadas com as funções pessoais, são elementos de integração nos demais grupos sociais e nas instituições, como na economia, na cultura, na religião, na política, na educação e de forma ampla na sociedade. As funções institucionais determinam responsabilidades que perpassam a esfera da reprodução, entrando no domínio da integração, do controle social, da proteção, da provisão, da socialização e da transmissão de valores. São muitas responsabilidades que a família assume para si, que se dão no domínio interno e pelo constrangimento social se mantiveram, para que permanecessem nesse circuito. Por meio dessas funções, a mulher se apropria do domínio doméstico e se torna uma parte fundamental desse circuito, legitimada pela sociedade que não consegue ter outra forma de fazer a reprodução.

A dinâmica da modernidade muda a amplitude da família; entretanto, a mulher não perde as funções primordiais que regem esse grupo social, evidenciando nas relações sua necessidade, na vida comum os papéis que exerce e o fim que está explícito na própria forma que assume. Na maioria das sociedades humanas, segundo Beltrão (1973, p. 18), “as famílias nucleares apareciam combinadas, como átomos numa molécula, em agregados mais extensos”. Não as vemos e ao mesmo tempo não existimos sem elas, sendo que cada qual tem uma história, marcada por diversas histórias que se deram no tempo e no espaço e trazem narrativas das experiências que construíram a partir da inserção no grupo social.

É comum pensar que o indivíduo, de maneira geral, entende as singularidades desse domínio interno como experiência de vida, desenrolada num espaço de convivência que dá forma às relações pessoais, supre as necessidades específicas, dá continuidade e sustento ao grupo. O entendimento pressupõe a vivência da experiência e ela, sentido às relações. Historicamente, algumas dessas funções permanecem e outras foram sendo alteradas pela dinâmica do tempo e do espaço sem, entretanto, retirar da mulher o papel fundamental deste domínio.

No modelo de família tradicional, nas sociedades ocidentais, com fins de manter a função patrimonial do grupo, a sucessão é tratada a partir de normas estabelecidas pela sociedade, como garantia dessa base. Nesse sentido, a mulher faz parte desse processo, mesmo que não seja a ela confiada a guarda definitiva do patrimônio, necessitando provar continuamente que é capaz de cumprir essa função, atribuída pela sociedade tradicional aos papéis masculinos, os quais por muito tempo, sustentaram a família patriarcal. A função patrimonial estabelece diversas normas que não ameacem a sucessão e garantam a reprodução do *status quo* do grupo, invadindo a esfera interna e externa como garantia. As leis de sucessão são indicadores dos valores culturais pregados pela sociedade tradicional, quando condiciona e limita novas possibilidades para os arranjos sociais. As leis da sucessão demonstram a vinculação com o patrimônio e a linhagem e representam a instituição que lhes dá força e vigor.

Entretanto, o dinamismo da sociedade traz novos ares e novas regras e abre espaço para mudanças significativas que alteram o suporte da família tradicional, o que afeta diretamente o papel da mulher nesses grupos. À medida que o espaço doméstico não permanece o único lugar de convivência, as alterações que decorrem da evolução econômica da própria sociedade, derivadas da Revolução Industrial, da urbanização, da revolução tecnológica e científica, modificam-se os papéis e as exigências pela promoção de uma nova divisão do trabalho.

A emancipação feminina, que se dá nesse cenário, abre possibilidades de uma inserção maior da mulher no mercado de trabalho. O trabalho fora do âmbito familiar, a vida na cidade, a possibilidade de controle e planejamento familiar, domínio do corpo e da sexualidade, definição de relações sexuais antes do casamento, a busca de uma profissionalização, divisão e compartilhamento das relações paternas, conjugais, diminuição do número de filhos, repasse das funções assumidas pela família para outras instituições, como a escola, a religião, a empresa; o lazer, a política, entre tantos outros, são dinâmicas que exigem a profissionalização dos membros da família. Mostram que a mobilidade implica um grau de especialização

que deriva da preparação profissional. A saída da mulher para o mercado de trabalho tem em seu bojo uma racionalidade econômica, que traz consequências positivas para as mulheres, mas efeitos que a sociedade terá que enfrentar em ciclos posteriores com a diminuição das taxas de natalidade, afetando o papel da família e a reposição da mão de obra.

Na metade do século XX, o Brasil começa a se modernizar, e essas mudanças na estrutura da sociedade repercutem nos alicerces da República Velha, configurando novas paisagens culturais de uma sociedade que cresce e se urbaniza; desenvolve economicamente e consolida uma série de instituições sociais, que são suportes para essas mudanças.

A mulher, até o governo de Vargas, não era considerada uma cidadã pelo fato de não ter direitos políticos. Apenas em 24 de fevereiro de 1932, por meio de uma campanha liderada por mulheres, é aprovado o código eleitoral provisório, pelo Decreto 21.076, que assegura o direito ao voto. O sufrágio feminino abre espaço para outras conquistas que garantiram a emancipação feminina, sendo esse direito expandido posteriormente à legislação trabalhista, que assegurará outros direitos. Nesse contexto, a legislação eleitoral garante às mulheres participação nas eleições e na vida política, como forma de fortalecer a democracia pela representação de todos os sujeitos. É importante lembrar que, até Vargas, o voto não excluía apenas as mulheres mas também outros segmentos, e apenas com a promulgação do Código Eleitoral de 1932, o voto passa a ser secreto, universal e obrigatório pela primeira vez no Brasil.

Entretanto, a mulher na sociedade colonial era discriminada e estava submetida às regras da família patriarcal. Estava submetida ao poder do pai e do marido. Para estudar em estabelecimentos de ensino, a permissão ocorre apenas a partir de 1827, após a independência do Brasil de Portugal. É importante pensar que a mulher não ocupava nenhum papel derivado das profissões liberais da época. À medida que não podia frequentar estabelecimentos de ensino, não dispunha da legitimação da profissão. Essa regra explica que, apenas no século XIX, a mulher ocupa espaço na sociedade, que deriva de profissões liberais como: médica, advogada, professora, entre outras. O próprio Código Civil brasileiro, que foi aprovado em 1916, ao invés de dar voz à mulher, a colocava numa condição de submissão e de dependência ao grupo familiar.

Apesar de a luta de inserção da mulher, na sociedade brasileira, tenha sido sempre relacionada à luta política, expressa no sufrágio, as reivindicações feministas se concentravam na busca de direito iguais. Na metade do século XX, quando tem início a revolução nos costumes da Europa e dos Estados Unidos, é possível identificar o movimento contínuo,

que se torna referência quanto às reivindicações feministas. A luta por direitos políticos e sociais se expande e com ela a emancipação da mulher vai se consolidando na vida coletiva, na participação da família, no planejamento familiar, no controle de natalidade, na formação escolar, no trabalho fabril, na vida urbana expandida.

No Brasil, com a Proclamação da República, a sociedade brasileira tendia a crescer por meio do processo de urbanização e industrialização. Instalações de muitas fábricas nas capitais e mesmo no interior do País acarretaram a necessidade de um número maior de mão de obra nacional e estrangeira, o que gerou um espaço de luta pelas mulheres, para adquirirem as mesmas condições de trabalho que os homens. É importante lembrar que o Brasil contava com um número considerável de imigrantes europeus desde o século XIX e que os mesmos carregam experiências de lutas políticas dos países de origem. Nesse contexto, principalmente nas capitais, as mulheres exercem papéis de pressão para a conquista de direitos sociais.

Mesmo que haja uma contínua busca, por parte das mulheres em ocupações que antes eram apenas masculinas, muitos dos papéis que ocupam evidenciam contradições, seja na política, seja na economia e nos serviços, mostrando que cada espaço ocupado foi conquistado por meio de muita luta, competência e demonstração de habilidades. Essa análise ressalta que a história das mulheres precisa ser conhecida e sair da invisibilidade que sempre a manteve nas posições sociais, reafirmando que as mudanças que ocorreram historicamente, e que modificaram a supremacia masculina, não foram gratuitas, pelo fato de terem sido construídas por meio de movimentos e lutas sociais, alterando de geração em geração os papéis que incluíram a mulher de forma definitiva na sociedade.

A descoberta de que as mulheres possuíam uma história e que valia a pena procurar por ela, resultou, assim, dos próprios questionamentos que elas, num determinado momento da vida, fizeram acerca de si próprias, rejeitando uma estrutura de supremacia masculina solidamente aceita e negando a ideia clássica da inferioridade do sujeito feminino. Para muitas, começou a parecer incômodo viver num mundo em que estivessem diluídas dentro da ideia de um sujeito universal. (SILVA, 2008, p. 225).

Nessa direção, a participação da mulher no mercado de trabalho mostra que, nas últimas décadas, houve um crescimento significativo da presença feminina na formalidade, o que expressa e comprova a inserção. A entrada na vida pública pela saída da esfera privada comprova não apenas o que estava adormecido, mas as relações de poder ocultas nas diversas instituições das quais a mulher participava, mesmo não sendo reconhecida. Bosi comenta que se encontravam as mulheres “não apenas no fundo das casas, às cozinhas

e oficinas, aqueles lugares onde se movem as figuras menores e furtivas” (Bosi, 1995), chamando a atenção de que, no funcionamento de muitas instituições, a mulher esteve sempre presente. Foi e é protagonista de inúmeras ações sociais que mudaram os papéis na sociedade contemporânea.

A modernização da sociedade pela entrada de novas tecnologias, introduzidas nos processos de trabalho ao longo do século XX impõe exigências de uma educação não apenas técnica que instrumentalize sua inserção no mundo do trabalho. Era comum as mulheres não frequentarem a escola ainda nas primeiras décadas do século XX, condicionando-as à esfera doméstica e privada. Entretanto, a modernização da sociedade, associada aos processos de urbanização e industrialização, impuseram demandas sustentadas pela necessidade de especialização da mão de obra. Até o final do século XX, uma parte da mão de obra era apenas treinada, e esse tipo de capacitação respondia às exigências do mercado formal.

Nas últimas décadas do século XX, a mão de obra necessita de uma qualificação que atenda a esses quesitos, que amplie a inserção da mulher no mercado de trabalho. A participação se dá de forma gradativa, partindo de que os direitos políticos e civis são conquistados apenas em 1934, quando a Constituição brasileira regula e legitima a participação na esfera política e social. Essas conquistas representam um avanço cultural, quando abrem espaços para enfrentar o analfabetismo feminino, a escolaridade obrigatória, a entrada de forma profissional no mercado de trabalho.

No campo econômico, o exercício profissional ocorre em atividades que se localizam principalmente no setor de serviços, cuja presença fará a diferença à medida que cresce sua participação. Entretanto, ainda é tênue a linha divisória dessa participação, como executiva, líder e gestora. Mesmo assim, a mulher luta para a ocupação de espaços que fazem a distinção, como condição de ascensão social. A presença nos setores de serviços confere posições importantes, caracterizadas mais pela natureza das ocupações do que pela importância das mesmas, no processo de reprodução, tais como: enfermeiras, professoras, educadoras, assistentes sociais, secretárias, entre tantas outras. A subalternidade proposta por algumas ocupações desafiam a capacidade da mulher de fazer frente às expectativas que as demandas geram, evidenciadas pela desvalorização dos salários, jornadas duplas e triplas de trabalho, descrédito na carreira profissional, principalmente nas ocupações tradicionais, necessárias para o funcionamento dos grupos sociais básicos.

Na história da educação brasileira, tem-se registro de que, antes da instalação da República, na Corte havia uma crença de que as mulheres poderiam desempenhar papéis como professoras, atuando nas escolas do

magistério, porque os postulados do positivismo eram seguidos. “Os positivistas, ao mesmo tempo que pregavam a inferioridade orgânica e intelectual da mulher, aclamavam a superioridade moral feminina”. (HAHNER, 2011, p. 471- 472). As primeiras escolas eram frequentadas por homens e seus professores eram homens.

A profissão de professor era exercida apenas por homens no século XIX e, na transição para o XX, houve uma troca de papéis, ocupando as mulheres esse lugar e assumindo a responsabilidade de parte da educação no País. É oportuno lembrar que, apenas depois da independência do Brasil de Portugal, foi criada uma legislação que regulava a presença também de meninas nas escolas, quando as mesmas eram destinadas apenas aos jovens do sexo masculino. Existem registros que ajudam a entender a participação feminina nas escolas normais que se dedicavam exclusivamente à formação de professores. Nesse sentido, os homens foram vedados a trabalhar nas escolas normais no Rio de Janeiro, contribuindo para a feminização do magistério primário. Nessa direção, as medidas que o Império assumiu, em busca de modernização do País, afetaram a escola e com ela o destino da Nação.

O crescimento das cidades, com o processo de urbanização e de industrialização, fomentou o incremento das taxas de alfabetização masculina e feminina. “O crescimento do número absoluto de mulheres alfabetizadas nos centros urbanos mais desenvolvidos forneceu um grande potencial para a eleição de professoras que podiam ser contratadas por salários inferiores”. (HAHNER, 2011, p. 468). As mulheres ampliaram os anos de estudo, entretanto as oportunidades de atuarem nas atividades econômicas eram privilégio dos homens, que acessaram espaços que promoviam a mobilidade social. A abertura inicial para as mulheres que ocupassem o papel de professora gerou independência econômica a elas, uma vez que outros espaços profissionais continuavam restritos aos homens. Com a decisão de que as aulas seriam mistas no País, na instrução pública, aumentou o número de mulheres nas escolas. Vale registrar o que perpassava no imaginário, à época, dos governantes que acreditavam que as mulheres na área do ensino agiriam como mães, cuidando de seus alunos como se fossem seus filhos e confiando seus filhos a outras mulheres. O pensamento reforçava o seguinte postulado: “Dar a preferência da regência das escolas primárias às senhoras, as quais tratariam como mães as crianças”. (HAHNER, 2011, p. 469). A feminização da sala de aula nas escolas de instrução pública reflete a confiança que o governo estabelecia de confiar às mulheres a educação das crianças, mesmo que não incluísse os filhos das elites. Um dos componentes que influenciam essa decisão é que as mulheres recebiam salários inferiores.

A luta por espaços na educação, como a possibilidade de frequentar cursos universitários, a partir de algumas carreiras consideradas masculinas, também foram conquistas de mulheres, já que a pressão para o acesso era realizado por elas. Carreiras consideradas estrita ou majoritariamente masculinas criaram obstáculos para a consolidação de espaços profissionais, de forma mais igualitária, tendo até a metade dos anos XX, carreiras exclusivamente masculinas. Mecanismos de opressão, dominação e subalternidade centravam-se na ideia de que o lugar da mulher era realmente no espaço doméstico e que fora dele haveria limitações. O discurso de Bertha Lutz, uma das primeiras mulheres a ter representação política na Câmara dos Deputados, expressava as possibilidades de avançar na vida comunitária.

O lar é a base da sociedade, e a mulher estará sempre integrada ao lar. Mas o lar não limita-se ao espaço de quatro paredes. O lar é também a escola, a fábrica, o escritório. O lar é principalmente o parlamento, onde as leis que regulam a família e a sociedade humana são elaboradas. (SOIHET, 2000, p.107).

Os argumentos utilizados pela feminista Bertha Lutz, justificando a participação da mulher na vida política, e a importância do voto feminino centravam-se na posição de que em todas as nações, que já tinham o sufrágio feminino como lei, as mulheres tinham provado condições de exercê-lo e garantir pressupostos igualitários nas representações políticas. Era forte a posição de que a mulher teria condições de defender interesses no domínio das questões públicas, principalmente, com muito maior interesse que os homens, para as problemáticas sociais: a assistência à infância, o combate ao alcoolismo, a pacificação do mundo e as boas relações internacionais. Sendo tais questões “importantíssimas na fase atual da civilização”, é de toda conveniência a contribuição das mulheres na sua solução. (SOIHET, 2000, p.108).

Constata-se que a luta feminina perpassa por vários campos da vida social, incluindo desde os papéis assumidos na esfera doméstica, no campo da educação, na vida política e no campo econômico. Mesmo que a mulher tenha comprovado competências para o exercício em diversas profissões, houve sempre a necessidade de provas constantes e contínuas para a realização dessas diversas funções.

[...] A competência das mulheres, adquirida no exercício de suas funções tradicionais, é ressaltada para enfatizar sua maior habilidade na esfera pública no trato de determinadas questões próprias de sua experiência cotidiana, pois, embora a mulher seja equivalente ao

homem, possui contudo uma orientação diferente. Disso depreende-se que não estaria disputando aos homens os mesmos espaços de atuação, além de enfatizar o caráter pacífico e maduro da participação feminina despojada de paixões partidárias, o que estaria de acordo com sua natureza. Nesse sentido, não há que impedir sua participação que iria enriquecer o panorama político-partidário, não se justificando mantê-la numa posição subalterna. (SOIHET, 2000, p. 108).

Nessa direção, a própria legislação trabalhista, consolidada em 1943, no governo de Getúlio Vargas, cria espaços para o crescimento da mão de obra no mercado formal, por meio do novo código de trabalho, que legitima o exercício profissional das mulheres, ampliando direitos que não dispunham, tais como: licença maternidade, direito de férias, salário-mínimo, direito à aposentadoria. A partir da conquista de direitos políticos e de direitos sociais, a aspiração às posições sociais mais elevadas permite à mulher ocupar novos espaços, o que afeta conseqüentemente algumas instituições sociais, como já foi dito quanto à mudança de papéis e da própria mobilidade social, que deriva dessas alterações.

Tem-se ciência de que apenas a partir da Consolidação das Leis de Proteção ao Trabalho, no dia 1º de maio de 1943, pelo Decreto-lei 5.452, sancionado pelo então presidente da República, Getúlio Vargas, as mulheres estão mais protegidas. Essas leis fortalecem a participação das mesmas no mercado de trabalho, pelo assalariamento, mesmo que não tenham tido equivalência salarial e oportunidades de acesso em alguns setores da economia.

A legislação reflete a concepção acerca do crescimento da sociedade industrial moderna, mediada por relações de produção, determinadas pelo capital e trabalho, numa ordem estabelecida pelo próprio liberalismo. A Constituição de 1891, promulgada quando da Proclamação da República, não trata das questões relacionadas ao trabalho, dedicando-se apenas a garantir o exercício das profissões e da propriedade. A mulher permanece fora dessas questões e, apenas quarenta anos depois, conquista o direito político. Segundo Gomes (1979), o Código de Trabalho já era discutido na Câmara de Deputados, desde 1917.

O projeto fixava o dia de 8 horas de trabalho, autorizando porém sua prorrogação; proibia o trabalho noturno para mulheres e garantia-lhes o direito de descanso remunerado 25 dias antes e 25 dias depois do parto; limitava em 10 anos a idade para o emprego de menores, que deveriam trabalhar 6 horas por dia, sendo que o menor de mais de 15 anos teria um dia normal de trabalho; adotava o princípio do risco profissional em acidentes de trabalho e estabelecia a criação de Conselhos de Conciliação

e Tribunais de Arbitragem, para dirimir conflitos coletivos de trabalho. (GOMES, 1979, p. 66).

Segundo Gomes (1979), os gaúchos eram a favor do Código de Trabalho de 1917, no que toca aos aspectos referentes às mulheres, aos menores e aos inválidos. Eram contrários, entretanto, por doutrina, a jornada de trabalho de 8 horas diárias e ao pagamento das férias. Como as mulheres, os menores não tinham direitos políticos, a aceitação ocorria apenas em parte, pois não alterava essa representação. Gomes coloca que as mulheres, os menores e os inválidos não eram considerados importantes por não votarem, tratados como “desprotegidos”. Pelo fato de estar à margem do sistema político, o Código de Trabalho não era concebido como “uma conquista de direitos, por parte do operariado, mas sim como uma realização quase filantrópica, não constituindo uma intervenção indébita do estado e não se chocando com a concepção liberal do mercado”. (GOMES, 1979, p. 77).

O parlamento utilizava um discurso moralista em relação ao trabalho feminino bastante conservador para a época. Na visão dos parlamentares, as mulheres deveriam permanecer no domínio doméstico, pois sem elas o mesmo não poderia se manter.

Somos todos concordes em considerar que o trabalho das mulheres é o aviltamento e a escravidão da mulher, porque é o fim da solidariedade conjugal na família. “O verdadeiro reino da mulher é o lar. Se ela o abandona, se ela não sabe aí servir ao homem e aos filhos, acabou-se o seu poder, foi-se a sua influência. [...]”. Quanto mais se generaliza o trabalho das mulheres, mas se sente um profundo mal-estar social. Todos aqueles que pretendem justificar o trabalho das mulheres não se valem senão de argumentos tirados de uma concepção errônea do direito. (PENAFIEL, 1918, apud GOMES, 1979, p.78).

Para as mulheres trabalhar na fábrica, no comércio e nos serviços representava a possibilidade de emancipação. No parlamento, os argumentos contrários à regulamentação do trabalho feminino e dos menores implicava uma desmoralização da família. Nesse sentido, quando a legislação trabalhista brasileira foi aprovada, a mulher já tinha conquistado o direito ao voto e avançava no mercado de trabalho pelas leis que a ela diziam respeito.

A inspiração positivista sempre norteou as ações políticas da bancada gaúcha, o que reflete uma visão de não valorizar a mulher pela sua capacidade de trabalho. “Os positivistas gaúchos na República Velha tinham uma posição semelhante aos defensores da escravidão no Império”. (MORAES, 1918 apud GOMES, 1979, p. 80). Essa posição colocava a mulher

num patamar de submissão, o que a impedia de acompanhar o processo de modernização, participando da vida econômica e política.

Em 1923, o Projeto 265 sobre a regulamentação do trabalho industrial e comercial, com a intenção de dispor de um novo código do trabalho, estabelece proibição do trabalho noturno e acesso aos direitos quando tiverem filhos e amamentarem.

Toda a caminhada feminina, em busca de direitos sociais, avança a partir da Constituição Federal de 1988, quando a mulher abre espaço para assumir responsabilidades frente à tutela da família, ação que já o fazia, mas não era respaldada pela lei. (SARTI, 2004, p. 42). A legislação que nasce na Assembleia Nacional Constituinte, no final da década de 1980, deriva de uma forte participação feminina nas discussões sobre a emancipação da mulher frente aos padrões tradicionais vigentes até então. O resultado positivo deve-se à pressão que foi exercida pelas mulheres, numa ação conjunta, suprapartidária, na luta por direitos iguais. (PINTO, 1994, p. 7).

Perrot comenta que as mulheres, que não têm o poder, têm os poderes, e traduz esses poderes pelas “influências” que exercem nos domínios nos quais convivem. Essa autora francesa ressalta que, na sociedade contemporânea ocidental, as mulheres “reinam no imaginário dos homens, preenchem suas noites e ocupam seus sonhos”. (PERROT, 1988, p. 167). Entretanto, chama a atenção sobre a importância de reverter a visão do discurso acerca apenas da opressão e da subalternidade, na busca de superação de outras formas de apresentar a dominação sofrida e de valorizar a força de seus papéis.

Muitos estereótipos foram criados para representar a questão feminina e o espaço privado, como “a família, a casa, núcleos da esfera privada”. (PERROT, 1988, p. 178). Nesse sentido, o homem é responsabilizado pela produção e à mulher pela reprodução. Nos tempos mais recentes, a mulher avança e atua na produção e garante a reprodução. Nessa condição, alguns papéis sociais são absorvidos por ela, mesmo que antes fossem direcionados aos homens.

A dicotomia feminino/masculino reflete a divisão do trabalho predominante e também espelha os jogos dialéticos dessa relação, que foram se modificando no tempo e no espaço. As restrições à esfera pública pelas mulheres fortalecem as ações que ocorriam na esfera doméstica e na privada. Muitas tensões que se davam nessas esferas eram ocultas, legitimadas pelo poder do homem numa sociedade tradicional.

O domínio da casa e o papel de dona de casa sempre estiveram vinculados à existência da família e a “gestão da vida cotidiana”. (PERROT, 1988, p.189). A vida cotidiana envolve dezenas de afazeres que são

necessários, mas não são reconhecidos como tarefas de todos, e a concepção de gestão atribuída pela autora evidencia uma série de obrigações que estão relacionadas ao consumo e à reprodução e não à produção, mesmo que afirme que as tarefas domésticas deveriam ser compartilhadas por todos. A própria gestão do dinheiro e as economias domésticas sob sua responsabilidade lhe atribuem a gestão como condição de administração de recursos, que não são provindos de seu domínio.

A história da mulher na família avança com a possibilidade de controlar a natalidade e regulamentar o divórcio. São duas regras distintas que facilitam a vida feminina, mesmo que algumas instituições não aceitem os elementos condicionantes dessas normas. De maneira geral, na sociedade ocidental, o controle da natalidade ajuda na emancipação feminina e permite que a mulher e, muitas vezes os constituintes da família, escolham o momento da reprodução.

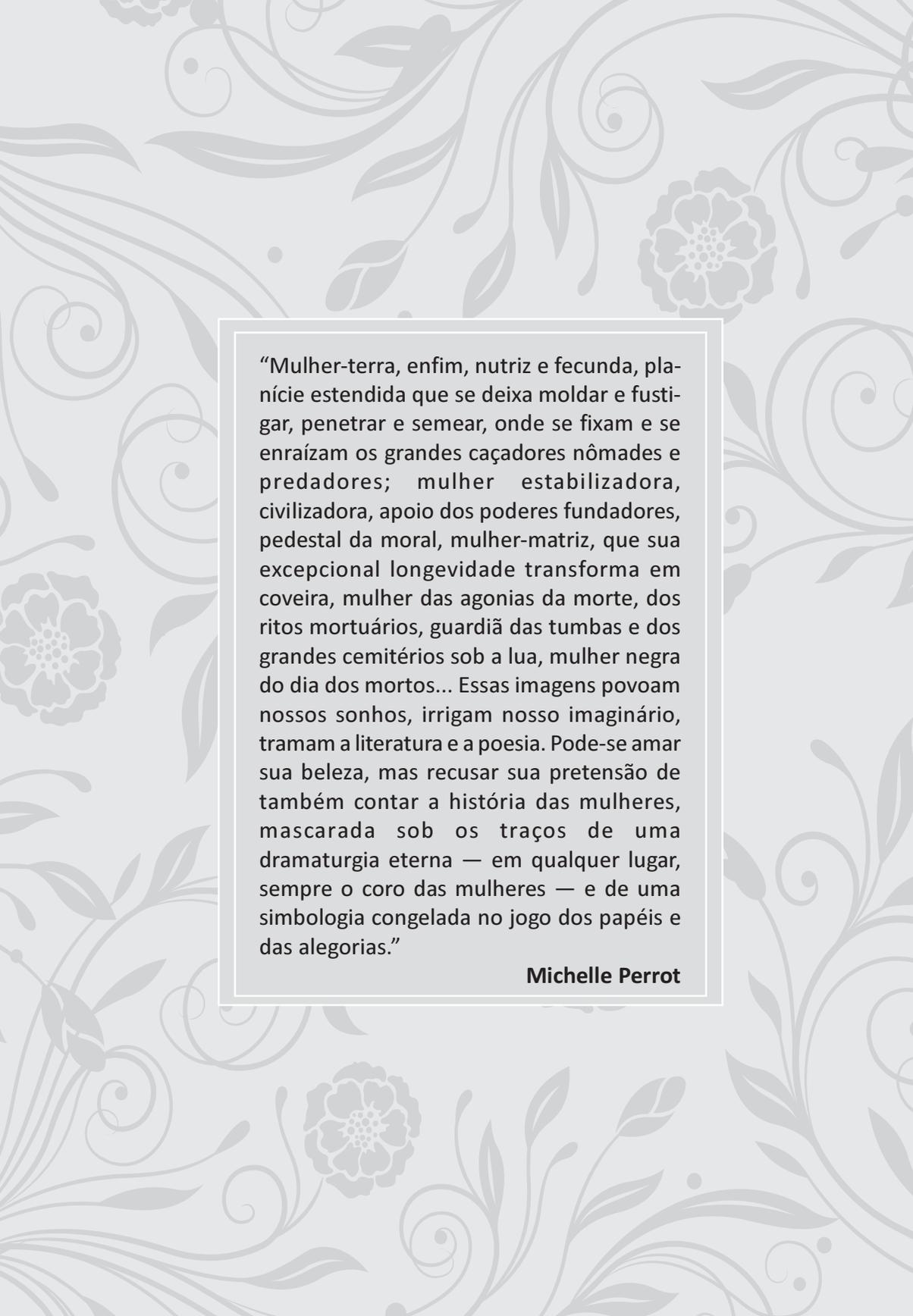
A profissionalização da mulher implica disponibilidade para participar do mundo do trabalho, e essas escolhas passam a influenciar o próprio perfil da família, o modelo predominante, a busca por escolarização da mulher, para participar do mercado formal; a diminuição da família extensa, o número de filhos da família atual, a decisão de retardar o momento do nascimento dos filhos, o que diminui também o número da prole; a conscientização do corpo e o avanço das instituições religiosas. A criação de instituições (como creches, asilos, escolas maternas, escolas de segundo turno, catequese, hospitais, entre outras instituições), que ocupam o lugar que antes era utilizado pela família, promove essa emancipação e garante uma mudança sociocultural na família, que dilui as responsabilidades que eram apenas da mulher.

A questão do divórcio não é apenas religiosa ou moralista, mas de natureza jurídica, uma vez que ampara pela lei a separação dos bens materiais, o que envolve a discussão do patrimônio. Tem-se, a partir da Lei do Divórcio, a possibilidade de constituição de novas famílias pela legislação, amparadas pelas regras jurídicas. A Lei foi aprovada em 26 de dezembro de 1977 e sancionada pelo então presidente, Ernesto Geisel, que institui o divórcio no Brasil. A Lei Nelson Carneiro (6.515/77) substitui a lei do desquite ou da separação de fato e é resultado de um extenso diálogo entre Igreja, Estado e sociedade civil.

A trajetória das mulheres reflete uma luta contínua por espaços reconhecidos de ação, uma vez que a mesma desempenhou papéis imprescindíveis que não eram reconhecidos pela sociedade, mas que eram realizados por elas. A trajetória inclui as conquistas nos espaços institucionais, públicos e privados e aponta para que elas continuem.

Nenhum dos direitos civis, sociais e políticos foram ganhos, todos eles nasceram de movimentos sociais, liderados por mulheres que tinham uma visão de futuro e que acreditavam na força do coletivo.

Do século XIX ao século XXI, a organização das mulheres fez com que as gerações sucessivas pudessem dar continuidade às conquistas e garantir as mudanças que foram asseguradas pela luta feminina. As alterações que vivemos hoje decorrem dessa caminhada histórica, realizada com muito esforço, energia e convicção, que era possível assegurar um espaço social reconhecido e um discurso pertinente à capacidade feminina de realização.



“Mulher-terra, enfim, nutriz e fecunda, planície estendida que se deixa moldar e fustigar, penetrar e semear, onde se fixam e se enraízam os grandes caçadores nômades e predadores; mulher estabilizadora, civilizadora, apoio dos poderes fundadores, pedestal da moral, mulher-matriz, que sua excepcional longevidade transforma em coveira, mulher das agonias da morte, dos ritos mortuários, guardiã das tumbas e dos grandes cemitérios sob a lua, mulher negra do dia dos mortos... Essas imagens povoam nossos sonhos, irrigam nosso imaginário, tramam a literatura e a poesia. Pode-se amar sua beleza, mas recusar sua pretensão de também contar a história das mulheres, mascarada sob os traços de uma dramaturgia eterna — em qualquer lugar, sempre o coro das mulheres — e de uma simbologia congelada no jogo dos papéis e das alegorias.”

Michelle Perrot



Operárias da Metalúrgica Abramo Eberle. Caxias do Sul, 1924. Autoria desconhecida. Acervo: Arquivo Histórico Municipal João Spadari Adami.



Capítulo 3

Empreendedorismo feminino: vozes do passado e do presente

Eliana Rela*

Vania Beatriz Merlotti Herédia**

Este capítulo tem por objetivo apresentar, em primeira pessoa, isto é, em uma dimensão biográfica, como se deu a construção do acervo de conhecimento que protagonizou motivações, planejamento e ações na realidade social constituidora do Conselho Mulher Empresária e Executiva. Para dar sentido de processo às histórias que entrelaçam esta análise, o mesmo apresentará, inicialmente, um registro da condição feminina nas décadas iniciais da imigração, na região da Serra. Com essa escolha para compor o texto, a parte inicial que retoma o histórico papel desempenhado pelas mulheres, servirá de linha do tempo e fio condutor de memórias individuais e coletivas. Estas, serão evidenciadas aqui e acolá, por vezes descrevendo o que é empreendedorismo, outras vezes evocando memórias exemplares de família ou, ainda, ilustrando com histórias que podem enriquecer o processo emergente de empreendedorismo. Esse empreender que foi definido pelas entrevistadas, como *fazer, ação*, muitas vezes gerou o *acervo de conhecimento compartilhado*, criando oportunidades mobilizadoras da *força cooperativa*.

* Doutora em História pela Università degli Studi di Genova e Pós-doutora em História Econômica pela Università degli Studi di Padova. Professora da Área de Humanidades da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

** Doutora em Informática na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Área de Humanidades da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Coordenadora do Mestrado Profissional em História da UCS.

A dimensão biográfica está presente aqui, a partir das narrativas registradas por meio das falas das entrevistadas. Cada entrevistada, individualmente, ou como integrante de um dos grupos focais, narrou como protagonista um conjunto de *experiências* vivenciadas em um determinado espaço, em um determinado tempo e em uma dada realidade social. Lembraram suas experiências à luz de tais contextos, realizaram retrospectivas pessoais, com interpretações próprias. A subjetividade está presente nos processos de recordar, equivale dizer que cada narrativa, por si, é uma produção histórica.

As experiências vividas e narradas pelas integrantes do Conselho Mulher Empresária e Executiva são experiências biográficas também por estarem encharcadas da experiência de mundo das mulheres que as precederam – avós, mães, tias, professoras, amigas –, que compartilharam o acervo de conhecimento construído por elas e, socialmente, compartilhado ao longo de suas trajetórias. Como registrado em capítulo anterior, a histórica cultura de trabalho, de empreender economias criativas para complementar a renda familiar, ou comprar uma peça para o enxoval, marcou o cotidiano das mulheres da região da Serra. Esse processo que é intersubjetivo faz com que as mulheres contemporâneas entrelacem suas experiências com aquelas das mulheres do passado.

O fio que tece a história do empreender...

O empreendedorismo feminino é um tema que chama a atenção para as diversas dimensões que abrange e pelos espaços que transforma. As dúvidas de como muitos conseguiram promover ações empreendedoras e ter resultados significativos na sociedade evidenciam as diferenças dessas ações, nos múltiplos espaços que ocorreram.

Para entender as narrativas de mulheres que contam suas histórias, é importante localizar que essa região é um espaço de construção que tem menos de 150 anos de existência e que foi constituída por meio de uma política de Imigração e Colonização, ainda na fase imperial.

Essa política que legitimou a chegada de imigrantes europeus foi fundamental para a ocupação do território, bem como o acesso à terra e ao trabalho, valores importantes no processo empreendedor. Muitos imigrantes vieram em busca de oportunidades de vida, que não tinham no país de onde partiram e vieram com suas famílias “fazer a América”. A política imigratória priorizava uma colonização de estrangeiros, brancos, que substituiriam os escravos, com trabalho especializado e uma bagagem de civilização.

A história dos antepassados que chegaram a essa região é uma história de muitas dificuldades e de muito trabalho, e os imigrantes tiveram um papel essencial nesse processo. Além do amor à terra, o valor dado ao trabalho foi condição *sine qua non* para o êxito da experiência. O Brasil oferecia ao imigrante aquilo que o país de origem não lhes garantia no momento da partida: o acesso à propriedade privada, muito trabalho, condições de sobrevivência, apoio do Estado para a compra da terra e auxílio na instalação da moradia. Essas condições rapidamente trouxeram logo incentivaram a vinda de mais emigrantes, que decidiram fazer da colônia a sua nova pátria e vieram com suas famílias, carregados de esperanças e de vontade de vencer.

O destino dos imigrantes que vieram, após a Lei de Terras de 1850,⁸ foi preparado pelos governos provinciais, e o Rio Grande do Sul decidiu que a concessão de terras seria estímulo ao minifúndio. As normas para a ocupação da terra foram estabelecidas pela “Lei das Colônias”, e regulamentadas pelo Decreto 3.784, de 1867. (HERÉDIA, 2015, p. 139). Três das colônias estavam localizadas na Encosta Superior do Nordeste, no Estado do Rio Grande do Sul e foram denominadas Conde d’Eu, Dona Isabel e Fundos de Nova Palmira e uma na zona central, Silveira Martins.

O desenho da colônia estava definido pela legislação e, em pouco tempo, os núcleos coloniais foram se constituindo pelas famílias dos imigrantes que se integraram por meio de muitos hábitos comuns e costumes trazidos de suas antigas regiões de origem. As colônias agrícolas se emanciparam e deram origem posteriormente aos municípios que constituíram a zona de colonização italiana e mais tarde o polo industrial da Serra gaúcha.

O êxito da colonização européia, no final do século XIX, é atribuído à matriz cultural dessa ocupação, cuja identidade está calcada na estrutura familiar e de parentesco, nos valores que deram vigor a toda iniciativa sustentada no trabalho individual e coletivo do grupo, na presença religiosa, no alicerce de suas condutas e comportamentos, bem como na ação do Estado como fomento da política de colonização e imigração instalada pelo governo imperial.

A identidade construída com base nos valores culturais foi um elemento de coesão entre os imigrantes, que se abasteciam de práticas cotidianas

⁸ Lei 601, de 18 de setembro de 1850, também conhecida como Lei de Terras, dispunha sobre as terras devolutas do império brasileiro e fixava a forma de sua ocupação, sendo a primeira lei, no sentido de organizar a propriedade privada no Brasil.

religiosas, sustentadas numa fé profunda que os nutriu, garantindo o enfrentamento dos obstáculos pela solidariedade e integração no grupo social.

A transformação das colônias em centros urbanos⁹ mostra como a família foi fundamental no processo de reprodução das condições materiais, à medida que teve acesso à terra e dela extraiu o sustento familiar. Nesse contexto, a família, liderada pelo poder paterno, mostra a força de seus vínculos, carregando o modelo da família patriarcal, que é comandado pelo homem e traz características fortes dessa relação, cujos atributos sustentam-se no poder, na autoridade, na disciplina e na obediência ao pai. Todas as decisões são tomadas por ele, o que retira dos demais membros o poder das definições, mas não os isenta das responsabilidades da execução.

A família do imigrante era numerosa, o que significava que havia a concepção de braços para o trabalho, tendo uma divisão clara entre homens e mulheres, nos papéis que desempenhavam na produção e na reprodução.

O modelo de família tradicional prevalecia: o homem era responsável pelos negócios da família, o que representava os espaços externos, e a mulher os espaços internos. Mesmo que a mulher administrasse as questões do cotidiano e dividisse responsabilidades acerca da manutenção da casa, estava submissa às ordens do marido e do pai. Exercia muitos papéis que ficavam ocultos, mas eram imprescindíveis para o funcionamento do lar, o que envolvia desde a atenção aos filhos, a alimentação ao grupo, os cuidados com a casa, as vestimentas e os acessórios e ainda ajudava na roça, no plantio, na colheita. O domínio interno lhe dava poderes que estavam submissos aos externos. Nessa condição, a mulher legitimou seu território e referendou valores culturais que validaram essas práticas.

Na sucessão da propriedade, apenas os homens tinham direitos, herdando a propriedade e os negócios da família, e as mulheres pouco recebiam, ficando apenas com o dote (geralmente, uma máquina de costura, o enxoval e louças) caso se casassem. Os filhos mais velhos eram os preferidos para dar continuidade ao patrimônio, e as mulheres não tinham direito à sucessão. Segundo Azevedo (1975, p. 267), o controle da propriedade e dos negócios eram papéis “tradicionalmente masculinos e como partes dos atributos de chefe de família e cabeça de casal”. Os filhos homens aprendiam os negócios com o pai, e as filhas mulheres assumiam as responsabilidades da casa com a mãe.

⁹ Toda colônia tinha uma sede que tornou-se lugar de encontro dos imigrantes. Nela, a capela foi o ponto de referência para sua expansão, seguida da escola, do cemitério, da venda.

As dinâmicas familiares controladas pela figura da “mamma” mostram o poder que a mesma ocupava no grupo, legitimada pelas ações de proteção que assumia ocultamente, dividida entre as diversas representações que a caracterizavam. Na figura da mamma, encontra-se a presença da feminilidade, escondida na mulher obediente, trabalhadora, que respeita as regras e defende, a qualquer custo, sua prole; de empreendedora na reprodução das condições materiais no circuito doméstico e no cuidado dos bens familiares, e de dominadora, que supera sua fragilidade pela ação da racionalidade imposta pelas necessidades da luta pela sobrevivência. (HERÉDIA, 2014, p. 347).

Por meio das dinâmicas familiares, é possível compreender as funções tradicionais estabelecidas na divisão do trabalho e o que cada um deveria realizar, no circuito da família e da parentela.

Nas colônias, nem todos os filhos tinham acesso à escola e essa condição também desfavorecia a mulher pelo fato de ficar restrita às lides domésticas. Na grande família, na época das colheitas, a escola era preterida pelo trabalho, e frequentar a escola tinha um significado de aprender a ler, escrever e contar para fazer negócios. Essa visão permaneceu por algumas décadas, quando o valor do trabalho foi sobrepujado pelo valor da educação.

Experiências do empreender nas vozes do passado

Essa região tem experiências empreendedoras que se destacam na história do trabalho regional pela força que produziram na vida de suas famílias e no contorno social. É o caso da história de Luigia Zanrosso Eberbe, a chamada Gigia Bandera, Imigrante italiana chegada ao Brasil em 1884, casada com Giuseppe Eberle, que compra uma funilaria localizada no centro da vila de Caxias e aprende o ofício de funileiro. Por problemas de saúde, Giuseppe larga o trabalho na funilaria, mas o ensina a sua esposa, por volta de 1886. Luigia aprende com o marido a cortar as folhas de Flandres e a fabricar baldes, alambiques e máquinas de sulfatar. Comercializa os produtos fabricados na feira que ocorria na praça Dante Alighieri aos domingos, para atender os colonos que vinham à vila participar da missa na igreja matriz. Passa a ser conhecida como Gigia Bandera, Luiza Funileira. Ensina ao filho Abramo o ofício, que passa a auxiliar na funilaria.

Essa experiência mostra que a vontade e a necessidade de vencer pelo trabalho abrem espaços distintos para essa mulher que ensina ao filho o ofício, com o interesse de dar continuidade à atividade econômica que a vincula à cidade e que a diferencia do lugar de origem. Abre uma porta para o futuro que muda a sua vida, a vida da família e a vida da cidade.

Nessa mesma família, há a trajetória de outra mulher, Elisa Venzon Eberle, que casou-se com Abramo Eberle em 1901. No início das atividades da Funilaria e Ourivesaria Central de Abramo Eberle & Cia., era responsável por cozinhar para os empregados. Fazia pequenos consertos em guarda-chuvas e sombrinhas para complementar a renda familiar. Assumia o negócio do marido na ausência deste. Segundo Álvaro Franco:

[Elisa] Atendia aos serviços da casa, se bem que esses se encontrassem bastante aliviados com a ajuda dum servente. Além disso, cuidava de parte da loja [da *Ourivesaria e Funilaria Central*]. Muitas vezes preparava a comida para o pessoal todo, inclusive alguns aprendizes que recebiam alimento e hospedagem em troca de pequena colaboração prestada. Não contente com isso, a esposa de Abramo ainda tomou sobre os ombros o encargo de consertar guarda-chuvas e sombrinhas. (FRANCO, 1943, p. 111-112)].

Mulheres da mesma família, além de se dedicarem ao grupo familiar, desempenhavam funções distintas, ocupando espaços que foram se abrindo à medida que a vida urbana foi se desenrolando. Não ficaram presas nas funções tradicionais da família, não menosprezaram a importância das mesmas; ao contrário, demonstraram que, além do cumprimento de normas estabelecidas pela sociedade tradicional, a família, era possível desempenhar outras funções, cujo reconhecimento era dado pelos de fora, mas também pelos membros da família.

Ermelinda Viero Gianella, casada com Matteo Gianella, teve participação na criação do Lanifício Gianella, em 1917; exerceu funções de fiar, de cardar e de operação dos teares. Cuidava dos negócios quando o marido se ausentava. É considerada a primeira mulher de Caxias do Sul a operar uma máquina de malhas, importada da Itália pelo marido. Com a morte de Matteo Gianella, em 1942, assumiu o Lanifício, que passou a ter a denominação Viúva Matteo Gianella, ao lado dos filhos Remo e Doviglio Gianella. A lembrança de Ermelinda evidencia a presença da mulher nos negócios, de forma criativa, exemplar e constante. Nas lembranças do filho Doviglio Gianella, a mãe era uma demonstração de persistência e, na memória familiar, torna-se exemplo de dedicação no enfrentamento das dificuldades, criando soluções para os problemas do momento. As pequenas demonstrações de empreendedorismo nessas mulheres evocam a lembrança de que as marcas estão nas ações que as mesmas propuseram, para resolver os problemas econômicos daquele momento.

Outra lembrança de empreendedoras está na vida de Segismunda Pezzi, funcionária do Banco Francês e Italiano, tendo iniciado as atividades na agência em 1925, em Caxias do Sul. Foi eleita ao cargo de presidente do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul, em 1937, e sofreu por parte da sociedade da época certa discriminação, quando tentou se eleger para o legislativo municipal. Uma crônica intitulada “O avanço do feminismo”, publicada no periódico local *O Assombro*, em 22 de janeiro de 1938, desaprovava sua eleição e criticava o fato de que as mulheres estivessem ocupando espaços que eram “de direito dos homens”. Mesmo assim, em segmento que na época não era simples ocupar, a ativista teve um desempenho importante nas lutas em busca de direitos sociais para a mulher.

Na historiografia regional, que trata da ocupação da região nordeste do Rio Grande do Sul, como já falamos anteriormente, temos o exemplo de uma mulher vencedora, com características empreendedoras, Anna Maria Pauletti Rech, conhecida por Ana Rech. Essa imigrante italiana chegada ao Brasil em 1877, na condição de viúva com sete filhos, dá demonstrações de ações empreendedoras, marcadas pelo espírito inovador e pela capacidade de lidar com problemas, sem medo, enfrentando riscos e buscando soluções diretas para cada situação enfrentada. Desde a saída da Itália, da Província de Belluno, da comuna de Pedavena, teve forças para enfrentar as regras estabelecidas pela emigração quanto à viagem. Sabe-se que, para conseguir os documentos, não era permitido às mulheres inscreverem-se de forma isolada, já que cabia ao homem, chefe de família, ou mesmo solteiro fazer a solicitação da documentação para a viagem. Criou ponto de comércio e de hospedagem para tropeiros que passavam pela região do Travessão Leopoldina, distante cerca de 12 km da sede da Vila de Caxias. Doou terreno para a construção da igreja, do convento, do cemitério e do colégio da hoje região administrativa de Caxias do Sul, que leva seu nome.

Ana Rech se envolveu no projeto imigratório-italiano para a América, como solução para fugir da miséria que parte da população do Norte da Itália enfrentava. A necessidade de sair da pátria como alternativa para criar os filhos e vencer a pobreza torna-se um desafio para uma viúva com sete filhos, que vivia do trabalho camponês. A experiência migratória fortalece essa emigrante, que parte de Pedavena com um grupo de conacionais, cuja intenção era a mesma: iniciar uma grande aventura rumo ao futuro, em busca de liberdade, trabalho e acesso à terra. Como mulher sofre pressão por parte do Consulado, que acredita que sozinha, com tantos filhos, sem marido, não conseguiria sustentar a família e ser mão de obra desejada no país que a receberia. A ação empreendedora promovida pela emigrante centra-se na compreensão da localização de sua propriedade, o uso da terra e a possibilidade de transformar esse local num lugar de pouso

para os animais, já que se situava próximo ao caminho das tropas que os comerciantes utilizavam para unir as colônias italianas e as terras dos lusobrasileiros, que cultuavam a pecuária. O lugar da pousada logo ficou conhecido, e o sucesso do empreendimento foi conhecido por todos.

Na área da indústria, pode-se destacar o trabalho de Elisa Tramontina, que casou-se com ferreiro e cutedeiro Valentin Tramontina em 1920 e, com a morte do marido em 1939, o negócio da família passou a ser administrado por Elisa. Essa empreendedora investe em maquinário, tendo adquirido a primeira prensa excêntrica da fábrica, em 1944, para o corte das lâminas.

Uma história que mostra a sucessão é a de Amabile Zanandrea Stedile, que tornou-se “Cidadã caxiense” em 2012, e recebeu a “Medalha Monumento ao Imigrante”, pela Câmara de Vereadores do município, que evidencia, por meio de ações beneméritas, a visão comunitária que a movia.

Amabile foi forte apoiadora dos empreendimentos do marido, Francisco Stedile, fundador de empresas como Fras-le, Agrale e Lavrale, e um dos mais respeitados empresários da história de Caxias do Sul. Ao mesmo tempo, tornou-se mãe e avó zelosa, amiga sincera e mulher participativa em ações de benemerência. (FINCO, F.).

A colaboração de Amábile Zanandrea Stedile, com a fábrica de lonas, deu-se em muitas instâncias. Além de atender à Loja Casa de Borrachas, “ajudava a embalar lonas de freios, inclusive no turno da noite”. (Entrevista dada a Finco, 2001). Essa narrativa explícita que cumpria as funções domésticas e as funções dos negócios da família, colaborando como era possível. Disse: “Acho que fui a primeira mulher em Caxias a vender gasolina e a tirar carteira de motorista”. (Entrevista a Fabiano Finco, 2001). Sua filha Dolaimes teve um papel inovador na Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul em 1991, quando assumiu a Diretoria de Serviços Mercadológicos, sendo uma das primeiras mulheres a participar do Conselho Executivo da Instituição. Nessa mesma direção, sua neta Fúlvia Stedile Angeli Gazola foi uma das mulheres que ocupa lugar no Conselho Executivo, Deliberativo e Superior da CIC, numa demonstração de que as mulheres podem assumir funções fundamentais na vida econômica das instituições das quais participam.

A história de Luiza Tereza Aguzzoli Cemim traz para a história do empreendedorismo as condições que as mulheres enfrentavam no comércio, quando decidiam participar dos negócios. O Bazar Luizinha foi muito

conhecido na história de Caxias, pois era um lugar especial para comprar brinquedos. Vendiam bicicletas da marca Cordaro, muito requisitadas na época. O depoimento dessa protagonista evidencia o percurso feito por ela e por seus sócios. Na sua voz, Luiza Tereza descreve sua atividade:

Eu trabalhava na Livraria Ramos, era gerente. Ficava na frente da Livraria Rossi, onde agora é a Brisa Calçados. Bom!... para começar mesmo, foi naquela casa onde era o Banrisul e depois foi transferido, foi construído e fomos para lá.

A comerciante detalha como foi crescendo o negócio pelo qual era responsável.

Eu comecei lá tinha 18 anos. O Bazar Luizinha foi fundado em 1966, devo ter saído de lá em 65, 64. Aqui no Bazar estou há 30 anos, não sei dizer exato quantos anos trabalhei na Livraria Ramos. Eu peguei uma irmã minha de São Francisco de Paula, aquela que me cuidou, pegamos ela de sócia. Conta que o marido fazia a escrita, e ela cuidava do negócio. (Entrevista da depoente em abril de 2000, para Loraine Slomp Giron e Heloisa Bergamaschi).

Na área da educação, a experiência de Anna Maria Rath de Queiroz, conhecida como “Professora Marianinha”, ressalta o papel da mulher que se volta para o magistério e faz sua história acontecer, entre a vocação da escola, a importância da língua portuguesa e a preocupação social, com os alunos carentes, que precisavam de apoio para frequentar a escola. Sua trajetória é uma demonstração do amor às letras e da sua sensibilidade com a comunidade. Patrona da Cadeira 7, da Academia Caxiense de Letras, essa mulher comprova a possibilidade de fazer a diferença na formação profissional, por meio da vocação para o ensino. (GAZZOLA, 2000, apud AGUZZOLI; MACHADO, 2001, p. 36).

Todas as experiências dessas mulheres provam que o limite que as mesmas enfrentaram deve-se muito mais à matriz cultural que norteava as instituições de sua época do que o potencial e as possibilidades de ações, que as mesmas tiveram durante a vida. Em várias situações, a viuvez permite o comando e a liderança da instituição em vigor. O espaço doméstico e o espaço dos negócios conviviam de tal forma, que nem um nem outro são restrições ao avanço do que produziram essas mulheres.

Experiências do empreender nas vozes do presente

Agir, verbo corrente na voz das mulheres entrevistadas, quando perguntadas sobre o que é empreendedorismo. Tomar providências, atuar, fazer uma ação. É possível definir *ação*¹⁰ como aquela conduta humana planejada por uma pessoa, de forma autoconsciente, isto é, toda ação manifesta é, ao mesmo tempo, planejada e dotada de sentido. Abster-se de atuar também é uma ação, que é categorizada como ação negativa, como, por exemplo, o comerciante decidir não vender, o cirurgião decidir não operar. É fundamental, também, considerar o sentido que a própria pessoa atribui ao seu fazer. Nenhuma ação é isolada, divorciada do mundo, toda ação possui relação com a realidade social e com as crenças da própria pessoa.

Todo o planejar é uma antecipação de futuro e, para planificar, uma pessoa precisa ter alguns elementos essenciais do presente, como o espaço onde atua e seu acervo de conhecimento.

Certamente, quando Fúlvia Stedile Angeli Gazola, nos idos de 1997, participou do planejamento do Conselho da Mulher Empresária e Executiva, ela, juntamente com o grupo de idealizadoras, estava antecipando um futuro. Qual diagnóstico da realidade ela percebeu? Qual a necessidade de constituir um grupo de trabalho formado por mulheres?

Fúlvia, que atuou como presidente desse Conselho, no período de julho de 1997 a maio de 1999, conta:

Quando comecei a participar mais fortemente, em 1995, nas reuniões-almoço, que é um evento tradicional realizado todas as segundas-feiras, com a presença de palestrantes, se observava que, em um universo de, aproximadamente 200 pessoas na época, três mulheres participavam. Surgiu então a ideia de criarmos esse Conselho. [...] Foi algo impressionante, porque na primeira reunião-almoço, após a criação deste Conselho, nós tínhamos 50% de homens e 50% de mulheres [...]. Desde então, o papel do Conselho foi dar visibilidade às mulheres. Quando ele começou, mostrou imediatamente que elas atuavam, eram importantes na economia da nossa cidade.

Sobre empreendedorismo, ela afirma que é uma “porta” para realizações, e principalmente, no caso da mulher, é uma possibilidade para a autonomia. Quando fala da mulher, expressa:

¹⁰ Schütz A. Estudios sobre teoría social: escritos II. Buenos Aires: Amorrortu; 2003.

[...] Penso que ela sempre foi parte importantíssima da economia local. É possível ver que, entre os pioneiros da nossa cidade, estão mulheres em todas as áreas. Muitas vezes elas não apareciam, até por uma questão de formato da nossa sociedade. Algumas vezes elas ficavam retraídas, mas muitas vezes comandando o processo. Vimos uma virada a partir dos anos 1990, e acredito que começou a ter uma virada, por várias ações que a entidade foi fazendo, abrindo portas. Acredito que as mulheres abriram certas portas e tiveram visibilidade [...].

A virada a que se refere Fúlvia Stedile Angeli Gazola é um longo processo que busca transpor o modelo de família tradicional, em que o homem é responsável pelos negócios da família, para um modelo cooperativo, isto é, mulheres e homens reconhecidos como sujeitos capazes e cooperativos.

Lisete Oselame corroborou a fala de Fúlvia, quanto a quase invisibilidade das mulheres, no processo empreendedor da região. Lisete, também uma das profissionais pioneiras a gestar o Conselho da Mulher Empresária e Executiva, presidente no período de junho de 1999 a dezembro de 2001, lembra sua trajetória na CIC. Conta que ingressou na entidade em 1991, para implantar a área de comunicação. Permaneceu coordenadora da referida área por quatro anos, período no qual foram criados o setor de Relações Públicas e Eventos e o setor de Assessoria de Imprensa.

A depoente registrou

que foi um período de muita movimentação da CIC, porque estávamos justamente na era Collor, quando se falava muito em competitividade, se falava muito em abertura do mercado nacional, do mercado do Brasil para a área internacional, e nesse período de quatro anos nós criamos muitos eventos na CIC, foi um período também em que nós ganhamos um prêmio: Opinião Pública Nacional pelo case da CIC de Comunicação Integrada. Então foi um período bastante intenso e a gente percebia que nesses quatro anos a participação das empresárias, não só de Caxias do Sul e da região, era em número pequeno, pouca participação, mas sabíamos que elas existiam, tanto na indústria como no comércio, e na área de serviços; poucas participavam das entidades empresariais. Assim, em 1997, a Fulvia, eu e mais um grupo de mulheres, dentre elas Dina Gazola,

que compartilhava com Fúlvia a diretoria de Comunicação e Marketing, criou um grupo de mulheres para pensar justamente na criação desse Conselho da Empresária, que, no início, se chamou Conselho da Mulher Empresária e Executiva e depois, Conselho da Empresária.

A fala de Lisete Oselame reforça e evidencia a intenção da criação do Conselho:

A criação desse Conselho foi no sentido de fomentar o associativismo, fomentar novas lideranças femininas, para que elas aparecessem, para que elas viessem à tona. Sabíamos que todas elas estavam no mercado de trabalho, mas de certa forma acanhadas, tímidas, e a proposta do Conselho foi justamente fomentar lideranças femininas cujo público de 95, 97% era masculino. O objetivo estava claro: fomentar justamente novas lideranças em todos os setores e trazer as mulheres empresárias para participarem mais efetivamente de uma entidade de classe.

Nesse sentido, Zeli Dambros, atual presidente do Conselho da Empresária, contribui com mais um aspecto da concepção, ao dizer

que o empreendedorismo independe de sexo. No empreendedorismo [...], você nasce com aquela vontade de fazer, com atitudes, com desejos, que você, ao longo da vida, vai desenvolvendo. [...] Filion [Louis Jacques Filion], que é o rei do empreendedorismo, o pai, ele escreveu, e eu concordo com ele, que empreendedor é aquele(a) que não tem medo de nada, que embora até falhe, a pessoa pode dar uma recuada, mas vai de novo, insiste e acaba fazendo acontecer.

Terezinha Tregansin também ressalta que é a ação empreendedora, masculina ou feminina, como aquela que visa a uma organização social, que possa chegar a todos os segmentos. Entretanto, destaca que as empresas dirigidas por mulheres têm, em sua gestão, facilidade em criar harmonia nas relações de trabalho, devido à sua capacidade associativa. A mulher contemporânea destaca-se como empreendedora empresarial, ao mesmo tempo em que dirige sua vida familiar. A facilidade em tecer relações de amizade e verbosidade, atribuídas ao gênero feminino, possibilita um

convívio sem exagerada competição e hostilidade. Na maioria das vezes, o que leva a mulher ter sucesso no trabalho é sua capacidade em discernir o que é mais vantajoso à empresa.

No capítulo “O significado de empreender”, Mello (2016) argumenta que o entendimento sobre o que é empreendedorismo é um entendimento histórico, isto é, a cada etapa do processo histórico é formulado um entendimento para o conceito, de maneira que os sujeitos compreendam seus pressupostos e ajam segundo as diretrizes daquele determinado momento. Quem exemplifica muito bem os argumentos postos por Mello (2016), isto é, das transformações que ocorrem na interpretação do conceito, é Cintia Buzin.

Eu tive dois momentos de entendimento sobre o empreendedorismo. Penso que, quando eu iniciei minhas atividades profissionais e acadêmicas, eu acreditava que empreendedor era quem iniciava seu próprio negócio, eu sempre tive essa visão. Com o passar do tempo, com estudo, comecei a entender que não, que o empreendedorismo era bem maior do que isso. No meu caso específico, eu sucedi uma empresa familiar que hoje tem 47 anos e eu entendo que estar à frente de um negócio, mesmo tendo início com o meu pai, me torna uma empreendedora. Eu resumiria o empreendedorismo em sentimento, eu acho que o empreendedor é muito mais coração do que razão. A pessoa acredita no negócio, ela sonha com aquilo, ela aposta.

Em uma cultura cuja supremacia masculina predominou nas práticas culturais da região da Serra gaúcha, foi compreensível a reduzida participação das mulheres até meados dos anos 1990, em instituições representativas, como foi o caso da então Câmara de Indústria e Comércio. Nossas entrevistadas, nos parágrafos anteriores, ajudam no entendimento desse processo, como a busca por espaço de reconhecimento, de aprendizagem, de compartilhamento.

Transitando pelo entendimento de empreendedorismo, as entrevistadas apontam que é sinônimo de agir, não ter medo, insistir, manter o foco, acreditar no negócio. Lisete Oselame acrescentou ao entendimento de empreendedorismo,

que é uma inquietude e acima de tudo ter uma mente realizadora, é uma visão do coletivo, porque quando você empreende carrega consigo muitas responsabilidades, é preciso dar conta inclusive de todas as pessoas que estão contigo: funcionários, fornecedores, seus clientes. Acredito que muita gente empreendeu aqui na nossa região por necessidade da família, para manter o negócio da família; por necessidade financeira, mas acima de tudo sempre eu vejo que aquela pessoa... É um inconformado, é aquela pessoa que está fazendo alguma coisa, e diz: Não, mas eu tenho capacidade, eu vou lá e eu quero fazer isso.

A entrevistada vai mais longe e associa o engajamento das mulheres no Conselho como uma forma de fomentar lideranças.

Com a proposta evidenciada acima, a constituição do Conselho buscou operacionalizar um dos aspectos mais importantes do empreendedorismo: a influência das forças sociais, como normas e valores, que formam a estrutura dentro da qual os indivíduos podem alcançar as oportunidades. Portanto, o lugar a partir do qual os grupos se conectam para criar e extrair oportunidades, bem como fomentar uma rede cujo valor de trocas entre eles seja a interface.

Analice Carrer é atualmente presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas. Ela reflete sobre o papel do Conselho da Empresária, na mudança de paradigma em relação à postura empreendedora das mulheres.

Hoje, posso dizer que o Conselho é uma porta de entrada, o primeiro passo que ela dá, está ali. E também tem os dois lados, até para a entidade reconhecer, e outra, para a mulher também, porque às vezes nós temos muitas restrições, temos medo de arriscar. Eu arrisco demais às vezes, mas eu falo pela maioria, eu seguido falo, lá na CDL, que somos muito poucas, sempre faço chamamento, temos que trazer mais mulheres, porque nós chegamos até aqui...

Eu acho que algumas mulheres, que eu tive inclusive a oportunidade de apresentar alguns cases, foram para o mercado justamente por ser um negócio da família, ou porque o marido faleceu e elas tinham que tocar o negócio; elas tinham que fazer. As outras, porque eu acho que está no DNA, eu penso que tem uma questão, sim, forte que é a genética, que está no DNA dessa eterna busca por realizar, por fazer alguma coisa, eu tenho

certeza, pelo menos na minha visão, muitas mulheres foram para isso acreditando que podiam fazer diferente. Continua sendo o fazer, continua sendo a questão da realização, mas é no sentido de “eu posso fazer diferente” ou “eu posso fazer a diferença” [...]. Agora, o DNA aqui é muito forte.

Neiva Borghetti Nora é especialista na área financeira. Trabalhou vinte anos em instituição bancária. Em função da larga experiência, foi convidada a trabalhar no Banco da Mulher, na CIC, onde atua como voluntária. A entrevistada concebe

o empreendedorismo como a ação que vem desde aquela senhora que resolve comprar uma máquina, um forno, para fazer pão ou biscoito para vender, como é na experiência do Banco da Mulher, que tem muitas dessas clientes. Então, o empreendedorismo para mim começa ali. A gente tem em todos os níveis, mas aquela senhora que compra uma máquina de costura, que começa a trabalhar em casa, para ajudar na renda, é uma forma de empreender.

As referências teóricas sobre empreendedorismo, classicamente, associam a ação do empreender como busca de lucro, ou seja, concebido essencialmente como elemento da dimensão econômica. Margarete Bender é integrante da Diretoria de Política Urbana e Infraestrutura da CICs, participando de forma indireta do processo histórico do Conselho da Empresária, definiu o termo empreendedorismo

como algo que vai além do resultado de um processo econômico. Penso que o empreendedorismo tem um vínculo direto com qualquer processo que gera transformação na sociedade, seja de ordem cultural, social ou econômica. E nessa perspectiva eu tenho para mim que essa é uma região extremamente rica em mulheres empreendedoras; dentro desse leque bastante amplo é que eu entendo como sendo matriz daquilo que se pode conceituar como empreendedorismo.

Por força dos condicionantes culturais, as mulheres empreendedoras têm assumido um papel relevante ao longo dos anos, mais na esfera cultural e social do que na econômica. Por conta de resultados não somente locais, mas de ordem mundial.

somente nos últimos tempos, elas estão aparecendo na econômica.

Empreender na esfera cultural e social é conhecimento de causa para Eroni Mazzocchi Koppe. Ela reflete sobre sua participação no movimento estudantil e registra:

Eu me vejo como alguém aprendendo no movimento estudantil, lá atrás, eu participei do movimento estudantil na minha adolescência, fui secretária-geral da União Caxiense de Estudantes Secundários, lá atrás, há muitos anos. Depois participei dos movimentos de 1964, ligados à área estudantil, me dediquei à educação e acho que dali veio uma experiência sempre de superação, sempre de buscar mais, sempre de saber mais, sempre de se envolver com a comunidade, se envolver com as pessoas. Fui secretária de Educação no meu município, o que também me deu essa experiência, essa possibilidade. E quando eu tive que me tornar uma empresária, empreendedora... porque empreendedorismo para mim é mais do que ser empresário, a gente pode ser empreendedor em outras funções, em outros setores, quando me coube essa decisão de me tornar uma empresária de educação, é que eu senti que o empreendedorismo veio comigo num crescente, ele veio quando eu fui passando pelas diversas oportunidades.

Acho que a mulher tem ocupado um espaço bastante grande neste momento, embora ainda haja uma reserva de mercado aos homens, mas a gente tem se desafiado muito como mulher, tem ocupado espaços, têm aberto espaços, e é nesse desafio que eu vejo que a gente consegue realmente realizar as coisas, que temos como sonhos.

Nessa direção, o depoimento de Shirlei Omizzolo evidencia que as experiências são um rico aprendizado e trazem um significativo crescimento. Shirlei Omizzolo é vice-presidente de Serviços da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul, na gestão 2017-2018, tendo sido presidente do Conselho da Empresária em 2012-2013. A empresária entende empreendedorismo

pela capacidade de permitir acontecer, ter coragem, colocar em prática, argumentando que a mulher tem por natureza uma cultura de enfrentar as necessidades e de executar ações que precisam de resultados efetivos. Essa cultura lhe dá condições de realização.

A mulher sempre esteve presente em muitos espaços, trabalhando, e em muitas circunstâncias, não reclamava para si a autoria de suas benfeitorias. Nas questões de sucessão, tinha que provar sua capacidade e muitas vezes era protegida pela família, liberando-a da responsabilidade do comando, por proteção, pela possível exposição, pelo medo de masculinização que poderiam ser fatores dessa proteção, mas o que pode ser dito é que era capaz de assumir os compromissos sem medo dos prejuízos.

Shirlei Omizzolo comenta que a emancipação feminina também se dá na emancipação financeira, na luta por condições semelhantes. Quando a mulher assume um lugar secundário nos negócios, aceita essa condição posteriormente. Hoje as mulheres dão exemplos para as novas gerações do potencial que possuem, exemplos concretos, de suas experiências de vida, de enfrentamentos e de muita capacidade.

Eda Argenta corrobora esse pensamento. Relata que, nas últimas décadas, houve muitas mudanças sociais que melhoraram a situação da mulher. Lembra:

quando recém-formada em Medicina, o enfrentamento para criar situações novas no ambiente de trabalho. As mulheres não têm medo. Sabem do seu potencial.

Para Eda Argenta, empreender é

ter visão de oportunidades e saber transformá-las em sucesso. A mulher esteve abafada por muito tempo, mas hoje seu trabalho é visível.

Chama a atenção que a mulher teve oportunidades de se qualificar e que a escolaridade faz a diferença. Hoje a mulher está presente em muitas áreas especializadas, promovendo transformações pelo seu trabalho. Eda Argenta comenta sua experiência na presidência do Conselho da Empresária

em 2005, afirmando que foi muito positiva, pelo fato de reconhecer o fortalecimento do grupo de mulheres, causado pelo compartilhamento de experiências êxitosas e profícuas.

Tomando emprestado as palavras de Fúlvia, Lisete, Zeli, Terezinha Tregansin, Cintia, Analice, Neiva, Margarete, Eroni, Shirlei e Eda se evidencia que o processo histórico traçado por elas é de promover a reflexão sobre as várias sociabilidades e sobre os diferentes modos de operacionalizar a ação empreendedora, com um processo que gera transformação na sociedade, seja cultural, social ou econômica.

Vida cotidiana e acervo de conhecimento

É interessante pensar a atuação das mulheres empresárias no âmbito da vida cotidiana, como a interpretação do conjunto de experiências vividas, também, pelas mulheres que as precederam. Tal estoque de experiências que estão à nossa disposição pertencem ao conhecimento de fatos que fazem a ligação entre o que foi vivido pelas mulheres no passado e o vivido atual, entre a consciência do que mudou e do que permanece. A própria participação em um conselho, isto é, um coletivo, pressupõe a concepção de um mundo intersubjetivo, comum a um conjunto maior de pessoas. Sobre essa tecitura entre as experiências vividas, é possível compreender a aprendizagem de competências para ser empreendedora como um processo construtivo,¹¹ no qual as experiências passadas e aquelas do presente se integram enriquecendo e ressignificando constantemente o acervo de conhecimento dos sujeitos. Neste sentido, as experiências vividas não se configuram como a soma de eventos e de circunstâncias externas ao sujeito, mas o pressuposto fundamental para se dar a aprendizagem.

Nos contextos históricos narrados pelas entrevistadas, as lembranças da história de mulheres da família é marca constante: são diferentes relatos de diferentes mulheres, mas com semelhanças nos papéis desempenhados. Magda Corsetti Torresini apresenta aprendizagens de saberes construídos na vivência cotidiana com as avós, mães, tias. Magda inicia seu relato falando de um tempo.

¹¹ CAPPERUCCI, Davide. *La valutazione delle competenze in età adulta*. Pisa: Edizioni ETS, 2007. p. 23.

[...] quando Caxias foi fundada, tinha as Gigias Banderas que trabalhavam, não sei se mais, mas eu acho que igual, porque era serviço braçal, tanto do homem quanto da mulher. E era mescla de trabalho que não se sabia, claro; o homem sempre foi o dono da família, mas assim como empreendedores eu acho que os dois faziam trabalhos parelho. Caxias cresceu e teve uma época, eu acho que foi por 1900, que a mulher ficou restrita à casa, porque, veja bem, na Gigia Bandera a casa era continuidade do pátio, o pátio era continuidade do estábulo, o estábulo era continuidade da plantação, era uma empresa familiar em que todos trabalhavam.

Quando se industrializou, quem é que ia para o trabalho? Ele. E ela em casa muito pouco valorizada. Não era empreendedora nem na palavra nem na ação nem no benefício, nada. Era ele o provedor da família e ela ficou na retaguarda. Aí eu digo assim, foi a Universidade que surgiu, foi estudo que surgiu, foi a nova visão de mundo, foi pós-guerra, que a mulher começou a sair de casa. E começou a voltar para casa com seus lucros. [...] A tua mãe foi uma, a minha foi outra, a tua foi outra, a tua deve ter sido outra, elas não saíam da porta da casa, e aquele empreendedorismo não valia nada, digamos, em termos, de valores, [...] mas elas eram empreendedoras, elas só não tinham esse nome, não eram consideradas.

Quando eu comecei a fazer Letras aqui em Caxias, eu pedi para minha mãe me ensinar como se fazia uma polenta, porque eu só estudava. Ela disse: “Nem pensar, tu não vai aprender a cozinhar”. [...] Minha mãe era uma cozinheira, uma mestra na cozinha, mas enfatizava que eu não deveria aprender a cozinhar porque não seria valorizada! Então isto é uma cultura: a mãe sabia cozinhar, a comida era especial, mas era dentro de casa. Então, por que eu aprenderia cozinhar? Para continuar dentro de casa? [...] Quando eu chegava perto da panela para ver o molho que era maravilhoso, ela se apressava dizendo: “Não, não, vai estudar”.

Então isso é uma cultura que eu senti na minha avó, na minha mãe. Eram pessoas assim, dentro de casa. Aí vem a palavra, [...] a minha avó, por exemplo, era uma líder dentro da empresa Corsetti. Ela foi uma líder dentro de casa. Ela foi empreendedora porque tinha “asas para voar”, só que não voava porque não permitiam que ela trabalhasse numa empresa. Então, acho que

nós ficamos um período estagnados, [...] que os avós e os pais eram distanciados, o marido para rua, e a mulher dentro de casa. Até que começou a emparelhar, [...] eu acho que foi a introdução das universidades, a abertura do intelectual da mulher. Culturalmente, ela não sabia nada e não valia nada, então para que fazer alguma coisa? Não dava dinheiro! [...]

Essa palavra, se perguntassem quem é o empreendedor da família tal? Jamais citariam uma mulher. Tanto é que volta e meia, ao trabalhar com as meninas candidatas à rainha da Festa da Uva, eu pergunto quais são as mulheres? Peço que citem mulheres de Caxias. Só tem duas respostas: Ana Rech e Gigia Bandera. [...] A mulher estava ali, mas ela não era valorizada. A cultura não valorizava... Não valorizava a mulher pensadora, a mulher inteligente, a mulher que pudesse render, mulher ficava dentro de casa. É uma cultura, mulher cuida dos filhos, cuida da roupa, cuida da comida e ponto.

Se pensássemos o momento da transição de alguns papéis sociais, veríamos que algumas mulheres já tinham possibilidades de fazer a diferença, por meio de ações efetivas, que realizavam ainda no começo do século XX. Os registros de atividades econômicas do município mostram a história de diversas mulheres, que administravam os negócios dos pais e dos maridos, mas não tinham seu próprio negócio. Essa concepção era marcada por valores da cultura italiana, que haviam trazido quando emigraram, na qual a mulher era valorizada, mas estava sempre atrás do homem.

Segundo uma de nossas entrevistadas, Margarete Bender,

deixando de lado essa questão do feminismo, penso que nossa região tem uma característica que é peculiar, o processo de colonização. [...] a necessidade fez com que, de modo geral, a mulher trabalhasse, [...] os condicionantes levaram a mulher daqui, obrigatoriamente a participar do processo produtivo, seja na colônia, através da agricultura, além das atividades de casa, com aquele mundo de filhos, ou seja, a necessidade fez com que todos trabalhassem.

Eu tenho uma amiga, que o genro veio para Caxias, transferido por causa do emprego. Então, ela me contou o estranhamento da filha, pois a primeira pergunta que faziam, “e onde é que tu trabalha?”, ou seja, faz parte do dia a dia a pessoa trabalhar, a

pessoa que não trabalha parece que está fora do mundo de Caxias. Então, ela disse, a primeira coisa que me chamou a atenção foi o fato de que não se compreende uma pessoa não trabalhar, independentemente da condição econômica, independentemente... Mas vejo isso muito mais como resultado de um processo de necessidade que nos levou a isso.

Ao longo do tempo, a mulher, evidentemente, com a sua capacidade de trabalho, foi dando suporte ao desenvolvimento. Mais recentemente, ela começa a ganhar vitrine no setor produtivo. Eu não tenho dúvidas de que o desempenho, o papel da mulher no processo de construção desse espaço, que nós chamamos de Serra gaúcha, hoje o segundo polo de desenvolvimento do estado, está concentrado no trabalho da mulher sim, seja dentro das diversas profissões, seja como apoio.

Teresinha Tregansin chama a atenção ao fato de que, em tempos passados, mesmo que a mulher realizasse e se destacasse, seu trabalho não era reconhecido. Diz:

[...] vinte anos atrás a mulher podia ter um enorme de um destaque, uma inteligência fantástica e não aparecia.

Essa observação salienta que estamos em tempos de mudanças e que as conquistas passadas tomam vulto e começam a modificar algumas funções institucionais.

O relato de Cíntia Buzin, gestora da Metalúrgica Buzin, atual vice-presidente do Conselho da Empresária, realça a inserção da mulher na indústria pela forma de condução e segue nessa direção. Cíntia registra:

Eu, no meu caso, o ambiente profissional era totalmente masculino, todos os funcionários eram homens, nós éramos, aproximadamente, 60 funcionários e tinha três mulheres. Acredito ter quebrado a barreira do feminino e do masculino com conhecimento. Eu acredito que o conhecimento, a responsabilidade, essa perseverança levam as pessoas a confiarem em ti, leva um tempo até provarmos que nossa competência e que sabemos o que estamos fazendo. Eu acredito, por exemplo, que nesse mundo metalúrgico, o homem é favorecido, porque independente dele ter conhecimento ou não,

as pessoas acreditam que ele saiba, a mulher não, a mulher tem que provar esse conhecimento. No momento em que eu quebrei essa barreira, eu não tive dificuldade para lidar com funcionários, com cliente, com fornecedor, mas tudo isso eu penso que a base foi conhecer o produto, a empresa, a missão e a visão dos negócios. Levou um tempo, levou um tempo.

Terezinha Pretto Serafini, quando de seu depoimento, lembrou:

Minha avó queria que eu fosse professora e dona de casa. Eu nasci em 1930, imaginem... Então, é assim que acontece. Vai passando, vai passando, e eu vou dizer uma coisa para vocês, eu tenho orgulho da minha vó, porque se eu tivesse que escrever um livro eu escreveria “Madalena Pretto, meu tipo inesquecível”, porque tudo que ela me ensinou, até hoje, está certo. E mesmo como médicas, podemos ver, agora, o número de moças que cursam a faculdade de Medicina é uma coisa maravilhosa, e nós temos mulheres aqui que se destacam como médicas. Eu me orgulho muito, porque eu queria ser médica, mas na minha época, mulher não podia ser médica, minha avó ficou apavorada. Ela dizia: “Vou contratar um guarda para andar contigo”. Eu acho que Caxias cresceu muito, muito, e nós temos mulheres delegadas, na polícia, nós temos juízas... então, aos poucos, nós vamos chegar lá.

A fala de Terezinha Pretto Serafini remete à questão das profissões que eram estabelecidas para as mulheres como definidas, sem possibilidade de transpor as normas estabelecidas, e era comum para a mulher alguma atividade que estivesse relacionada ao cuidado. Quando as mulheres sonhavam em exercer profissões, que eram atribuídas aos homens, não era uma condição simples de negociar com a família.

Assim como o acervo de conhecimento herdado foi fundamental para construir andaimes para novas aprendizagens, as depoentes refletiram sobre um aspecto em comum, isto é, a crescente importância que o conhecimento passou a ter nas décadas recentes.

Trabalhando na área financeira de banco, Nair Postali lembra:

Fui gerente geral de bancos, [...] sempre com bancos multinacionais, bancos onde eu tive um vasto conhecimento. Eu me formei na UCS, em Relações Públicas, formação que usei muito no banco, porque, quando você fala no curso de Relações Públicas, parece uma coisa restrita, relações é só contato. Não, você tem que conhecer desde o início até o fim de uma empresa, para você realmente fazer uma boa gestão. Então, pra mim, isso me ajudou muito, eu tive muitos cursos e reconhecimento pelo Banco, no caso assim, de fazer a agência, lucratividade, eu acho que aí teve sim um grande foco de ser uma empreendedora, porque eu chamava a agência de uma empresa, não era o Banco como um todo, a minha agência era uma empresa, ela tinha que ser rentável, ela tinha que ter seus funcionários todos motivados, para que a gente conseguisse realmente o resultado, e, graças a Deus, a minha agência era sempre uma agência de destaque, e eu ganhei um monte de prêmios, fui para o Exterior receber e tal. E a minha relação com a CIC era eu participar através de eventos de Banco.

A importância de construir um acervo de conhecimento profissional é também sublinhado por Nádia Emer Grasseli. Natural do município de Farroupilha, reside em Caxias do Sul há 40 anos, desde seu casamento, mas sempre trabalhou em Farroupilha. Nádia relata da seguinte forma sua trajetória de formação profissional.

Em Farroupilha, eu tenho um escritório de contabilidade, então, uma empresa da área contábil, e é uma empresa que eu tenho 45 funcionários. [...] Nasci no interior de Farroupilha, quase perto de Garibaldi, entre Farroupilha e Garibaldi. Trabalhei na roça muitos anos, naquela época não era como hoje que o governo dá tudo e mais um pouco para as pessoas estudarem. Para estudar, a gente tinha que ir para a cidade, eu tinha que pagar as minhas passagens, pagar o colégio, só era particular, não tinha... Mas graças a mim e com a ajuda de Deus eu consegui fazer o 2º grau.

Na época era diferente de hoje, tinha o ginásio e depois tinha o técnico, vinha depois... Concluindo o ginásio, fiz o técnico em

contabilidade, me formando em 1972. Comecei trabalhar num escritório de contabilidade. Trabalhei muitos anos como funcionária e depois me tornei sócia. Tanto é que a faculdade – sou graduada em Ciências Econômicas e em Ciências Contábeis –, que cursei na UCS, eu fiz depois de muitos anos, quando já tinha as minhas filhas crescidas. Antes eu não tinha dinheiro para pagar a faculdade, e depois eu tive as filhas, não tinha com quem deixar, eu sou sozinha aqui, a minha família mora toda em Farroupilha.

Esperei as minhas filhas crescerem um pouco para que pudessem ficar com o meu marido, aí eu voltei para os bancos escolares. Isso que eu falei primeiro, que é muito bom voltar aos bancos escolares, onde eu era a mais madura, e os demais bem jovens, mas me senti muito bem. Então fiz Ciências Econômicas e depois eu cursei Ciências Contábeis. [...] eu convivo com todos os ramos da economia, porque nós somos um escritório que atende indústria, comércio, prestação de serviços, não são todos os ramos, mas muitos, e também a área da construção civil, que é uma área que requer bastante. E, também, eu sou uma pessoa que, além das graduações, para poder exercer a minha profissão eu sempre participo de cursos, palestras, seminários, eu não posso perder e não é só pela palestra que eu vou ouvir, mas eu costumo valorizar muito a troca de ideias com outros profissionais, ouvindo problemas, e até palestras com empresários.

Necessariamente, a palestra não precisa ser na minha área, mas aí eu ouço o que o empresário tem a dizer, a colocar em relação à economia e em relação à própria categoria contábil. Eu fiz parte da diretoria do Sescon Caxias do Sul, e atualmente sou conselheira no Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre.

O desafio de ser sucessora de um empreendedor levou Eliana Castellan Sales – há 34 anos trabalhando na empresa que é da sua família e de parentes –, a fábrica de móveis Florense –, a aprender tudo. Sua narrativa registra:

Sou Diretora Financeira, e eu comecei aprendendo tudo, porque a minha formação é Licenciatura em Ciências Biológicas. Cheguei a trabalhar como professora no Fundamental, foi uma experiência importante para mim, mas eu não resisti, digamos, aos apelos e à pressão sofrida pelo meu pai, que até hoje é presidente da empresa, para trabalhar, e outra, a necessidade de ter uma renda melhor em razão de uma separação; eu tinha uma filha, então eu atendi a esse apelo, porque foi importante para mim e, na verdade, eu sou sucessora de um empreendedor, eu sou uma empreendedora de sucessão.

Com a compreensão de que o empreendedorismo é *uma capacidade inerente ao ser humano, que é buscar soluções para determinados problemas, agregando valores a trabalhos e produtos*, Marta Michelon descreve seu pioneirismo na atividade de assessoria para serviços sociais em Caxias do Sul.

Sou psicóloga de formação, por meio da UCS, e esta profissão foi fundamental para que eu criasse minha empresa em 1997, a MM Eventos. Ao iniciar, fui pioneira na atividade de assessoria para serviços sociais em Caxias do Sul. Hoje, 20 anos depois, incentivo o turismo de eventos sociais, por meio de festas realizadas nos belos recantos e espaços de eventos da Serra gaúcha. Com esta empresa participo a 18 anos da CIC. Fui presidente do Conselho da Empresária e até hoje atuo nesta entidade. Incentivo ações que tragam mais empreendedoras e jovens para a CIC, e um exemplo é o Café com Informação.

Residente no vizinho município de São Marcos, Vanessa Chinelatto De Alexandre, 35 anos, é formada em Administração de Empresas. Em seu relato, informa:

Faço parte da CIC de São Marcos, sou presidente do Comércio. Eu comecei trabalhando no comércio; meu primeiro emprego foi com vendas, sempre me apaixonei por esse ramo. Eu fiz estágio em bancos, trabalhei no Banrisul e no Sicredi, quando me formei, defendi, aqui na UCS, um Trabalho de Conclusão de Curso, na linha de implantação de um novo negócio, trabalhei na área do empreendedorismo.

O projeto acadêmico propôs a implantação de uma pizzaria, e eu defendi toda ela, fiz pesquisa de mercado, tudo. Me formei em 2006, em março, e no mesmo ano eu coloquei em prática. Então, eu coloquei a pizzaria na cidade, fiquei com ela aberta até poucos anos atrás, me desfiz dela para me dedicar a ser mãe. Hoje eu tenho uma loja, eu trabalho mais com o público feminino, é um loja especializada em moda íntima, moda praia e a gente tem mais alguns itens que atendem principalmente a mulher. Na época da Páscoa eu represento o Chocolate Do Parke lá na nossa cidade, então a gente atende às empresas com feira interna e faz toda essa parte de comercialização.

Vivenciar experiências familiares positivas de atuação, seja no cotidiano privado da família, seja no espaço público da profissão, foi elemento constituidor para a conselheira Franciele Granada. Ela diz:

Sou arquiteta, tenho um escritório de arquitetura. Eu sempre tive isso muito presente na minha vida, minha família é muito grande. Tive exemplo da minha tia, da minha mãe. Meu pai sempre me incentivou. A minha mãe não era dona do negócio dela, mas ela sempre trabalhou e tinha uma posição dentro da empresa em que ela conseguia se manifestar. Eu trabalhei desde a época de estágio, trabalhei um pouquinho com pesquisa, depois quando eu retornei para Caxias eu trabalhei dentro de uma empresa.

Sempre me enxerguei uma pessoa que busca fazer diferença. Para mim, tem diversas formas de manifestar esse empreendedorismo e todos eles são importantes.

A posição de Beatriz Caregnato da Silva evidencia a necessidade que a mulher enfrenta de conciliar tarefas envolvendo a vida familiar, empresarial e as demais atividades fora de casa. Para Beatriz, empreender

é não ter medo de errar, ter a coragem e acreditar na sua própria capacidade. Com perspectiva de futuro financeiro, é ter o reconhecimento de formar lideranças”.

Beatriz relembra: “Iniciei minha faculdade de Ciências Contábeis em 1977, havia aulas em que estava somente eu como mulher. Um dos motivos também por ser o curso noturno, opção que eu tinha, pois precisava trabalhar durante o dia. Com muita coragem, e sem medos, me esforcei para provar que tinha melhor capacidade de que meus colegas homens, para ser responsável pela contabilidade das empresas; na maioria das vezes, tive que baixar honorários para conquistar clientes. E, o espírito de liderança, desde tempos de estudante, me fez estar inserida em entidades que, acredito, muitas mulheres conseguiram a visibilidade, através do voluntariado, para ascender em atividades profissionais e empreender em negócios financeiros.

Acabamos de ler diferentes depoimentos, diferentes memórias, identificando como cada entrevistada construiu o conhecimento para empreender, seja no sentido de promover mudanças nos papéis sociais das mulheres, seja no aspecto do empreendedorismo econômico. Os registros de Magda, Margarete, Cintia, Terezinha Tregansin, Terezinha Pretto Serafini, Nair, Nadia, Eliana, Vanessa, Marta, Beatriz, Franciele nos proporcionam a compreensão de como o legado de gerações anteriores, integrados aos saberes escolarizados, compõem a concepção de empreendedorismo, que ocupa múltiplos lugares entre o privado e o público.

Empreender na e com a comunidade

O cotidiano de nossa vida não é um mundo privado, mas é um mundo compartilhado com outras pessoas, experimentado e interpretado no coletivo; portanto, é um mundo comum a todos, historicamente dado como um mundo sociocultural. Uma pessoa, ao agir sobre outra, também recebe as ações dela, reconhece essa relação mútua, e esse conhecimento também se reflete neles, de maneira que experimentem as ações compartilhadas de modo similar. A realidade é produto dessa relação e depende de um observador que olhará para a experiência e a compartilhará com outros observadores, que fazem parte do mesmo contexto. O observador humano, o ator social, só existe em interação com o mundo e com outros atores com quem compartilha a mesma realidade, o que tende a uma recursão da experiência vivida. Nesse sentido, o mundo é algo que devemos modificar, constantemente, com nossas ações.

Caxias do Sul revela o espírito associativo que a constituiu desde sua origem, numa demonstração de sua capacidade de agregar os interesses da comunidade regional, no intuito de promover o conhecimento e sua socialização. O compromisso do Conselho da Empresária, com as comunidades às quais está inserido, representa a formação de novas gerações, marcadas por esse espírito comunitário. O sucesso dessa comunidade não se resume ao potencial econômico, mas considera o potencial cultural, que deu lastro e alimentou os processos criativos e inovadores, marcas presentes nas experiências empreendedoras.

Fúlvia Stedile Angeli Gazola salienta que,

para uma empreendedora, é importante mover-se com a comunidade em que ela está inserida, é importante ela negociar com as áreas que ela atua, seja nos negócios, na família se é uma família empresária, dentro da sua própria organização; ela tem que saber negociar para conseguir defender seus pontos de vista, mas ela também tem que estar presente na comunidade dela, e isso que eu acho que a mulher tem agregado muito à CIC também, porque essa presença em várias esferas nem sempre se dá com público masculino.[...] o nosso foco é desenvolvimento, é que as pessoas possam empreender, que tenham um bom ambiente de negócios para gerar empregos, aquela coisa, esse é o foco principal, só que a entidade sempre se preocupou com a comunidade também. A questão do voluntariado eu acho que é muito forte, inclusive na cidade, existe essa força, e ali está inserido.

Analice Carrer narra uma história de vida e de profissão com a presença constante do trabalho voluntário nas comunidades onde esteve e está inserida. Administradora de empresas, formada pela Universidade de Caxias do Sul, sócia-fundadora e diretora da empresa Anay Fitas Comercial e Distribuidora Ltda., rememora alguns passos de sua trajetória comunitária.

[...] às vezes o pessoal me pede trabalho voluntário, nós já trabalhávamos lá na colônia, ajudávamos na igreja, no salão; a família já tinha o DNA de trabalho voluntário. Nós ainda estávamos trabalhando em porão, vamos dizer bem assim, nós já nos reuníamos, tínhamos os micro (microempresários), tínhamos um grupo, inclusive demos até um nome, Grupo de

Estudos Empresariais. O que fazíamos lá? Não tínhamos a comunicação que temos hoje, a informação que se tem hoje, então trocávamos experiências, sobre situações-problema, como é que cada um solucionava. Alguém sempre tinha alguma novidade. Era um grupo, inclusive tinha empresários, tinha um professor junto, nós tínhamos das mais variadas participações, e eram todos eles assim pequenos.

Que fim teve esse grupo? Numa ocasião nós convidamos o D'Arrigo; era o presidente da CIC. Ele soube do grupo, nos visitou, nos convidou para participar da CIC. Assim foi criado dentro da CIC o departamento da Micro e Pequena Empresa, partindo desse grupo, foi ampliando. Na sequência, o Sérgio Bruno Cesa, que era o presidente, ele oficializou, criou a comissão da Micro e Pequena Empresa e eu coordenei essa comissão, inclusive tive a oportunidade de participar em Brasília, em Blumenau... lembro que tinha encontros. Foi essa a minha ida para a CIC, foi junto com os microempresários que chegamos lá.

Nessa direção, Maria Lúcia Bettega lembra que, quando o Conselho foi criado em 1997, foram pensados alguns projetos nos quais a mulher pudesse mostrar seu potencial fora da entidade. Recorda que a proposta era

sair de dentro da CIC e levar para a comunidade propostas que conversassem com a sociedade. Então nasceram esses dois projetos Cultura e Comunidade, até onde eu acompanhei, era que tivessem um movimento, um envolvimento com a comunidade, senão aquele grupo de mulheres se limitava a participar dos eventos da CIC e fazer reuniões. Então a ideia foi promover um movimento interno ao Conselho, para que também as pessoas se integrassem a uma atividade externa, que trouxesse benefício a comunidade.

Mirtes Fabris Rodrigues, que esteve na presidência do Conselho, de 2002-2004, evidencia que, na comunidade, tem-se muitos espaços de aprendizagem e que sua atuação no Conselho da Empresária foi um deles. Ressalta que é possível

aprender a aprender, aprender a mudar e aprender a fazer”. A Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul é uma forte representação do universo econômico da região e participar de suas atividades, colaborando para a realização dos projetos assinados pelo Conselho, é uma experiência de aprendizagem que permite atender aos objetivos do próprio Conselho.

Claúdia Sassi que também esteve na presidência quando o Conselho comemorou seus dez anos de existência compactua com a ideia de que o Conselho forma lideranças. A empresária comenta que *“as mulheres estão despontando em todos os segmentos e setores empresariais”*. (CIC, 2007, p. 2).

Essas posições evidenciam espaços que a mulher pode ocupar em benefício da comunidade, mas precisa ter iniciativa para realizá-los, o que conduz ao próprio conceito de empreendedorismo, que envolve fazer, agir, ter iniciativas, correr riscos e enfrentar problemas.

Rosane Bender Demari define como empreendedorismo *“ter coragem no meio da diversidade. Para empreender é preciso ter coragem para enfrentar a vida que não é uma linha reta”*. Rosane Bender Demari, presidente do Conselho da Empresária em 2010-2011, destaca a força do associativismo na região, como elemento propulsor do desenvolvimento e chama a atenção que as mulheres, quando apoiadas, podem alcançar cargos de prestígio e de poder. Nas estruturas familiares, buscam apoio para realizar atividades das quais são capazes e possuem credibilidade. Esses atributos ajudam a fazer o enfrentamento das dificuldades.

Utilizando raciocínio semelhante acerca do associativismo, Marcia Rosa defende que empreendedorismo *“é tomar para si, é fazer”*. Essa visão de ação, muito discutida entre os estudiosos do empreendedorismo, encontra-se na vertente defendida por Max Weber, quando diz que o crescimento do empreendedorismo está relacionado a um contexto de valores associados à ética da sociedade. É impossível negar que, nessa região, há um culto ao trabalho que se mantém por muitas décadas e que nos permite explicar a ação empreendedora. Para Weber, o empreendedor é um agente racional, movido por valores e influencia a cultura em que está inserido. (WEBER, 1974, p. 75).

Palavras nas experiências compartilhadas

A experiência humana é intersubjetiva, isto quer dizer que todos estão inter-relacionados. A comunicação, o compartilhar algo comum pressupõe a crença no Outro e no mundo da vida cotidiana, como um universo de significados culturais presentes em um tempo e em um espaço. A relação dos sujeitos com a realidade e o mundo implica transformá-lo como resultado da experiência. É possível dizer que a experiência é o ponto de partida para transformar e melhorar o próprio contexto. Uma vez que estamos interligados, vivemos influências recíprocas em nosso mundo cotidiano. Vivemos em um constante processo de criar, experienciar, transformar. Assim podemos dar sentido ao nosso espaço e às nossas ações.

A seguir, o texto registrará diferentes histórias de empreendedorismo, sempre narrativas em primeira pessoa. São excertos retirados das entrevistas, que mostram, na prática do dia a dia, como cada depoente elaborou a experiência de empreender.

Maria Menegotto

Minha empresa é Bordados Benevi. Eu não tenho estudo, eu comecei aos poucos, eu era uma simples bordadeira. Trabalhava em casa, criei meus filhos. Meu marido era caminhoneiro, viajava lá para Mato Grosso. Certa vez, ele chegou e falou 'lá eles falam muito dos bordados de Caxias, aqueles que tu está trabalhando, que tu faz'. Aí tive a ideia de fazer uns lençóis bonitos, bordados. Comecei a trabalhar assim, ele levou lá uma meia dúzia de lençóis viajando, e todo mundo gostou, começaram a pedir mais e mais, eu ia fazendo conforme conseguia sozinha. Em seguida, pensei em abrir uma firma para mim, tinha lugar embaixo da casa, e também pensei nos meus filhos, queria ficar com as crianças perto. Eu morava em cima, abri uma firma pequeninha. Comprar tecidos direto, comprava da Coteminas, eu precisava da nota para eu vender e também para comprar.

Comecei e não dava conta, contratei uma funcionária... eu sem estudo, bem simples, mas eu fazia todas as minhas peças bem feitinhas. Começaram procurar mais e mais, fui contratando mais funcionárias. Na época, 36 anos atrás, tinha umas três funcionárias. Fomos levando, crescendo, e está o que tenho hoje.

Hoje tenho meus filhos junto. Criei minhas crianças junto no meu trabalho, sempre quis estar perto deles, era o jeito que eu

tinha para ficar perto, já que meu marido viajava... Eles dormiam com o barulho das máquinas.

Hoje estão trabalhando na firma, eu estou ainda, estou aposentada, mas estou lá de manhã à noite junto trabalhando.

Fui sempre fazendo aos pouquinhos, tudo bem certinho, como entrava saía, controlando tudo... Hoje temos lojas, vendemos cama, mesa e banho, tem muita coisa, edredom, cobredom. Eu comecei mesmo foi com jogos de lençóis, essas coisas mais...

Lisete Oselame

Sou formada em Relações Públicas aqui pela Universidade de Caxias do Sul, com pós-graduação em Comunicação Organizacional também aqui pela UCS; então, na verdade, eu sou uma profissional da Comunicação e comunicadora, tenho um programa na Rádio Caxias já há vinte anos, programa diário de duas horas com entrevistas e tenho uma empresa que é a Interface Comunicação e Eventos, que está há 22 anos no mercado, trabalhando justamente a questão de relacionamentos, eventos sociais, corporativos, comunitários e eventos técnicos.

Eu entrei na CIC em 1991, na gestão do empresário Nestor Perini, porque não existia área de comunicação na CIC, e o Nestor Perini e o Juarez Tonietto contataram comigo. Eu fiquei quatro anos na CIC de Caxias do Sul coordenando a área de Comunicação, criamos o setor de Relações Públicas e Eventos e o setor de Assessoria de Imprensa, que foi um período de muita movimentação da CIC, porque estávamos justamente na era Collor, quando se falava muito em competitividade, se falava muito em abertura do mercado nacional, do mercado do Brasil para a área internacional, e nesse período de quatro anos nós criamos muitos eventos na CIC.

Foi um período também que nós ganhamos um prêmio “Opinião Pública Nacional” pelo case da CIC de Comunicação Integrada. Foi um período intenso, e a gente percebia que nesses quatro anos a participação das empresárias, não só de Caxias do Sul e da região, era em número pequeno, mas sabíamos que elas existiam, tanto na indústria, como no comércio, como na área de serviços.

Analice Carrer

Comecei a trabalhar, na juventude, em uma empresa que fazia impressões em chaveiros e camisetas. Saí da empresa com esse conhecimento e montei uma empresa própria, no porão de casa, onde produzia cartões de visita e etiquetas para roupas de malharia. Montei em seguida e mantive concomitante uma empresa distribuidora dos produtos 3M, a Anay Fitas.

Eu vim de Marcorama, que é interior de Garibaldi, eu vim quando tinha 15, 14 para 15 anos, porque eu já tinha três irmãs que moravam aqui e trabalhavam na Eberle.

Eu ia fazer o serviço de casa, até porque elas trabalhavam e eu estudava de dia, mas eu já visualizei, como tinha uma empresa de, hoje ela não existe mais, mas era uma empresa próxima de casa que fazia impressões em chaveiros, em camisetas, trabalhava nessa área e aí eu comecei logo logo a trabalhar ali, e também assim, não demorou muito que começaram, duas pessoas saíram, já montaram um tipo de negócio, eu acabei também saindo dessa empresa com um pouco know-how de impressão, impressão de, se faziam muitos chaveiros, hoje não se faz, mas, na época, se fazia muito e camisetas, que as escolas produziam camisetas, sempre a parte de impressão; então, aí saí dessa empresa e comecei a trabalhar num porão, sábado à noite, quando tinha feriado, inclusive até para deixar uma pessoa treinada onde eu estava trabalhando. Foi bem bacana a empresa onde eu trabalhava; fiquei mais uns seis meses até para deixar uma pessoa preparada e eles já sabendo do outro negócio que eu estava conduzindo, então, hoje é difícil de ter isso, mas é bacana, você ser transparente.

E aí foi assim, vou tentar, se não der eu continuo empregada, aí tinha uns dias que eu precisei faltar no emprego; aí chegou o ponto que eu comecei a me dedicar o tempo todo ali, um porão que a gente fazia essa impressão, depois começamos a imprimir cartões de visita, etiquetas de malharia que colocavam nas malhas, e aí foi indo, foi abrindo esse mercado, isso foi bem no comecinho.

Eu tinha um sócio, aliás nas duas empresas que eu tive e atualmente também, nós somos só em dois sócios, mas sempre, desde o início nós temos parceria grande com produtos da 3M, já trabalho com a 3M a 40 anos, um produto inovador.

Depois eu fiquei quase 30 anos, mas paralelamente eu tinha a distribuidora, Anay Fitas que é distribuidora de produtos da 3M; então se visualizou, comecei cedo, aliás, eu precisei me emancipar, meu pai realmente me emancipou para poder começar...

Naquela época, há 30 anos, a 3M estava buscando um distribuidor aqui para produtos mais da linha industrial, fitas, lixas e colas, e nós nos propomos já que conhecíamos bem a 3M, até eles vieram oferecer e aí na verdade se andava com dois negócios, o de impressão e... Depois eu me foquei na distribuição; ela estava desenvolvendo bastante. Hoje nós temos Caxias e Porto Alegre também, são duas, Porto Alegre filial. Então. Estamos dentro da 3M, nós somos um dos principais distribuidores dela em nível de Brasil, atendemos o Brasil todo, mas bem-focada aqui na região...

Quando falam em empreendedor, eu me lembro das ações que a gente precisa, porque quando tu pensa em empreender tu tem que pensar que tu tem que ter foco, tu tem que arriscar, nós precisamos preparar e, dentro dessa área do foco, se você pensa em empreender tem todas essas variáveis que tu tem que diariamente ir trabalhando elas; então, o empreender realmente é você apostar, apostar em algo. Que mercado eu vou apostar? Em que pessoas vou apostar? Por que tudo isso, com a soma dessas ações, vai te dar o resultado desse empreender? Empreender é executar, talvez o empreender hoje... Nós achamos que todo mundo tem que ter a sua empresa, talvez não é só isso, mas como nós temos isso na experiência de 40 anos, já empreender para mim é realmente ser, ter a tua empresa e com ela tu fazer as ações desse empreendedorismo aí. [...]

Ana Paula Cechinato Sotoriva

Eu tenho 32 anos, sou formada em Administração pela Universidade de Caxias do Sul. Trabalho na indústria metalúrgica desde sempre, eu comecei com o meu pai também... Ele sempre foi o empreendedor, e eu aprendi com ele, acho que é bem isso. Eu fiz parte da CIC de São Marcos por dez anos. Eu sempre gostei muito da produção, eu realmente gosto daquilo. Quando eu era pequena, quando eu comecei a pensar “Ah, vai ser o que quando crescer?”, eu ia ser médica, eu sempre achei uma profissão maravilhosa, mas aí, “Vamos ajudar o pai, vamos

ajudar o pai, vamos ajudar o pai”, aquela coisa, tu vai te envolvendo, e eu me envolvi bastante. Hoje, a administração, eu gosto de fazer isso, eu gosto de administrar, já fiz de tudo, só não trabalhei numa solda porque eu não sabia direito, mas eu acho que isso é bem importante; [...] acredito que a gente precisa saber um pouquinho de cada coisa, se precisar descer na expedição hoje pra ajudar a separar qualquer coisa pra fazer, eu não me importo, eu acho que a gente não deve se importar com isso, eu levo muito esse tipo de coisa, que foi uma coisa que meu pai trouxe.

Salete Sangali

Eu sou de Garibaldi e a nossa empresa é a Climatec Refrigeração Ltda. Nós temos uma empresa que atua no ramo de refrigeração industrial, atendemos câmaras frigoríficas, Schiller, Hack, túnel de congelamento, desde a venda até a manutenção. Fui indicada pela CIC de Garibaldi, justamente por ser coordenadora da Mulher Empreendedora de lá. Como eu falei antes, a gente conheceu o Conselho da Empresária terça passada, uma experiência muito boa, tiramos muitas novidades, bastante coisas novas, ideias, já estamos fazendo alguma coisa também, já estamos mexendo no nosso grupo.

Para mim é assim: hoje em dia o empreendedor não pode parar, ele precisa estar sempre à frente de um tempo, porque a própria atualidade, internet, tudo está mostrando para nós... Ela, a própria internet, hoje, uma coisa, lá na frente ela já muda, tu tem que andar acompanhando isso. Então, na própria empresa, sempre estar... a gente vai a feiras, acompanhando as novidades que têm na empresa... E, no grupo da Coordenadoria da Mulher Empreendedora, o meu maior desafio foi... Nossa, hoje eu sou coordenadora da Mulher Empreendedora, para mim foi um desafio. Por quê? A minha vida era assim: meu trabalho, meu marido, porque eu não tenho filhos; então, da casa para o trabalho, do trabalho para casa, umas viagens... Mas aí eu me vi num posto de coordenadora da Mulher Empreendedora, posso dizer hoje, que foi um desafio para mim, eu estou no terceiro ano, e aí eu pensei, sou um pouquinho tímida, mas eu não posso ficar parada, tenho que mostrar para o meu grupo o que eu posso fazer por eles, e corri atrás e procurei novidades, implantei no sistema nosso bastante coisas, posso dizer que o nosso grupo

de três anos atrás não é mais o mesmo, as gurias estão muito felizes, elas adoram o trabalho que a gente está fazendo [...] sou muito apaixonada por esse trabalho que eu estou fazendo.

Neiva Nora

E eu, logo que comecei a trabalhar, comecei em banco, ainda estava cursando a faculdade, fiz um concurso e entrei no banco, eu fui a primeira mulher a ser promovida gerente dentro do Banco do Estado do Paraná.

Quando eu fui convidada para fazer parte do Banco da Mulher ele já tinha sido constituído, e foi constituído no mesmo ano do Conselho da Mulher Empresária, que foi em 1997. O Conselho foi constituído para três projetos na CIC, sendo um deles, o Banco da Mulher. O Banco da Mulher já existia no Brasil, em Porto Alegre; na verdade, a gente começou ali como uma filiada e este projeto do Banco da Mulher é um projeto, é o que andou sozinho, foi dada a arrancada e o Banco andou sozinho, até porque são outras normas de funcionamento, e precisou ser criada uma instituição separada. Então, nós como um projeto que continuou.

Fúlvia Stedile Angeli Gazola

Eu sou formada em Comunicação Social pela PUC do Rio Grande do Sul, na área de Publicidade e Propaganda, depois eu fiz Gestão Empresarial na FGV, e depois Governança Corporativa no IBGC, negociação, essa área; já fui mais pra área de negócios mesmo. Atualmente, sou diretora da Dolaimes Comunicação e eventos e participo do Conselho de Administração do Grupo Stedile.

No final de 1994, eu recebi uma ligação do então presidente Aldenir Stumpf para compor a Diretoria de Comunicação, na época Serviços Mercadológicos. Havia uma integrante na época nessa diretoria que era a minha mãe, mas ela estava no hospital, e ele me convidou porque ele disse: “Olha, a gente quer que tu continue atuando, mesmo que a tua mãe retorne”, porque minha mãe infelizmente veio a falecer em 1995, ela teve câncer, então eu fui colega por um tempo dela nessa diretoria, ela até voltou, mas depois já foi embora, então comecei a participar e não era algo que eu esperava, talvez até tenha sido articulado por ela mesma esse convite, provavelmente, mas foi muito interessante,

porque eu era, acredito relativamente jovem na época, eu tinha 24 anos, e eu passei a conviver com pessoas de várias faixas etárias e num universo realmente voltado para a livre-iniciativa. Como eu tinha voltado de um tempo morando nos Estados Unidos, eu já tinha, digamos, um conhecimento dessa parte assim de mercado, acho que podia agregar algumas coisas, no sentido dessa diretoria também se destacar em alguns temas, entre eles o da mulher.

Quando eu comecei a participar, mais fortemente em 1995, nas reuniões-almoço, que é um evento tradicional: todas as segundas-feiras tem reunião-almoço com palestrantes, seguida de um almoço, e o que se observava é que, num universo de, digamos assim, 200 pessoas na época, a gente tinha três mulheres. Era uma coisa assim. Aí surgiu essa ideia de criarmos esse Conselho, inclusive várias pessoas apoiaram a criação, o presidente da época que era o Stumpf, tive o apoio também da Maria Lúcia Bettega e da Marta Sfredo na montagem do projeto. Elas eram as profissionais da área de Comunicação na época, a Marta continua atuando na CIC, e eu e a Dina Gazola, que era a Diretora na época, montamos esse projeto e apresentamos ao presidente, que seria envolver mulheres no dia a dia da casa, e nos eventos da casa e projetos. E seria essa a ideia e foi aceita, e a gente teve uma, foi uma coisa muito impressionante, porque na primeira reunião-almoço, após a criação deste Conselho, nós tínhamos 50% de homens e 50% de mulheres, metade do público eram mulheres, então é como se tivesse, é uma coisa assim... então a partir de então nunca mais mudou, sempre nós tivemos um público misto, até porque é normal. Até porque essas mulheres estavam atuando já.

Zeli Dambros

Eu fui convidada para integrar o Conselho da Empresária há doze anos, mais ou menos, e quando eu estava numa reunião do Conselho da Empresária, o presidente da CIC, na época, me convidou para integrar a Diretoria de Negócios Internacionais, porque na época eu tinha uma franquia da DHL Express em Caxias do Sul e região, e todo mundo gostava do trabalho da DHL; era visível o crescimento dela nas minhas mãos, e não só nas minhas mãos, mas nas mãos do grupo, da equipe que eu formei. Então, ela era uma antes de eu assumir e ela ficou outr,

e a comunidade enxergou isso. E eu digo, nunca se faz sozinho, se faz em várias mãos, várias pessoas. E aí, ele me convidou para integrar a diretoria de Negócios Internacionais. Eu continuei no Conselho da Empresária por um período ainda, depois saí, porque estavam muito pesadas as duas coisas para mim, pedi o afastamento do Conselho. Com o tempo, eu voltei, como era a minha intenção, para o Conselho da Empresária, há uns quatro anos, e ano passado eu entrei na presidência. Então, agora que eu estou na presidência, que é outro trabalho, eu pedi para me afastar da Diretoria de Negócios Internacionais, pelo menos nesse período.

Hoje, a gente também tenta fazer com que o grupo seja constituído de empresárias de vários segmentos. Nós temos ali desde médicas, nós temos da educação, nós temos empresárias da indústria, do comércio, do serviço, advogada, contabilista, muitas pessoas da Comunicação, que são as vinte que integram o Conselho, e essas mulheres têm a experiência para contar, e a gente aprende nas nossas reuniões semanais muito umas com as outras, e juntas a gente pode mostrar para fora da CIC toda essa bagagem, porque essa é a proposta, é poder ajudar.

Magda Torresini

Eu trabalho na educação preparando alunos para o Vestibular e Ensino Médio no Cursão e no São Carlos. A CIC tem a ver comigo pelo seguinte: com muita satisfação e surpresa, fui convidada para representar a educação nos Destaques da Mulher Empreendedora, e eu gostei porque a educação pegou uma fatia que, às vezes, a gente esquece como empreendedora, não aparece tanto a educação, então, quando apareceu o convite eu disse ‘opa’, a educação valorizada como empreendedorismo! Que não é, na minha cabeça, uma coisa que se valoriza na sociedade, minha opinião.

Nair Postali

Eu sempre trabalhei na área financeira, Banco, fui gerente geral de Bancos [...]. Mas, assim, sempre com Bancos multinacionais, Bancos onde eu tive um vasto conhecimento. Eu me formei na UCS, em Relações Públicas, do qual eu usei muito isso no Banco, porque quando você fala no curso de Relações Públicas parece

uma coisa restrita, relações é só contato. Não, você tem que conhecer desde o início até o fim de uma empresa, para você realmente fazer uma boa gestão. Então, isso me ajudou muito. Eu tive muitos cursos e reconhecimento pelo Banco, no caso assim, de fazer a agência, lucratividade, eu acho que aí teve sim um grande foco de ser uma empreendedora, porque eu chamava a agência de uma empresa, não era o Banco como um todo, a minha agência era uma empresa, ela tinha que ser rentável, ela tinha que ter seus funcionários todos motivados, para que a gente conseguisse realmente o resultado e, graças a Deus, a minha agência era sempre uma agência de destaque, do qual eu ganhei muitos prêmios, fui para o Exterior receber.

Franciele Granada

Sou arquiteta, tenho um estúdio, o nome da minha empresa é Studio 618; é um escritório de arquitetura. Eu não sou caxiense, eu sou rio-pardense, mas, na verdade, eu só nasci lá, toda a minha família não é daqui, mas eu só fui para lá para nascer, minha mãe queria ficar perto da mãe dela, fiquei um mês e voltei, mas está lá rio-pardense, e falo também com muito orgulho, porque eu gosto muito da cidade. Então, eu tenho a minha empresa há cinco anos, mas sempre trabalhei na área, não estudei aqui, estudei em Porto Alegre, me formei e voltei, e desde os primeiros semestres sempre procurei complementação na vida profissional, assim como estágio. Também sempre fui muito incentivada em casa a sair, [...], e sempre convivi num ambiente muito masculino. [...] A gente sempre trabalhou com obra, envolvimento com obras públicas. Em Porto Alegre, eu trabalhei na área de pesquisa, mas sempre em ambientes muito masculinos.

Cintia Buzin

Sou gestora da Metalúrgica Buzin, uma indústria de autopeças, sou a atual vice-presidente do Conselho e participo na CIC como voluntária há quase 10 anos. Eu sempre acreditei muito que não adianta só criticar a situação como um todo, a gente precisa unir forças para batalhar para um bem comum, e eu acho que a CIC faz muito, de certa forma, unir ideias similares em prol de benefícios para os empresários, é aonde a gente está inserido. E o Conselho em si busca esse fomento ao empreendedorismo

feminino, onde a gente está inserido, e eu me sinto, me senti muito à vontade por estar num ramo relativamente masculino, e eu sentia muita falta desse contato feminino; então, como as minhas relações profissionais eram muito masculinas, o Conselho me deu esse outro lado, essa questão do feminino nos negócios. Então, eu acho que complementou assim de uma forma bem positiva para a minha vida pessoal e profissional.

Terezinha Pretto Serafini

Nasci em Passo Fundo, mas sou caxiense de coração, e já caxiense também. Recebi o título, fiquei muito feliz, pelo meu trabalho de voluntária. Eu queria ser médica, mas depois eu acabei casando com um médico de Caxias e virei voluntária das pacientes dele. Meu trabalho aqui foi unicamente voluntário.

Margarete Bender

Eu não sou natural de Caxias, sou natural de Farroupilha, faço parte daquele grupo todo que todo mundo levanta a mão e diz que não é de Caxias, mas me considero caxiense em função das minhas atividades ao longo da vida, e etc. Eu sou filha de professora e meu pai era agricultor, já falecido. E sou de uma época em que as mulheres tinham muita dificuldade em ganhar voo, autonomia, no sentido de buscar subsistência com as suas próprias pernas. Então ali, isso no final da década de 60, 70, é um período em que eu, muito jovem, mas enfim, com estímulo da minha mãe, o meu pai tinha uma visão não tão centrada na mulher como sendo... na perspectiva da dependência. Eu fui fazer meu curso superior na cidade de Pelotas, em Engenharia Civil. E me formei jovem, 21 anos. Eu estava saindo da faculdade, volto para Caxias, e trabalho nessa área até hoje. No primeiro momento no setor público, sempre na área da engenharia e vinculada ao planejamento de cidades, notadamente essa é minha área de atividade ao longo deste período. Atualmente estou aposentada; no entanto, eu continuo desenvolvendo atividades de consultoria, e sou professora também na Faculdade da Serra Gaúcha, no curso de Engenharia Civil.

Nilva Randon

Havia a necessidade da mulher ser mais participativa, já que, em nossa cidade, muitas empreendedoras tocando seu próprio negócio e, paralelo a isso, fazendo um trabalho voluntário. Ajudando assim as comunidades mais carentes, levando instrutores e professores nos bairros, para que as pessoas tenham mais qualidade de vida. (Acervo CIC, 2007).

Marta Michelin

Ao ser convidada em 1998, para integrar o Conselho da Mulher Empresária e Executiva da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul, minha imaginação retornou ao tempo e muitas histórias orais foram resgatadas, em questões de minutos. Os relatos ouvidos, muitas vezes ao lado dos meus pais que residem no interior de Caxias do Sul, apontavam para as influências femininas que se apresentavam em diferentes assuntos, como nos negócios e decisões importantes. Desde então, pude compreender que as mulheres desenvolvem um perfil que as tornam competitivas. Elas são marcadas pela determinação, pela intuição e pela visão de equipe, atributos que entendo serem provenientes do seio familiar. Integrando o Conselho da Mulher, tive a oportunidade de conhecer muitas e diferentes pessoas e, com todas elas muito aprendi e me aperfeiçoei como pessoa e como profissional. (Acervo CIC, 2007).

Terezinha Tregansin

Sou natural de Caxias do Sul, formada pela UCS, em Letras e Literatura Inglesa e Portuguesa, e sempre trabalhei também voluntariamente na parte da cultura. Atualmente eu sou vice-presidente da Academia Caxiense de Letras, mas já participei, fui presidente do Núcleo de Artes Visuais de Caxias do Sul e também dos Amigos da Casa da Cultura por dois anos. Atualmente eu estou no Conselho da Mulher, desde a sua fundação, que seja em 2007. [...]

O meu pai era dentista e ele me impulsionava a estudar, tu tem que estudar, então já naquela época, tantos anos atrás, eu fui à Porto Alegre, prestei Vestibular na PUC, naquele tempo era até oral, no quadro, com problema, nunca esqueço o binômio de Newton, e eu fui e entrei então, mas, por problemas familiares, eu só pude cursar um ano, aí fiquei aqui em Caxias e gostei de fazer Letras na Universidade de Caxias, fiz algumas Pós (graduações), que me favoreceram até eu lançar alguns livros depois...

Dina Beatriz Gazola

Muitas ações foram realizadas e posso dizer que a presença da mulher já é fato consagrado nas reuniões-almoço, em eventos empresariais e na atual composição da diretoria da CIC. Para Caxias do Sul, é muito importante o Conselho da Mulher, pois é crescente o número de empresas criadas e dirigidas por mulheres em nossa cidade e região. (Acervo CIC, 2007).

Marta Sfredo

Com o Conselho, a CIC deixou de ser um ambiente predominantemente masculino para abrir um importante espaço à atuação de mulheres determinadas a fazer história, na área empresarial de Caxias do Sul. Hoje, o resultado deste trabalho está na participação cada vez maior e mais qualificada, do público feminino na diretoria, nas atividades e nas ações da CIC. Parabéns a todas as mulheres responsáveis por esta conquista. (Acervo CIC, 2007).

Marien Celeste Salatino Rech

Tive a oportunidade de participar do Conselho da Mulher logo quando foi criado. A fundação da entidade foi um salto de grande visão em prol das mulheres; do então presidente da CIC, Aldenir Stumpf e de sua diretoria. A partir deste marco, a mulher pôde participar e opinar dentro da casa. Atualmente, o Conselho da Mulher representa a força e o dinamismo da mulher caxiense. Outro fato importante foi a instalação em Caxias do Sul do Banco da Mulher, associação que auxilia empreendedoras, dando a elas a oportunidade de crescer no meio empresarial e comercial. (Acervo da CIC, 2007).

Maria Lúcia Bettega

Minha entrada na CIC foi em 1994, que foi o último ano da gestão do Nestor Perini. Início de 1995 começou a gestão do Aldenir Stumpf. Na época, o presidente era eleito por dois anos com direito à renovação, então por mais dois. E o Conselho, ele nasceu no segundo período do Aldenir Stumpf, quando tinha como vice-presidente de Serviços o Américo Ayala. A cada nova gestão, havia uma solicitação junto às diretorias departamentais e, nesse caso, existia a diretoria de Comunicação e Marketing. Na assessoria de Comunicação, era eu e a jornalista Marta Sfredo. Então nesse período, que foi no segundo momento, final de 1996 e início de 1997. Uma das constatações nesse processo, na época devido a campanha muito forte era a da conclusão da Rota do Sol, que era uma bandeira desta segunda gestão, mas uma das questões que foi detectada ali no processo de avaliação, feito internamente, é que havia muito pouca presença feminina na instituição. [...]

Então, o que se pensou, e a assessoria atuava num papel estratégico junto à presidência da CIC, buscar algumas estratégias para mover, movimentar esse público feminino, que não era um público que se fazia presente em discussões, do processo empreendedor, do processo empresarial e organizacional, que eram debates que aconteciam nas reuniões-almoço. Na época eu lembro que eu passei o mês de janeiro fazendo isso, buscando ideias de como fazer, eu vi que a Associação Comercial do Rio de Janeiro tinha presença forte feminina, inclusive a Associação no momento era presidida por uma mulher e tinha o Conselho da Mulher Empresária e Executiva. Esse era o nome da época, então não agregava somente a mulher gestora ou a mulher empreendedora, mas também a mulher executiva, então o nome da época era justamente para que abarcasse a mulher que tinha como propriedade uma empresa, mas também a mulher que atuava numa empresa enquanto gestora. E aí levamos para uma reunião com a presidência mais a diretoria de Comunicação e Marketing, que era a diretoria que fazia, que abarcava também esses projetos, e levamos para a presidência também essa ideia e foi logo aprovada.

Retomando o fio que tece essa história

Sair de casa é uma condição recente. Trabalhar fora do espaço privado do lar e da família é uma condição que ganhou impulso ao longo do século XX, especialmente durante a Primeira Guerra Mundial, ocorrida no período de 1914 a 1918. Naquele momento, as mulheres foram chamadas pelo Estado para ocuparem postos de trabalho enquanto os homens lutavam no *front*. Findada a Guerra, as mulheres retornaram para o espaço classicamente destinado a elas, no mundo privado do “lar e da família”. Mas aquelas mulheres de 1918 não voltaram as mesmas de 1914. A busca pelo espaço público ao longo do século XX, veio amparada, também, pelo acervo de conhecimento das mulheres precedentes.

Na região da Serra gaúcha, o DNA do trabalho, do fazer, do agir, faz parte da identidade. Grupo social marcado pela imigração realizada, no final do século XIX, construiu o cotidiano com base nos preceitos católicos, na organização familiar e no trabalho. Contexto no qual a mulher trabalhou ombro a ombro.

As falas das entrevistadas evidenciam as ações que as mulheres realizaram modificando sua vida, a vida da família, das instituições que participaram e dos negócios que gerenciaram. O que mais chama a atenção é a coragem que essas mulheres tiveram ao longo da vida, no enfrentamento dos dilemas, inclusive cotidianos. A gestão da vida cotidiana é uma demonstração das muitas habilidades e competências que estão presentes nas falas.

Ensinar ao filho a arte da funilaria; ou abrir uma casa para oferecer refeições aos viajantes, a fim de sustentar os muitos filhos; ou ainda incentivar filhas a estudarem para serem “valorizadas”. Outras mulheres traçaram o caminho para que a filha continuasse a atividade profissional. Algumas de nossas depoentes seguiram os passos dos pais em empresas metalúrgicas, cujo desafio se torna ainda mais denso, pois são mulheres em uma profissão “de homens”.

Algumas mulheres empreenderam conciliando o mundo privado, o cuidar dos filhos com a “confeção no porão” para, assim, ficar próximo à prole. Outras empreenderam para cuidar da formação de outros filhos. E o que dizer das mulheres que empreenderam constituindo espaços de sociabilidade, com o objetivo de fomentar lideranças femininas para atuarem na comunidade?

As ações realizadas modificaram instituições comerciais, industriais, prestadoras de serviços e modificaram, também, padrões, lugares e palavras, evidenciando uma transformação cultural recente, que muda o papel da mulher, cujas ações, marcam o empreendedorismo feminino.

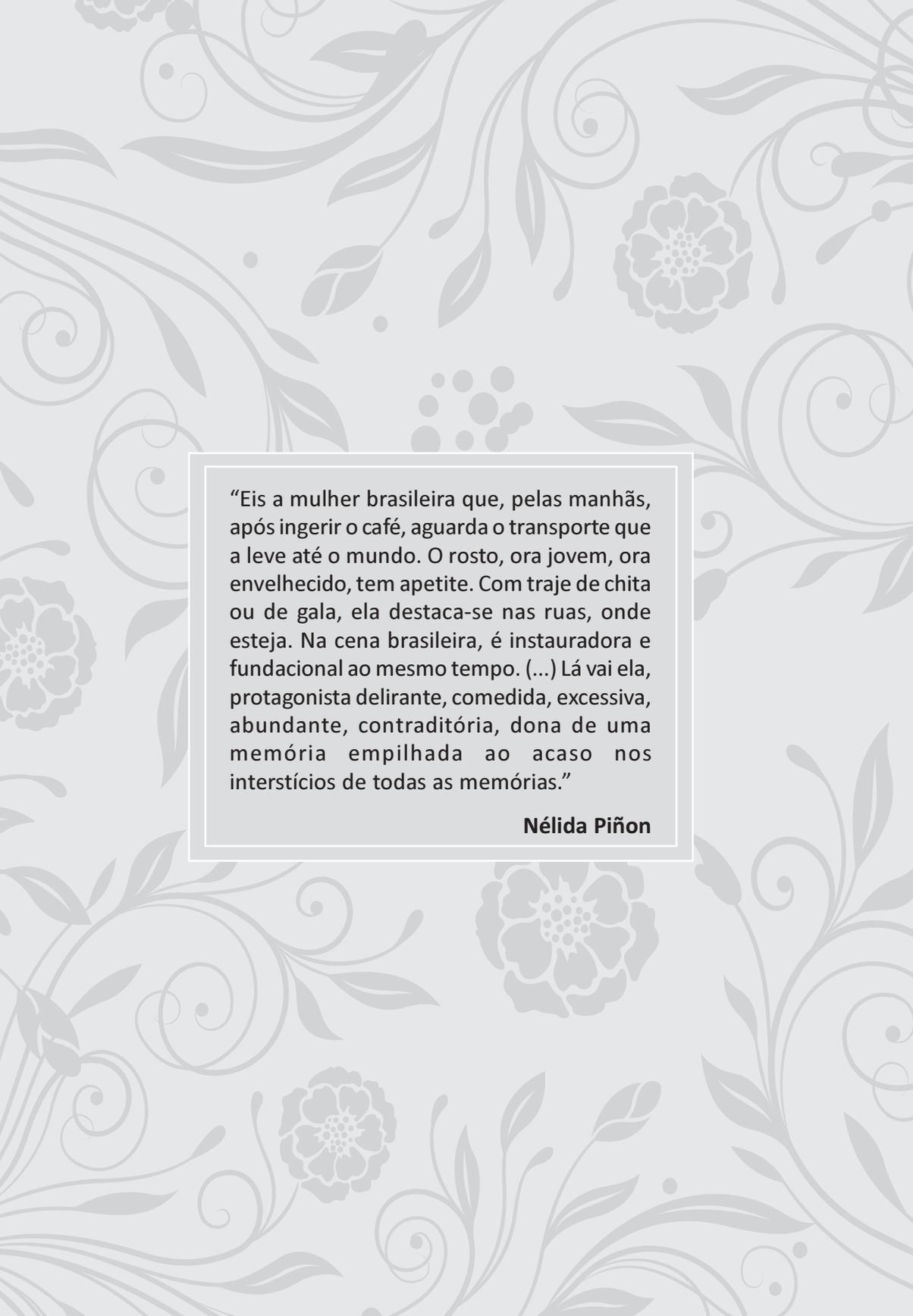
O papel deste estudo é traduzir as ações realizadas por essas mulheres como parte de um processo identitário que, ao longo das últimas décadas, promoveu mudanças culturais significativas, tanto no domínio interno quanto nos domínios externos. Além de registrar ações realizadas que marcam o processo inicial do empreendedorismo, registra a caminhada enquanto processo histórico e a identidade construída. Grande contribuição do Conselho da Mulher é a mudança cultural do comportamento com relação ao papel da mulher no mundo empreendedor.

As ações realizadas pelas mulheres abriram espaços novos mudando papéis culturais e a compreensão de ações que eram feitas de forma repetitiva e passam a ser criativas.



Atuação na indústria em Caxias do Sul. Autoria: Julio Soares/Objetiva. Acervo: Conselho da Empresária.





“Eis a mulher brasileira que, pelas manhãs, após ingerir o café, aguarda o transporte que a leve até o mundo. O rosto, ora jovem, ora envelhecido, tem apetite. Com traje de chita ou de gala, ela destaca-se nas ruas, onde esteja. Na cena brasileira, é instauradora e fundacional ao mesmo tempo. (...) Lá vai ela, protagonista delirante, comedida, excessiva, abundante, contraditória, dona de uma memória empilhada ao acaso nos interstícios de todas as memórias.”

Nélida Piñon

Capítulo 4

O mercado de trabalho feminino em Caxias do Sul

Vania Beatriz Merlotti Herédia*

O mercado de trabalho feminino mostra que as mulheres, nas duas últimas décadas, tiveram uma mudança de desempenho, em setores econômicos, que anteriormente não conseguiam apresentar. Percebe-se que a mudança do modelo produtivo fordista para o neofordista a partir de 1990, no Brasil, alavanca uma crescente participação de mulheres na força de trabalho, que pode ser evidenciada pela alteração do perfil da ocupação feminina em novos segmentos produtivos e o crescimento também de rendimentos, como da qualificação, que buscam inserção no mercado formal.

A política neoliberal no País, a partir do governo de Fernando Collor de Mello, e do chamado processo de globalização, exigiu das indústrias um modelo produtivo mais competitivo, e com a introdução de novas tecnologias, a mulher conquista espaços distintos nesse processo. Mesmo que o crescimento não seja o desejado, e ainda a presença feminina no setor informal seja frequente, já é possível demonstrar, por meio de dados estatísticos, a participação feminina nas oportunidades que se abrem nessa conjuntura.

* Doutora em História pela Università degli Studi di Genova e Pós-doutora em História Econômica pela Università degli Studi di Padova. Professora da Área de Humanidades da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

É importante contextualizar que no Brasil, na década de 1990, houve muitas mudanças econômicas, políticas e sociais que afetaram a estrutura de muitas instituições, inclusive a do mercado de trabalho.

A grande guinada econômica estava embasada no pensamento neoliberal e consistia numa reorientação do desenvolvimento brasileiro e na redefinição do papel do Estado. Esboçava-se um novo projeto nacional. Tratava-se de promover a passagem de um capitalismo tutelado pelo Estado para um capitalismo moderno, aberto, baseado na eficiência e competitividade. (BRUM, 2011, p. 406).

O setor privado teve que assumir papel relevante na economia nacional e multinacional, e buscar condições de competitividade principalmente no setor secundário, que antes estava protegido pela não abertura da economia brasileira. Em consequência da desregulamentação da economia que o modelo neoliberal postula, a redução de taxas de importação obrigaram muitas indústrias nacionais a se modernizarem. Outro aspecto que não beneficiou as empresas e que as afetou diretamente foi o confisco monetário das contas correntes e dos depósitos em poupança, que prejudicaram o consumo. Nesse contexto, marcado pela inflação e pelos resultados imediatos da política, o *impeachment* de Fernando Collor de Mello gerou instabilidade política e houve muitas indústrias que fecharam suas portas.

Não se pode deixar de indicar que a Constituição de 1988 havia alterado uma série de normas de regulação do mercado de trabalho feminino e que nos governos seguintes são instituídas, modificando um conjunto de direitos que serão acessados pelas mulheres. O art. 5º, I, da Constituição, diz que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.¹²

É importante destacar que a população brasileira, no início do século XXI, “dos 189,9 milhões de brasileiros/as, as mulheres são 51,3% da população, havendo, portanto, um saldo positivo de mulheres”. (BANDEIRA; MELO, 2010, p. 34). Esses dados mostram que, além das mulheres serem maioria, vivem mais e refletem as tendências do que esse século prepara para o mercado formal de trabalho.

Uma das tendências é que as taxas de fertilidade diminuam no País e, conseqüentemente, o número da prole, o que afeta a reposição populacional. Outra tendência é que houve uma elevação da escolaridade, o que permite à mulher participação mais efetiva no mercado de trabalho

¹² Disponível em: <www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/10/constituicao-de-1988-e-marco-na-protacao-as-mulheres>. Acesso em: 10 ago. 2017.

formal. “Seguramente a elevação da participação feminina no mercado de trabalho foi uma das mais significativas mudanças na trajetória das mulheres nos últimos quarenta anos, mas ainda permanecem, no espaço social do trabalho, discriminações e desigualdades.” (BANDEIRA; MELO, 2010, p. 34).

Outra tendência, posta como desafio e dilema envolve as novas ocupações, nascidas da crise do paradigma técnico-produtivo, que afeta as perspectivas tradicionais e impõe nova composição no emprego, que atenda às exigências dos novos cenários econômicos. No final do século XX, as imposições já estavam presentes à medida que alteravam o modelo produtivo e geravam muitas incertezas, com o fim do trabalho permanente, a competição violenta nos espaços de produção e o aumento do desemprego. Segundo Pochmann (2001, p. 41), “novos conhecimentos científicos e tecnológicos estariam associados às exigências empresariais de contratação de empregados com polivalência multifuncional, maior capacidade motivadora e habilidades laborais no exercício do trabalho”. A formação educacional do trabalhador passa a ser um elemento da qualificação profissional.

Ainda na direção das consequências de mudança do paradigma técnico-produtivo, é evidente o aumento na participação relativa das ocupações de serviços. Pochmann (POCHMANN, 2001, p. 56) anuncia que a redução do emprego, no setor industrial, oportuniza a expansão no setor terciário. “A adoção da categoria analítica de serviços e de suas respectivas classes possibilita uma distinção mais adequada das mudanças na composição e na evolução ocupacional”. Divide o setor de serviços em quatro classes ocupacionais: a) distribuição que envolve comunicação, transporte e comércio; b) produção que trata de ocupações de atendimento dos insumos e serviços diretos à produção; c) social que abarca ocupações de atendimento ao consumo coletivo, como educação, segurança e saúde; d) pessoal que compreende ocupações de atendimento do consumo individual, como lazer, alimentos e embelezamento. (2001, p. 57).

É necessário ainda lembrar que o trabalho doméstico é uma das principais ocupações das mulheres brasileiras e que as mulheres no país “despendem algo em torno de 20,9 horas semanais cuidando de suas casas e de seus familiares, enquanto os homens que executam estas tarefas gastam menos de 10 horas por semana”. (BANDEIRA; MELO, 2010, p. 35).

Tabela 1 – Distribuição absoluta e percentual da diferença entre a população do País, da Região Sul, do Rio Grande do Sul e de Caxias do Sul na última década

	População em 2010	População em 2000	Diferença entre 2000 e 2010	
			Absoluta	Percentual
Brasil	190.755.799	169.590.693	21.165.106	12,48
Região Sul	27.386.891	25.089.783	2.297.108	9,16
Rio Grande do Sul	10.693.929	10.181.749	512.180	5,03
Caxias do Sul	435.564	360.564	75.145	20,85

Pesquisa: “Migrações internas e suas dinâmicas”. Elaboração: Bruna Pandolfi (Pibic/CNPq). Fonte: Censo 2010. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinpse/index.php?dados=4&uf=00>>. Acesso em: 14 out. 2011.

Estudos realizados por Méndez, Grazziotin e Dornelles Filho (2013) mostram que houve, a partir do processo de globalização, uma diminuição do emprego vinculado ao setor produtivo. Os autores comentam, por meio de dados estatísticos, as taxas de desemprego no Brasil.

No Brasil, é possível verificar que houve um aumento das taxas de desemprego até a primeira metade dos anos 2000 (atingindo mais de 12% no ano de 2003. Em 2005, as taxas retornaram ao patamar de 3,9% ao ano e, em 2010, a taxa anual foi de 6,74%. A diminuição do desemprego, em parte, está vinculada à mudança de orientação política adotada pelos estados latino-americanos, que passaram a incorporar uma visão crítica ao modelo neoliberal hegemônico nos anos 90. (MÉNDEZ; GRAZZIOTIN; DORNELLES FILHO, 2013, p. 136)

Nesse contexto, a participação das mulheres no mercado de trabalho formal apresenta um crescimento visível, que ocorre tanto no País, como no Rio Grande do Sul e em Caxias do Sul, no período de 2005-2015. Os dados estatísticos referentes aos dez últimos anos comprovam essa afirmação.

Em 2015, no Brasil, cerca de 43,7% dos 48 milhões de vínculos formais de trabalho eram ocupados por mulheres. Para o Rio Grande do Sul, a participação é de 46,3% dos 3,0 milhões de vínculos. Em Caxias do Sul, as mulheres ocuparam 44,8% dos 164,6 mil postos de trabalho formal. (OBSERVATÓRIO DO TRABALHO, 2017, p. 4).

Os dados mostram que há uma tendência de crescimento na ocupação da mão de obra feminina, mesmo que ainda haja predominância de homens sobre mulheres, na inserção no mercado de trabalho formal. Nas três esferas por nível geográfico, observa-se que o crescimento foi sensível e o número total de vínculos corrobora a compreensão desse crescimento. Em dez anos,

as mulheres foram ocupando lenta e gradativamente novos postos de trabalho, o que aparece de forma efetiva nos dados abaixo.

Segundo o Boletim, editado pelo Observatório do Trabalho da UCS (2017, p. 4), “a evolução da participação feminina no Brasil e em Caxias do Sul é bastante semelhante. No Rio Grande do Sul, a participação feminina vem sendo cerca de 2,7% superior ao Brasil”. O estudo aponta ainda que “as trabalhadoras caxienses estão representadas em todos os setores econômicos do município, registrando uma presença significativa no setor de serviços, indústria e comércio” (p. 5).

A Tabela 2 evidencia que a presença da mulher no mercado formal de trabalho em Caxias do Sul tem crescido nas últimas décadas, o que demonstra que houve um incremento na ocupação por mulheres em postos de trabalho. Os dados estatísticos apontam que esse crescimento foi de 5,69% em praticamente quinze anos, ou seja, de 1999 a 2016, levando em consideração que a mulher aumentou os anos de escolaridade e buscou mais qualificação nesse período.

O crescimento da participação da mulher no mercado foi gradativo e representa uma conquista feminina, uma vez que essa presença ocorre em diversos setores econômicos. Constata-se que, nesse mesmo período, o estoque de empregos formais para a força de trabalho masculina cresceu 30,94%, o que reflete que o mercado formal é ocupado predominantemente ainda pela mão de obra masculina.

Não se pode menosprezar que o setor secundário tem uma grande parte de responsabilidade nos empregos formais para os homens, e que a distribuição de postos de trabalho, no setor secundário, justifica essa diferença na evolução da ocupação de postos de trabalho no mercado formal. Destaca-se que dos 69.653 vínculos de trabalho na indústria caxiense, 33,5% são ocupados por mulheres, o que confirma que, no setor industrial, a mão de obra é predominantemente masculina. O crescimento de participação feminina na indústria foi apenas de 3,6% em dez anos e evidencia que também em outros setores econômicos teve taxas percentuais semelhantes, como é o caso no comércio, de 3,5%; nos serviços, de 3,0% e na agropecuária, de 2,5%.

Os dados da participação feminina em seu conjunto reforça ainda a percepção de que houve crescimento da participação feminina no mercado formal de trabalho, uma vez que, em 2015, dos 164.610 vínculos de trabalho, 44,8% são de participação feminina, o que demonstra que o crescimento em 10 anos foi de 4,3%. Nos setores econômicos analisados, o que concentra o maior número de participação feminina é o de serviços, o que abarca

inúmeras atividades: educação, cultura, saúde, transporte, segurança pública, entre outros.

Tabela 2 – Estoque de empregos formais por sexo e participação relativa feminina no estoque – Caxias do Sul – 1999-2016

Empregos por sexo				
	Masculino	Feminino	P. feminina	Total
2016*	86.889	70.824	44,91%	157.713
2015	90.869	73.741	44,80%	164.610
2014	100.233	78.151	43,81%	178.384
2013	101.870	77.924	43,34%	179.794
2012	102.755	77.113	42,87%	179.868
2011	103.050	75.203	42,19%	178.253
2010	99.894	71.578	41,74%	171.472
2009	91.399	65.912	41,90%	157.311
2008	92.817	64.166	40,87%	156.983
2007	87.104	60.052	40,81%	147.156
2006	79.969	55.025	40,76%	134.994
2005	75.624	51.558	40,54%	127.182
2004	74.188	49.093	39,82%	123.281
2003	67.963	43.992	39,29%	111.955
2002	66.524	43.002	39,26%	109.526
2001	60.112	40.848	40,46%	100.960
2000	61.490	39.337	39,01%	100.827
1999	55.944	36.097	39,22%	92.041

Fonte: MTPS/RAIS/Caged

Tabulação: Observatório do Trabalho – UCS

Obs.: Os números de 2016 são preliminares.¹³

É oportuno lembrar que a ocupação feminina nos serviços tem um destaque que nasce de uma história contextualizada no Brasil, que remete ao processo de industrialização. Segundo Beltrão, “na mobilidade geográfica, profissional e social que caracteriza a sociedade em vias de

¹³ A análise utiliza os dados do Observatório do Trabalho, da Universidade de Caxias do Sul, sendo que uma das fontes principais é o banco de dados “Relação Anual de Informações Sociais” (Rais), registro utilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (TEM), quanto ao mercado formal.

desenvolvimento, mormente aquela em fase de ‘terciarização’, a promoção da mulher tem sido um dos aspectos mais destacados”. (BELTRÃO, 1973, p. 93). O que o autor ressalta é que a transformação profissional que ocorre pela industrialização, para o homem implica a passagem do trabalho agrário para o industrial, envolvendo tanto o setor secundário quanto o terciário, mas para a mulher a transformação profissional se dá do trabalho doméstico ao profissional.

Beltrão (1973, p. 93) postula que a mulher transpôs o setor secundário de forma rápida, ou seja, “o trabalho feminino concentrou-se, mais diretamente que o masculino, no setor terciário”. Essa evidência mostra que, no setor terciário, a mulher ocupa funções sociais que extrapolam o espaço da família, mesmo que, em algumas dessas funções, exerça papéis de cuidado, entre tantos, adquirindo outro *status* que não o oferecido pelo trabalho doméstico-familiar. O que o autor destaca é a saída da mulher para o trabalho fora do circuito doméstico, o que conduz a profissionalização do trabalho feminino.

Nos dados que observamos, há uma concentração do trabalho feminino nas atividades do terciário. O próprio terciário, segundo alguns autores, como Beltrão (1973), retrata um viés mais feminino, marcado por atividades nesse cunho. Chama a atenção que o número de empregadas cresce de forma diferenciada do que o número de operárias. (BELTRÃO, 1973, p. 102).

Tabela 3 – Evolução da participação feminina no estoque de empregos por grande setor do IBGE – 2005-2015

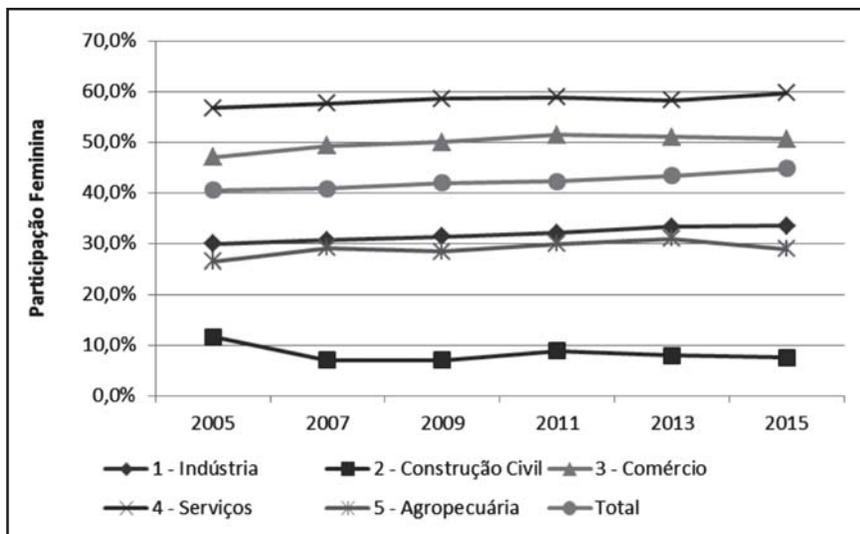
	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Indústria	29,9%	30,6%	31,3%	32,0%	33,2%	33,5%
Construção civil	11,7%	7,1%	7,1%	8,9%	8,0%	7,5%
Comércio	47,1%	49,3%	50,0%	51,4%	51,0%	50,6%
Serviços	56,7%	57,6%	58,6%	58,8%	58,3%	59,7%
Agropecuária	26,4%	29,1%	28,3%	29,9%	30,9%	28,9%
Total	40,5%	40,8%	41,9%	42,2%	43,3%	44,8%

Fonte: Rais/MTPS. Tabulação: Observatório do Trabalho-UCS, 2017.

Segundo análise realizada pelo “Observatório do Trabalho”, da Universidade de Caxias do Sul (2017, p. 6), “historicamente, o setor econômico com maior número de trabalhadores em Caxias do Sul é o da Indústria. Nesse setor em 2015, a participação feminina foi de 33,5%. O setor de Serviços concentra a maior participação feminina com 59,7%”.

Na Tabela 3, referente à participação feminina por grande setor, observa-se aumento nesse segmento, com exceção do setor da construção civil. Nos demais setores, a participação apresentou um crescimento que gira em torno de 3% a 4 % e, no total, o aumento é de 4,3%. Constata-se, portanto, que o setor que emprega maior número de mulheres é o de serviços, que ultrapassa a média do total.

Figura 1 – Participação feminina no estoque de empregos por grande setor do IBGE – 2005-2015



Fonte: Observatório do Trabalho – Universidade de Caxias do Sul, 2017.

Tabela 4 – Estoque absoluto de empregos formais, escolaridade e sexo do trabalhador – Caxias do Sul – 2005-2015

Escolaridade	Sexo/ trabalhador	2005		2007		2009	
		Vínculos	P. Rel.	Vínculos	P. Rel.	Vínculos	P. Rel.
Ens. Fund. incompleto	Masculino	16.849	67,9%	16.155	66,5%	15.166	6 6,2%
	Feminino	7.958	32,1%	8.132	33,5%	7.730	3 3,8%
Ens. Fund. completo	Masculino	26.427	66,7%	29.923	66,8%	28.671	6 6,2%
	Feminino	13.167	33,3%	14.887	33,2%	14.701	3 3,9%
Ens. Médio Completo	Masculino	26.709	54,8%	34.711	55,8%	40.260	5 5,3%
	Feminino	21.986	45,2%	27.444	44,2%	32.548	4 4,7%
Ens. Sup. completo	Masculino	5.639	40,0%	6.135	39,7%	7.302	4 0,0%
	Feminino	8.447	60,0%	9.589	60,3%	10.933	6 0,0%
Total	Masculino	75.624	59,5%	87.104	59,2%	91.399	5 8,1%
	Feminino	51.558	40,5%	60.052	40,8%	65.192	4 1,9%

Escolaridade	Sexo/ trabalhador	2011		2013		2015	
		Vínculos	P. Rel.	Vínculos	P. Rel.	Vínculos	P. Rel.
Ens. Fund. incompleto	Masculino	14.654	64,9%	13.731	64,7%	11.247	64,1%
	Feminino	7.913	35,1%	7.482	35,3%	6.295	35,9%
Ens. Fund. completo	Masculino	30.650	65,3%	29.185	64,8%	24.133	63,2%
	Feminino	16.298	34,7%	15.832	35,2%	14.073	36,8%
Ens. Médio Completo	Masculino	49.160	56,1	49.205	55,1%	45.551	54,6%
	Feminino	38.414	43,9%	40.037	44,4%	37.918	45,4%
Ens. Sup. completo	Masculino	8.586	40,6%	9.749	40,1%	9.938	39,1%
	Feminino	12.578	59,4%	14.573	59,9%	15.455	60,9%
Total	Masculino	103.050	57,8%	101.870	56,7%	90.859	55,2%
	Feminino	75.203	42,2%	77.924	43,3%	73.741	44,8%

Fonte: MTPS/Rais/Caged – Tabulação: Observatório do Trabalho – UCS.

A evolução da mulher, no mercado de trabalho, indica que houve, na última década, uma qualificação marcada pelo aumento da escolaridade da mulher. Na Tabela 4, constata-se que, em 2015, a escolaridade da mão de obra caxiense tenha no Ensino Médio completo o seu maior percentual, ou seja, que 41,17% de homens e 40,26% de mulheres completaram o Ensino Médio. O percentual de analfabetos é muito reduzido, apesar de o percentual masculino ser maior que o do feminino.

É interessante observar atualmente que o próprio IBGE descreve a titulação mais alta de escolaridade, separando Ensino Superior incompleto, completo, mestrado e doutorado. Mesmo que os percentuais mantenham uma média, a partir do Ensino Superior completo, é importante ressaltar que os dados acerca das mulheres refletem a busca de qualificação. As variáveis “ensino superior, mestrado e doutorado” chamam a atenção que

os percentuais para mulheres são mais elevados que para os homens, o que representa que as mulheres se qualificam em anos de estudo e em titulação, mais que os homens.

No caso, em 2015, no mercado de trabalho formal caxiense a diferença entre homens e mulheres, no Ensino Superior, é o dobro para as mulheres, ou seja, 20,01% em detrimento de 10,22% para os homens. Pode-se dizer que a busca de qualificação da mulher reflete mudança nos padrões sociais da constituição da família e de alterações, que estão ocorrendo na sociedade atual, frente à dominação masculina *versus* feminina. A sociedade atual enfrenta alterações nos papéis da família e nos novos arranjos familiares, em que a mulher não aceita mais os padrões autoritários masculinos. A mobilidade, portanto, não ocorre apenas pelo casamento, mas também pela escolaridade e pela expectativa profissional. Observa-se que, nos graus de maior escolaridade, como é o caso de dispor de titulação nos programas de mestrado e doutorado, o número é muito reduzido tanto para homem como para mulher, apesar de a mulher ter um percentual maior que o homem. Na outra situação, ocorre o inverso, os homens têm um percentual mais alto de analfabetismo que as mulheres mesmo que ambos sejam bastante reduzidos. Nas duas extremidades, constata-se um percentual muito reduzido de inserção no mercado de trabalho, o que mostra que o analfabeto tem dificuldades de se inserir no mercado de trabalho formal e que o trabalhador com alta escolaridade ainda não representa um contingente desejado no mercado.

A Tabela 4 ressalta que os homens têm taxas percentuais de escolaridade maior do que as mulheres até o Ensino Médio, revelando que os percentuais em todos os níveis de escolaridade, exceto o do superior, os homens têm prevalência. Em 2015, dos 90.869 homens registrados no mercado formal, 41,17% possuem Ensino Médio em detrimento das 73.741 mulheres, cujo percentual de Ensino Médio é de 40,26%. Esses dados também apontam que 50,36% do trabalhador formal masculino, tem escolaridade de Ensino Médio incompleto e completo, e o trabalhador feminino representa 47,89%. A diferença é de apenas 2,47%, o que mostra que ainda o homem tem uma ocupação maior onde é exigida escolaridade média. Já no que concerne ao Ensino Superior, o trabalhador feminino possui 20,01% de Ensino Superior completo, em contraste com os 10,22% masculino.

Historicamente no Brasil, a pouca instrução da mulher era uma justificativa para ficar fora do mercado de trabalho. Era dado como um obstáculo a falta de instrução relacionada à falta de profissionalização. A

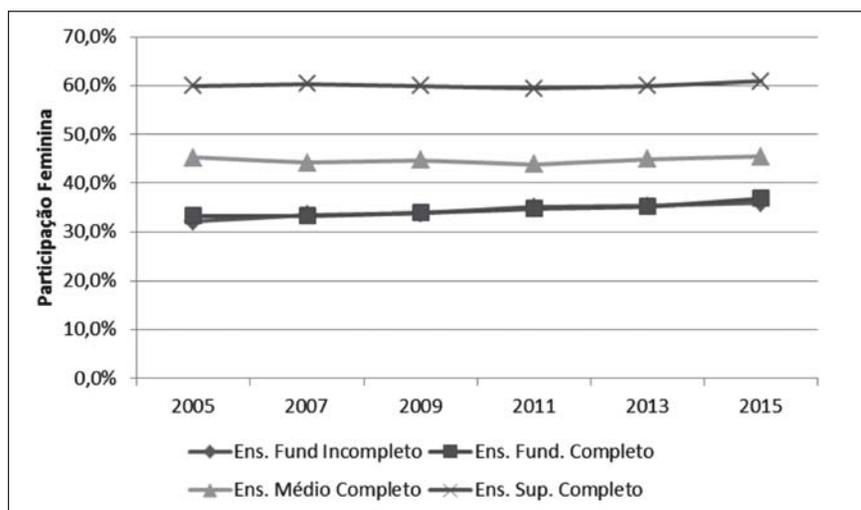
comparação entre 2005 e 2015 aponta que a participação feminina cresceu na formação básica, ou seja, no Ensino Fundamental incompleto 3,8% e no Ensino Fundamental completo 3,5%; no Ensino Médio apenas 0,2% e. no Ensino Superior completo, 0,9% mantendo os percentuais de forma constante.

Tabela 5 – Evolução da participação feminina no estoque de empregos por nível de escolaridade – 2005-2015

	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Ens. Fund. incompleto	32,1%	33,5%	33,8%	35,1%	35,3%	35,9%
Ens. Fund. completo	33,3%	33,2%	33,9%	34,7%	35,2%	36,8%
Ens. Médio completo	45,2%	44,2%	44,7%	43,9%	44,9%	45,4%
Ens. Sup. completo	60,0%	60,3%	60,0%	59,4%	59,9%	60,9%

Fonte: Rais/MTPS. Tabulação: Observatório do Trabalho – UCS.

Figura 2 – Evolução da participação feminina no estoque de empregos por nível de escolaridade – 2005-2015



Fonte: Rais/MTPS. Tabulação: Observatório do Trabalho – UCS.

Mesmo que a mulher tenha tido um crescimento na sua participação no mercado formal, ainda os rendimentos que percebe são inferiores ao do homem. Observa-se, na Tabela 6, que há uma diferença substancial entre o rendimento médio mensal recebido entre homens e mulheres. Constatase ainda que ocorre uma diminuição nesses dezesseis anos em destaque em ambos os rendimentos médios mensais, sendo que, em 1999, o rendimento médio para homens era de 6,11 e para mulheres de 5,4 enquanto em 2015 para homens é de 3,75 e para mulheres de 2,85, o que representa uma diminuição quase de 50% no rendimento de ambos.

Tabela 6 – Rendimento médio mensal recebido pelos trabalhadores (em salários mínimos), estratificado por sexo- Caxias do Sul – 1999-2015

	Masculino	Feminino	Total
2015	3,75	2,85	3,35
2014	3,89	2,85	3,43
2013	3,82	2,8	3,38
2012	3,84	2,77	3,38
2011	4,02	2,88	3,54
2010	3,99	2,81	3,5
2009	3,95	2,8	3,47
2008	4,23	2,9	3,69
2007	4,17	2,88	3,64
2006	4,21	2,99	3,71
2005	4,64	3,27	4,08
2004	5,05	3,56	4,46
2003	5,09	3,64	4,52
2002	5,16	3,73	4,6
2001	5,08	3,68	4,51
2000	5,76	4,15	5,13
1999	6,11	4,3	5,4

Fonte: Rais/MTPS.

Tabulação: Observatório do Trabalho – UCS.

A presença da mulher no mercado formal não se refletiu na recuperação do rendimento médio real. Na Tabela 7, o salário médio mensal por trabalhador era de R\$ 812,03, sendo que os homens percebiam R\$ 913,90 e as mulheres R\$ 662,03. Em quatorze anos, houve um aumento real, sendo que os homens percebiam R\$ 2.956,53 e as mulheres R\$2.249,32. Houve um crescimento do salário-mínimo, o que promoveu esse incremento nestes anos.

Tabela 7 – Rendimento médio mensal recebido pelos trabalhadores, estratificado por sexo – Caxias do Sul, 2001-2015

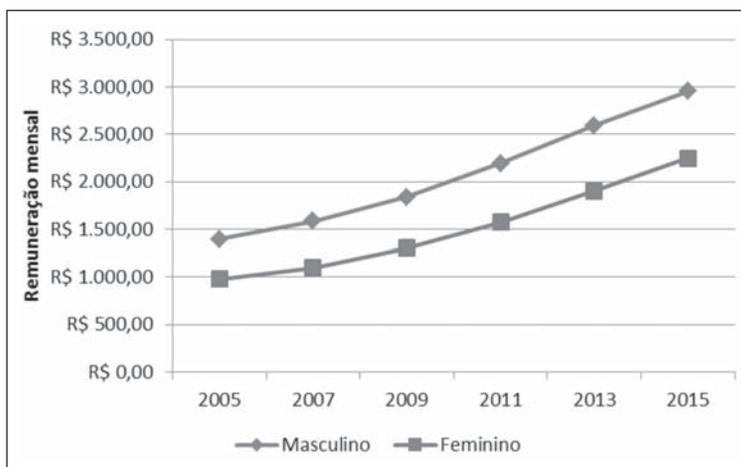
	Masculino	Feminino	Total
2015	R\$ 2.956,53	R\$ 2.249,32	R\$ 2.639,72
2014	R\$ 2.817,28	R\$ 2.066,28	R\$ 2.488,26
2013	R\$ 2.592,73	R\$ 1.902,32	R\$ 2.293,50
2012	R\$ 2.393,28	R\$ 1.726,57	R\$ 2.107,45
2011	R\$ 2.192,24	R\$ 1.571,47	R\$ 1.930,34
2010	R\$ 2.036,16	R\$ 1.434,48	R\$ 1.785,00
2009	R\$ 1.839,38	R\$ 1.303,29	R\$ 1.614,76
2008	R\$ 1.755,69	R\$ 1.206,62	R\$ 1.531,26
2007	R\$ 1.584,85	R\$ 1.098,02	R\$ 1.386,19
2006	R\$ 1.476,71	R\$ 1.047,31	R\$ 1.301,68
2005	R\$ 1.392,83	R\$ 981,47	R\$ 1.226,07
2004	R\$ 1.316,71	R\$ 929,07	R\$ 1.162,34
2003	R\$ 1.223,74	R\$ 875,22	R\$ 1.086,79
2002	R\$ 1.033,53	R\$ 747,31	R\$ 921,15
2001	R\$ 913,90	R\$ 662,12	R\$ 812,03

Fonte: MTPS/Rais. Tabulação: Observatório do Trabalho.Obs.: Dados disponíveis somente a partir de 2001.

Segundo Méndez, Grazziotin e Dornelles Filho (2013, p. 154), num estudo publicado em 2013, sobre o mercado de trabalho em Caxias do Sul, os autores afirmam que “a segregação de gênero colabora para que as mulheres tenham baixa representatividade em empregos associados a atividades masculinas”. Salientam que a inserção por concursos públicos tem proporcionado às mulheres “acesso a cargos elevados, muitos dos quais exigem como requisito a formação no ensino superior” (p. 155). Mas essa pesquisa corrobora os dados aqui apresentados, quando confirma que, mesmo que as mulheres estejam em cargos dirigentes da administração

pública, “a vantagem feminina não se estende aos salários, onde a superioridade ainda é masculina, verificando-se a permanência de uma segregação ao longo da trajetória profissional, mesmo no quadro do serviço público”. (p. 155).

Figura 3 – Evolução da remuneração mensal média dos trabalhadores – Caxias do Sul – 2005-2015



Fonte: Rais/MTPS. Tabulação: Observatório do Trabalho – UCS.

Tabela 8 – Evolução da remuneração mensal média dos trabalhadores – Caxias do Sul – 2005-2015

Sexo	2005 R\$	2007 R\$	2009 R\$	2011 R\$	2013 R\$	2015 R\$
Masculino	1.392,83	1.584,85	1.839,38	2.192,24	2.592,73	2.956,53
Feminino	981,47	1.098,02	1.303,29	1.571,47	1.902,32	2.249,00
Defasagem	R\$ 411,36	R\$ 486,83	R\$ 536,09	R\$ 620,77	R\$ 690,41	R\$ 707,21

Fonte: Rais/MTPS. Tabulação: Observatório do Trabalho – UCS.

A Tabela 8 trata da evolução da remuneração mensal média dos trabalhadores por sexo e a defasagem entre ambos, no período de 2005-2015. A defasagem não diminuiu no período analisado, o que representa que a mulher continuou percebendo menos que o homem nestes dez anos de estudo.

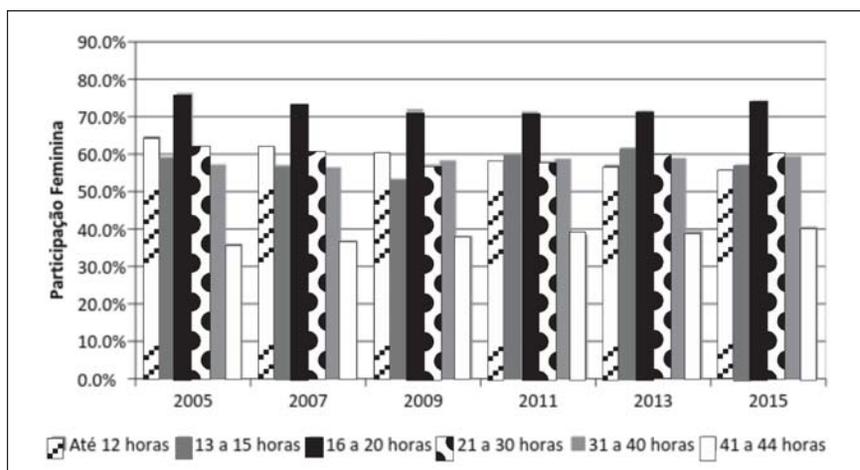
Tabela 9 – Evolução da participação feminina no estoque de empregos por jornada semanal contratada (horas) 2005-2015

Horas contratadas	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Até 12 horas	64,8%	62,0%	60,4%	58,0%	57,2%	56,0%
13 a 15 horas	59,4%	57,1%	53,5%	59,8%	61,8%	57,3%
16 a 20 horas	76,4%	73,6%	72,1%	71,5%	71,8%	74,4%
21 a 30 horas	62,3%	60,6%	57,4%	58,3%	59,8%	60,0%
31 a 40 horas	57,2%	56,5%	58,3%	58,8%	59,0%	59,4%
41 a 44 horas	36,1%	36,9%	38,2%	38,5%	39,5%	40,6%
Total	40,5%	40,8%	41,9%	42,2%	43,3%	44,8%

Fonte: Rais/MTPS. Tabulação: Observatório do Trabalho – UCS.

A referida tabela evidencia a evolução da participação feminina por jornada de trabalho. Observa-se, por meio desses dados, que a mulher tem aumentado a jornada de trabalho nesse período em estudo, o que permite inferir que houve um incremento da jornada de até 12 horas para a de 41 a 44 horas, cumprindo uma carga horária acima de oito horas diárias. A Figura 4 ilustra esse incremento.

Figura 4 – Evolução da participação feminina por jornada de trabalho – Caxias do Sul – 2005-2015



Fonte: Rais/MTPS. Tabulação: Observatório do Trabalho – UCS.

Segundo os registros do Observatório do Trabalho (2017), às jornadas de meio expediente, que corresponde a 16 a 20 horas semanais, houve uma reduzida diminuição, sendo que, em 2005, esta faixa abrangia 76,4% de mulheres e, em 2015, de 74,4%.

Algumas considerações foram tecidas a partir dos dados fornecidos pelo Observatório do Trabalho da Universidade de Caxias do Sul, sobre a participação feminina no mercado de trabalho formal.

a) a remuneração feminina é inferior à percebida pelos homens, tendo apresentado no período em análise sempre uma significativa defasagem;

b) as mulheres têm apresentado nível de escolaridade mais elevado, o que as qualifica para o mercado de trabalho. Como enfrentam mais preconceitos na inserção no trabalho formal, a escolaridade colabora para a entrada no mercado e, ao mesmo tempo, para “ascensão profissional”, (OBSERVAT., 2017, p. 8);

c) a participação feminina por setor econômico mostra que as mulheres têm maior presença nos serviços do que na indústria, e que nesta ainda a maior parte da mão de obra é masculina. As mulheres têm uma forte participação no comércio, e baixa participação na agropecuária e na construção civil. A participação feminina ocorre em todos os segmentos econômicos, apesar de os setores de serviços e de comércio serem os mais significativos.



“O que vale na vida não é o ponto de partida, mas a caminhada. Caminhando e semeando, no fim terás o que colher!”

Corá Coralina



Conselho da Empresária da CIC de Caxias do Sul, 2017.
Autoria: Julio Soares/Objetiva. Acervo: Conselho da Empresária.



Capítulo 5

Gênese e consolidação do Conselho da Empresária

Vania Beatriz Merlotti Herédia*

Anthony Beux Tessari**

O Conselho da Mulher Empresária e Executiva nasce na gestão de Aldenir Roberto Stumpf, uma gestão marcada por muitas dificuldades e desafios, no cenário internacional. Estamos na década de 90 do século passado, e o Brasil começa um processo de modernização tecnológica, estimulado pela competitividade tecnológica. A economia brasileira, para enfrentar a concorrência internacional, necessita se modernizar e atender às exigências postas pelo mercado internacional. A competição nos mercados implica mudanças substanciais nos modelos produtivos, nas exigências tecnológicas, no novo perfil do trabalhador, além de uma acirrada competição nos mercados, sustentados por políticas de qualidade e inovação tecnológica.

Essa gestão tem início em 14 de dezembro de 1994, juntamente com Plínio Mioranza, representando a indústria; Raul Fedrizzi, o comércio, e Juarez Tonietto, os Serviços. Segundo Stumpf, era necessário adequar “as empresas a situações de extrema adversidade, uma vez que a política econômica do País enfrentava uma série de impasses econômicos”, derivados da conjuntura nacional, que lutava para manter a estabilidade do

* Doutora em História pela Università degli Studi di Genova e Pós-doutora em História Econômica pela Università degli Studi di Padova. Professora da Área de Humanidades da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

** Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Professor da Área de Humanidades da Universidade de Caxias do Sul (UCS). Diretor do Instituto Memória Histórica e Cultural (IMHC) da UCS.

Plano Real. Essa administração deu continuidade às modificações que a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul (CIC) assumiu, na gestão de Nestor Perini, em 1991, modificações marcadas pela modernização tecnológica, internacionalização, busca de qualidade e pelo aumento da produtividade. As exigências do mundo globalizado traziam novos sinalizadores para o cenário brasileiro, e as indústrias não poderiam ficar fora desse processo.

O nascimento do Conselho da Mulher Empresária e Executiva

Nesse contexto, nasce o Conselho da Mulher Empresária e Executiva, num clima de mudanças, associado a uma nova cultura empresarial, que se instalava naquele período. As empresárias estavam interessadas em participar de forma mais efetiva dessa cultura empresarial, evidenciando um potencial adormecido. Nesse sentido, em 14 de abril de 1997, é criado o Conselho. Inicialmente, está vinculado a um órgão ligado à Diretoria de Eventos e Promoções da entidade, que tem como diretoras Fúlvia Stedile Angeli Gazola e Dina de Queiroz Gazola, que reuniram, em torno da proposta, nomes expressivos do empresariado feminino de Caxias do Sul.

A ideia de criar um conselho havia emergido de uma avaliação realizada pela Diretoria de Eventos e Promoções, na segunda gestão de Aldenir Roberto Stumpf (1997-1998). Era comum avaliar, no final de cada gestão, as ações das diretorias e identificar as demandas que nasciam dessa avaliação. Uma delas estava calcada na ausência feminina em cargos na Instituição e na presença das mulheres em eventos que a Instituição promovia, como é o caso das reuniões-almoço. Havia o conhecimento de que a Associação Comercial do Rio de Janeiro tinha um Conselho da Mulher e que o mesmo teria tornado a participação feminina mais efetiva, e que nela as mulheres se destacavam pelos eventos que promoviam e pelas ações que realizavam integradas à comunidade.

A ideia de promover um espaço semelhante ao do Rio de Janeiro foi levada à Presidência, à Diretoria de Comunicação e Marketing e à Assessoria de Comunicação, que se responsabilizaram pela criação de um projeto que atendesse esse interesse. Tinha-se ciência de que as mulheres acompanhavam o cônjuge nas reuniões e jantares, e poderiam se interessar por diversas temáticas, contribuindo para o incremento de ações promovidas pela CIC. É oportuno lembrar que as reuniões-almoço eram consideradas momentos estratégicos entre a Presidência, as Diretorias e o público, sendo importante a inclusão das mulheres nesses espaços. A criação do Conselho, de acordo com as diretoras de Comunicação e Marketing, Fúlvia Stedile

Angeli Gazola e Dina de Queiroz Gazola, tinha como objetivo “aproximar o público feminino da CIC nas reuniões-almoço, palestras e atividades desenvolvidas pela casa, acompanhando e representando a Entidade em projetos de âmbito político, econômico e educacional”. (INFORMAÇÕES & NEGÓCIOS, 1997, p. 1).

A Assessoria de Comunicação da CIC pensou estratégias operacionais para atender a esses objetivos, o que envolvia não apenas a mulher empresária, mas a gestora, a executiva por isso esse nome. A Assessoria de Comunicação estava constituída, naquele momento, por Maria Lúcia Bettega e Marta Sfredo, que colaboraram para essa criação.

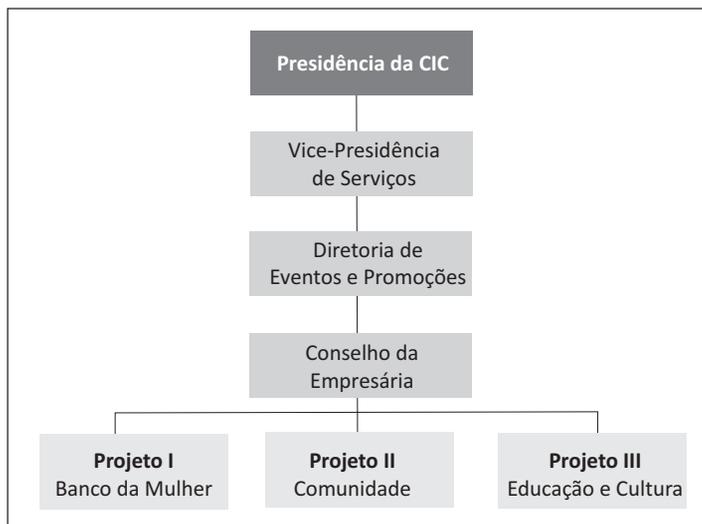
Esse projeto foi assumido pela esposa do presidente da entidade, Marta Cesa Stumpf, por Jucelda Fedrizzi, Ivonne Mioranza e Maria Helena Ayala. A intenção inicial era criar um espaço de trabalho, coordenado pela esposa do presidente e dos vice-presidentes, que representavam a indústria, o comércio e os serviços. Elas fariam os contatos com as demais para promover uma série de iniciativas em benefício da entidade. A proposta seria de que as mulheres, ao acompanharem o cônjuge, participassem dos eventos e, por meio dessa integração, ficariam encarregadas da coordenação de algumas atividades, valorizando o papel da mulher.

O Conselho da Mulher Empresária e Executiva foi presidido por Marta Cesa Stumpf, de abril a junho de 1999. Para regulamentar as ações do Conselho, foi criado um estatuto inspirado no da Associação Comercial do Rio de Janeiro. O formato do Estatuto foi semelhante ao do seu mentor e foi ampliado à medida que agregava novas ideias e se adequava à realidade regional. Foi proposto que cada esfera econômica tivesse um representante em cada projeto, e que as três áreas fossem contempladas com um representante, o que implicava uma da indústria, uma do comércio e uma dos serviços.

Este Conselho foi inaugurado mediante três projetos assinados por mulheres que acreditavam nessa iniciativa: o Banco da Mulher, liderado por Maurien Salatino Rech; o Projeto Comunidade, coordenado por Lisete Oselame, e o Projeto de Educação e Cultura, capitaneado por Analice Carrer. Essas mulheres deram vida a esses projetos, numa proposta de integrar um número significativo aos programas sociais e estimular uma participação mais efetiva, que pudesse marcar posição mais diretiva à entidade.

Em julho de 1997, Fúlvia Stedile Angeli Gazola assume a presidência do Conselho da Mulher Empresária e Executiva, tendo a iniciativa de ampliar o trabalho feminino até maio de 1999. Na sua visão, o Conselho é “constituído por mulheres guerreiras e visionárias” que colaboraram para os “novos ciclos do empreendedorismo feminino”. (CIC, 2017, p. 15).

Organograma funcional do Conselho da Mulher Empresária e Executiva no ano de sua criação.



Fonte: Plano de Ação do Conselho da Mulher Empresária e Executiva-1997/1998.

É interessante registrar que, na administração seguinte, a de Nelço Tesser (1999-2001), cresce o número de mulheres que participam das diretorias departamentais, como é o caso de Cleusa Lizot, na Diretoria de Política Urbana e Turística; Analice Carrer, na Diretoria de Competitividade; Denise Focardi Cardoso Gallio, nos Negócios Internacionais; Sandra Pistor, na Diretoria de Patrimônio; Fúlvia Stedile Angeli Gazola, na Diretoria de Comunicação e Marketing. Antes dessas empresárias, destaca-se Maria Beatriz Dal Pont, que foi vice-presidente do Conselho Deliberativo da CIC e ainda, anteriormente, a presença de Dolaimes Stedile Angeli, que foi uma das primeiras mulheres a assumir a Diretoria de Serviços Mercadológicos, junto com Rogério Tondo, na gestão de Nestor Perini. O Conselho começa a se consolidar, pois além das mulheres que o representavam conta com a participação das mulheres que presidiam as Diretorias Departamentais. A gestão de Nestor Perini havia modernizado a Instituição, com a criação de departamentos vinculados a cada uma das três vice-presidências, relacionando os departamentos “a funções especializadas e setorizadas que ampliaram o nível de atuação da entidade”. (HERÉDIA, 2007, p. 113).

Na gestão de Tesser, o Conselho da Mulher Empresária e Executiva é presidido por Lisete Alberici Oselame, que promove muitas ações, associadas aos princípios da entidade. Um desses projetos é denominado “CIC – Qualidade de vida”, lançado em 17 de julho de 1999, durante o Seminário do Dia da Qualidade Caxias, e traz novas perspectivas para as ações desenvolvidas pelo Conselho. Segundo Lisete Oselame, o projeto busca “difundir o conceito de qualidade de vida e de seus efeitos benéficos para a comunidade. Além disso, quer conscientizar sobre a importância de cada cidadão em adotar a qualidade como postura de vida”. (CIC, 1999, p. 2).

Dentro do projeto “CIC – Qualidade de vida”, são criadas comissões, assim denominadas: Saúde e Higiene, Meio Ambiente, Educação e Cultura, Esporte e Lazer, e Relacionamento Interpessoal. As ações do projeto se desenvolvem em bairros da cidade de Caxias do Sul, sendo as conselheiras responsáveis por levantar prioridades e necessidades dos moradores, articuladas aos Clubes de Mães e à UAB (União das Associações de Bairro). A primeira ação do projeto ocorre no Bairro Fátima).

Lisete Oselame contou com a participação das seguintes mulheres: Célia Marin, Elizete Azambuja, Maria Inês Argenta, Teresinha Rich, Joyce Baugarten, Magali Quadros, Marta Michelin, Jane Santos, Cinara Gobbi, Anna Isabel Corsetti, Julia Dunia Schmitt, Dina Gazola, Stelamaris Parenza, Cleusa Lisot, Susana Mandelli, Siloe Pereira, Marta Susin, Daniela Teixeira, Vera Zattera, Miriam Gazola, Ana Meri Sehbe De Carli, Fúlvia Stedile Angeli Gazola, Celina Panazzolo, Maria Helena Ayala, Shirlei Omizzolo, Silvana Mosele, Suzete Marchetto Claus e Jycela Pante. Foi uma gestão dinâmica que trouxe muitos benefícios para a Instituição e preparou para que novas protagonistas assumissem a presidência do Conselho.

Na gestão seguinte, começo do século XXI, para um conjunto de incertezas que marcou a entrada do novo século. Muitas dessas inquietações, na esfera financeira, afetam os mercados e geram muita instabilidade. Nesse contexto, assume a presidência da CIC em 2002, David Randon, apoiado por João Cláudio Pante, que representa a indústria; Euclides Smiderle, o comércio e Gilmar Gianni, serviços. Essa gestão tem como proposta facilitar as ações empresariais, trabalhando com alguns princípios básicos que a destacaram com uma gestão propositiva, entre eles a valorização do empresário, a qualidade na solução dos problemas, ética nas relações estabelecidas, igualdade como premissa do caráter associativo, integração no fortalecimento das relações da entidade e responsabilidade na preservação da vida.

É oportuno lembrar que a CIC sempre esteve em sintonia com as questões da comunidade e do meio ambiente, na medida em que se preocupou com o desenvolvimento da infraestrutura e da logística necessárias para a ampliação do mercado. (HERÉDIA, 2014, p. 159).

Nessa gestão, o Conselho da Mulher Empresária e Executiva passa ser liderado por Mirtes Fabris Rodrigues, que capitaneou diversas iniciativas de cunho social, cultural e profissional. Mirtes Fabris Rodrigues presidiu o Conselho de 2002-2004. Além de palestras para alunos de escolas em diversos bairros da cidade, sobre temas como saúde, amor à vida, recreação para idosos, o grupo de empresárias coordenou campanhas de alimentos, atividades artísticas e culturais, bem como a capacitação profissional para mulheres que tenham interesse em empreender.

Um dos projetos criados na gestão de Mirtes Rodrigues foi o “Auxílio jurídico”, que tinha como objetivo atender às associações de bairros e comunidade em geral, no sentido de proporcionar auxílio na área jurídica para os mais carentes, com informações sobre o mundo das leis.

Além desse, houve leilões de objetos, chamado Leilão da Fraternidade, cuja arrecadação esteve voltada para os projetos principais do Conselho. O apoio a “Eventos Empresariais” foi uma iniciativa em que o Conselho coletou alimentos não perecíveis, durante a realização do III Seminário de Negócios Internacionais da Serra gaúcha, que foram destinados à Casa Madre Teresa.

O “I Encontro da Mulher Empreendedora” foi proposto nessa gestão, cujo painel foi constituído por mulheres que fizeram história nas instituições das quais participavam. A intenção era estimular as participantes mais novas, a partir de experiências de mulheres que tiveram êxito nos diversos setores que o Conselho representava e pudessem valorizar essas experiências. O encontro, que ocorreu no dia 8 de março de 2004, foi pensado com intuito de celebrar o Dia Internacional da Mulher, e foi promovido pelo Conselho da Empresária e Prefeitura Municipal. Entre as participantes do Encontro estiveram: Liane Beatriz Moretto Ribeiro (Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Caxias do Sul), Ana Izabel Amoretti Caravantes (diretora técnica do Banco da Mulher de Caxias do Sul), Analice Carrer (presidente do Comitê Qualidade Serra Gaúcha), Cleusa Lizot (diretora da Lisot Jour Decorações), Vanice Galliotto Dani (ex-presidente da Microempa), e Justina Onzi (vice-prefeita de Caxias do Sul).

Desde 2004, quando surgiu, o “Encontro da Mulher Empreendedora” já teve 14 edições, homenageando mulheres que representam o setor da indústria, do comércio, dos serviços e da cultura, o que envolve as áreas da educação, políticas públicas e ações comunitárias.

1º Encontro da Mulher Empreendedora (2004)

Homenageadas/Categoria:

Ana Caravantes – Indústria

Analice Carrer – Comércio

Cleusa Lisot – Serviços

Liane Beatriz Moretto Ribeiro – Educação

Vanice Galloto Dani (ex-presidente da Microempa) – Cultura

2º Encontro da Mulher Empreendedora (2005)

Homenageadas/Categoria:

Vera Zatti – Indústria

Márcia Costa – Comércio

Zeli Dambros – Serviços

Maria Helena Sartori – Política

3º Encontro da Mulher Empreendedora (2006)

Homenageadas/Categoria:

Ana Paula Fedrizzi – Indústria

Ilda Pegoraro Fedrizzi – Comércio

Iolanda Gollo Mazzotti – Serviços

Irmã Martha Flores Valiera – Educação

4º Encontro da Mulher Empreendedora (2007)

Homenageadas/Categoria:

Cleodes Maria Piazza Júlio Ribeiro – Cultura

Marli Trentin – Comércio

Fátima Randon – Indústria

Marilan Alberti – Serviços

5º Encontro da Mulher Empreendedora (2008)

Homenageadas/Categoria:

Fúlvia Stedile Angeli Gazola – Serviços

Eloisa Rossi Victorazzi – Comércio

Lúcia Pescador – Indústria

Maria de Lurdes Fontana Grison – Política Pública

6º Encontro da Mulher Empreendedora (2009)

Homenageadas/Categoria:

Erica Generoso – Indústria

Vanda Gregoletto Mariani – Comércio

Nina De Carli – Serviços

Rita Bromberg Brugger – Cultura

7º Encontro da Mulher Empreendedora (2010)

Homenageadas/Categoria:

Carmen Venzon – Indústria
Maria Frigeri Horn – Cultura
Terezinha Pretto Serafini – Serviço Social
Ilda Maria Ruaro Gollo – Comércio

8º Encontro da Mulher Empreendedora (2011)

Homenageadas/Categoria:

Teresinha Tregansin – Cultura
Sirlei Massoni – Comércio
Ivanice Tonolli – Serviços
Martha Sehbe Golin – Serviços

9º Encontro da Mulher Empreendedora (2012)

Homenageadas/Categoria:

Magda Corsetti Torresini – Educação
Nely Prata Vieira Calcagnotto – Comércio
Lisete Alberici Oselame – Serviços
Gilda Eluiza de Ross – Indústria

10º Encontro da Mulher Empreendedora (2013)

Homenageadas/Categoria:

Odete Garbin – Cultura
Isabel Peteffi Basso – Indústria
Beatriz Beretta – Comércio
Mirtes Fabris Rodrigues – Serviços

11º Encontro da Mulher Empreendedora (2014)

Homenageadas/Categoria:

Eda Argenta – Serviço Social
Léa Mari Bazzo – Indústria
Carmem Klein Dalcin – Comércio
Maristela Tomasi Chiappin – Serviços

12º Encontro da Mulher Empreendedora (2015)

Homenageadas/Categoria:

Dilva Annuncia Conte – Cultura
Thereza Tondo – Indústria
Carmenzita Busetti – Comércio
Magda Regina Wormann – Serviços

13º Encontro da Mulher Empreendedora (2016)

Homenageadas/Categoria:

Glória Carvalho – Educação

Clari Paganin – Indústria

Cláudia Sassi – Comércio

Sônia Hermoza – Serviços

14º Encontro da Mulher Empreendedora (2017)

Homenageadas/Categoria:

Vania Beatriz Merlotti Herédia – Cultura

Nilza Faé – Indústria

Marilene Dotti Sartori – Comércio

Marta Michelin – Serviços

Além desse evento, que tornou-se um sucesso na entidade, foi organizada uma série de outras atividades pensadas em benefício da comunidade. Entre elas, a implantação dos 5S na Escola Abramo Randon, e um evento denominado “Semeando valores para a vida”, promovido em parceria com o Centro de Mediação e Arbitragem Ltda. (Cemear).

A gestão de João Francisco Müller, e dos vice-presidentes Cláudio Mugnol, Nelson Lisot e Nelson D’Arrigo (2005-2007), foi caracterizada por uma série de iniciativas empresariais, com o intuito de fortalecer os interesses de classe, bem como reforçar o papel da Instituição nas ações econômicas. Um dos focos do período é a discussão tributária que envolve as indústrias caxienses e preocupa os empresários. Nesse clima de inquietações, a entidade representa as preocupações dos empresários e se solidariza com ações propostas com fins de que a sociedade conheça suas dificuldades e suas lutas.

Nesse contexto, Eda Maria Cousseau Argenta assume a presidência do Conselho em 2005, mantendo as atividades estabelecidas pelas gestões anteriores. Inova com a oferta do primeiro “Somando ideias”, criado para debater assuntos ligados à área empresarial, tais como: motivação de equipes, juros de mercado financeiro, negociando com assertividade, legislação e direito tributário, administração de vendas, gerenciamento de emoções, conciliação dos papéis da mulher empresária/executiva e responsabilidade social. As palestras e os cursos do projeto foram oferecidos ao longo do ano.

Foi criada, ainda na gestão de Eda Argenta, a “Noite da Salada, evento que trouxe muito sucesso para o Conselho, uma vez que agregou de forma inédita mulheres empresárias do ramo da gastronomia de Caxias do Sul. O

evento também passou a servir para a apresentação do relatório de atividades da gestão, e para a posse da nova presidente do Conselho da Empresária. A primeira edição da “Noite da Salada” ocorreu no ano de 2005, durante o evento enogastronômico Divina Cozinha.

A partir do ano de 2005, o Conselho passa a participar do “Concurso Glamour de Caxias do Sul”, evento promovido pela Liga Feminina de Combate ao Câncer. Desde então, anualmente, o Conselho apresenta e prepara uma jovem como candidata, colaborando para o fortalecimento da Liga e de suas causas.

Em 2006, Cláudia Sassi assumiu o Conselho da Mulher Empresária e Executiva juntamente com sua diretoria. Para comemorar os nove anos de atuação do Conselho da CIC e pelo Dia da Mulher caxiense, foi realizada uma programação dirigida para o público feminino. A programação envolvia “Cinema no Conselho da Mulher”, com a pré-estreia, na cidade, do filme “Mulheres do Brasil”. No final do evento, a diretora do documentário, Malu De Martino, e a produtora, Elisa Tolomelli, dialogaram com as presentes sobre a temática do filme. Além dessa atividade, foram realizadas várias palestras, entre elas a da consultora de empresas Dulce Ribeiro, que abordou o tema “Mulheres em todos os sentidos”.

Marta Michelin preside o Conselho da Mulher Empresária e Executiva da CIC, na primeira gestão de Milton Corlatti, como presidente (2008-2009), e Carlos Heinen, Nelson Fábio Sbabo e Fúlvia Stedile Angeli Gazola como vice-presidentes de indústria, comércio e serviços, respectivamente. A gestão desses empresários promove diversas campanhas, a fim de melhorar a logística do município. Dentre elas, a de construção de um novo aeroporto e ampliação das instalações do Aeroporto Regional Hugo Cantergiani. Além disso, a campanha para o aumento de operações de companhias aéreas no percurso Caxias-São Paulo.

Nessa gestão, no âmbito do Conselho, o Projeto “Somando Ideias” avança com a proposta de capacitação de empresários e profissionais e assume um formato novo, denominado “Café com Informação”, que tem como objetivo atualizar o empresariado e, ao mesmo tempo, abrir espaço para discussão de temas sociais relevantes, por meio de conversas e palestras com profissionais renomados. O evento, que iniciou com a participação de 30 pessoas, nas últimas edições tem registrado um público superior a 100 participantes.

Além dessas atividades, foi promovida nessa gestão a primeira “missão internacional”, tendo como destino a Argentina, onde as conselheiras foram recebidas pela Associação de Indústrias Metalúrgicas da República da Argentina (Adimra) e realizaram visitas técnicas a empresas comandadas

por mulheres naquele país. As “missões internacionais” inauguram uma experiência de trocas de conhecimentos, fortalecendo o trabalho da mulher e abrindo perspectivas para novos negócios.

Observando-se as vice-presidências e diretorias da CIC, gradativamente o número de mulheres nesse cargo aumenta. Em 2009, já eram 21 as mulheres que ocupavam cargos que iam de vice-presidente a diretoras na entidade. (CIC, 2009).

Na presidência de Rosane Bender Demari (2010-2011), do Conselho da Mulher Empresária e Executiva, vários programas se fortalecem, mostrando o potencial do Conselho na formação e no estímulo de lideranças. Em 2010, ocorre uma missão técnica com destino a cidade de Foz do Iguaçu (PR), onde as conselheiras são recebidas pela Associação Comercial e Industrial da cidade.

Consolidação do Conselho da Empresária

Em 2012-2013, Shirlei Omizzolo assume a presidência do Conselho, registrando o novo nome, “Conselho da Empresária da CIC de Caxias do Sul”. Segundo ela, essa mudança representa “um novo posicionamento do nome e da marca do Conselho da Empresária, imprimindo uma fase de inovação e contemporaneidade”¹⁴ (CIC, 2017, p. 22). Novos tempos, novas marcas são sinais de que a entidade tem acompanhado as mudanças ocorridas na sociedade, calcadas na rapidez, em um tempo acelerado e de muita inovação.

Nesse contexto, o Conselho manteve as atividades programadas em gestões anteriores, como é o caso das missões técnicas, numa troca de experiências profícuas, que, segundo a presidente do período foi marcante para todos os que participaram desse programa. Tratou-se da missão empresarial ao Rio de Janeiro, onde conheceram o *Projeto ELAS*, “promovido por uma ONG no morro da Providência e que atua no desenvolvimento de mulheres em situação de grande vulnerabilidade social”. (CIC, 2017, p. 22). A experiência foi dada como exitosa, no sentido da aproximação que tiveram com a proposta desse projeto e da possibilidade de compreensão das dificuldades que as mulheres enfrentam cotidianamente, em situações de vulnerabilidade e de risco total.

É oportuno lembrar que a história do Conselho foi um dos *cases* de sucesso apresentados durante o 10º Congresso das Entidades Filiadas à

¹⁴ Além da alteração do nome também foi apresentada uma nova logomarca, que está sendo usada para marcar a identidade do Conselho. (CIC, 2012, p. 12).

Federasul, evento que ocorreu em Canela, em 2012. Nesse sentido, o Conselho foi referência para a criação de outros conselhos que nasceram e foram apadrinhados pelo de Caxias do Sul.

Shirlei Omizzolo assinala que ocorreram diversos avanços nesse período (2012-2013), na história do Conselho, visualizados pela presença de mulheres na presidência do Conselho Deliberativo da CIC e na vice-presidência da Diretoria Executiva, fato que abre um espaço de reconhecimento para seus trabalhos em prol da entidade.

Na primeira gestão de Carlos Heinen (2012-2013), várias diretorias contaram com a presença de mulheres que dinamizaram as ações de cada departamento. Entre elas, a de Comunicação e Marketing com Eloísa Venzon Francisco, Juçara Tonet Dini, Márcia Costa; na Cultura, Cláudia Sassi, Fernanda Tissot, Mirtes Rodrigues; no Desenvolvimento e Competitividade, Adriana Sartori, Fabiana Buffon, Lucélia Lima; no Desenvolvimento Sustentável, Creice Santiago Arde, Eliana Paula Zanol de Oliveira, Fabiane Mafessoni, Maurien Helena Randon Barbosa e Susana Maria de Conto; na Infraestrutura e política urbana, Margarete Bender; Negócios Internacionais, Denise Gallio e Zeli Dambros; na Política Turística e Enogastronomia, Jéssica De Carli; Projetos, Inovação e Inteligência, Jaqueline Prativiera; Recursos Humanos, Denise Maschio, Fabiana Oliveira, Graziela Pimentel Bueno; Saúde, Cleciane Simsen, Leda Carini, Paula Ioris de Oliveira e, no Conselho da Empresária, Shirlei Omizzolo.

Os nomes citados acima, no total de 26, mostram que as mulheres praticamente participaram de todas as diretorias, o que evidencia uma mudança na ocupação desses cargos representativos na entidade. Sinal de novos tempos e da presença feminina em decisões importantes para a história econômica da cidade.

Márcia Rosa preside o Conselho da Empresária, na gestão de Carlos Heinen como presidente (2014-2015), e Reomar Slaviero, Analice Carrer e Celestino Loro, como vices-presidentes. Estando à frente do Conselho da Empresária, Márcia Rosa contou com a participação das seguintes empresárias: Zeli Dambros, Angela De Cássia Freire, Agatha Maria Tonietto, Cíntia Buzin, Christiane Finger, Cláudia Vieira, Eda Maria Cousseau Argenta, Franciele Eichelberger Granada, Grasiela Tesser, Liliana Zambon, Lisete Alberici Oselame, Maria Gorete do Amaral Gedoz, Marta Michelin, Rosane Bender Demari, Shirlei Teresinha Omizzolo, Tatiana Andreolla Candiago, Teresinha Tregansin e Sandra Granetto.

A gestão promoveu uma série de atividades, como palestras, cafés, jantares e conferências, e uma missão técnica para a cidade de Belo Horizonte (MG) para conhecer o Conselho da Mulher Empreendedora da

Associação Comercial e Empresarial de Minas Gerais (ACMinas).

Em 2015, Carlos Heinen tem como vices: Reomar Slaviero, Ivanir Gasperin e Celestino Loro. Nessa gestão, o Conselho da Empresária, em sua missão técnica, visitou o Conselho da Empresária da Associação Comercial de Minas Gerais (ACMinas), ampliando horizontes por meio da troca de experiências empresariais. Segundo Márcia Rosa, “em todas as nossas ações sempre tivemos em mente fortalecer a participação da mulher e do associativismo”. (CIC, 2017, p. 22).

Em 2016-2017, Zeli Dambros assume a presidência do Conselho da Empresária, ampliando as ações previstas, para além-mar, o que envolveu missões tanto no Brasil como em Portugal. Zeli Dambros deu um cunho inovador ao Conselho da Empresária, por meio de ações eficazes, marcadas pelo sucesso da iniciativa.

Sua liderança ocorre na gestão de Nelson Sbabo (2016-2017), que tem evidenciado a missão da CIC em “liderar a classe empresarial, incentivando e fortalecendo a livre iniciativa e o desenvolvimento sustentável de Caxias do Sul e da região”. É importante lembrar que a presidência tem a responsabilidade de assegurar os valores que prega e que estão calcados no “associativismo, equilíbrio financeiro, ética, imagem, inovação, respeito às pessoas e ao meio ambiente, satisfação do cliente e transparência nas relações”. (CIC, 2017). Mesmo que o ano de 2016 tenha sido economicamente distinto pela inércia da economia brasileira diante da crise política, a CIC se esforçou para estimular os empresários a buscarem novas soluções para as empresas.

Nesse clima de instabilidade, a empresária, que já havia sido Diretora de Negócios Internacionais, quando assumiu a presidência do Conselho em 2016, enfrentou uma série de desafios com eficácia e competência. Prova dessa afirmação é a presença efetiva de um número considerável de participantes nos eventos, que o Conselho programou, bem como a qualidade dos mesmos.

As integrantes do Conselho da Empresária, lideradas por Zeli Dambros são: Agatha Maria Tonietto, Beatriz Caregnato, Christiane Finger, Cintia Buzin, Cláudia Vieira, Denise Gallio, Eda Argenta, Franciele Eichelberger Granada, Grasiela Tesser, Liliana Zambon da Siveira, Lisete Alberici Oselame, Márcia Rosa, Marta Michelin, Monica Paragoni, Paula Chiarelo, Rosane Bender Demari, Sandra Maria Granetto de Lima, Simone Schiavo, Sirley Sonda Massoni e Teresinha Tregansin.

Em 2016, foi realizada a “missão internacional” com destino a Lisboa e Porto, em Portugal, e Madrid, na Espanha. Em Portugal, a comitiva de empresárias participou de reuniões com lideranças da Câmara de Comércio

de Lisboa, a mais antiga do país, com quase duzentos anos de existência. O grupo também realizou um curso de imersão na Universidade de Lisboa, com o tema “Estratégias de Liderança”, buscando aperfeiçoamento na área.

É oportuno registrar que, nessa gestão, em agosto de 2017, foi criado o “Grupo de Integração” do Conselho da Empresária, evidenciando o potencial que ali existe. Os projetos elencados abaixo são registros de muitas das iniciativas que o Conselho promoveu, desde o momento da sua fundação.

Projetos promovidos pelo Conselho da Mulher

Projeto Banco da Mulher

Quando foi criado o Conselho da Mulher Empresária e Executiva, foi proposto que o mesmo tivesse alguns projetos que dessem uma dinâmica própria ao Conselho. O primeiro projeto anunciado pelo presidente da CIC, Aldenir Stumpf, foi o Banco da Mulher quando Lilian Cirne Lima, presidente do Banco em Porto Alegre, palestrou na reunião-almoço e evidenciou as peculiaridades da iniciativa.

O Projeto “Banco da Mulher” tinha como finalidade conceder pequenos empréstimos à mulher empresária, em função dos altos juros praticados pelo mercado. Nesse sentido, foi feito um levantamento do potencial que o mesmo poderia atender e sob a inspiração da experiência que existia na FIERGS, desde 1987 e na Associação Comercial do Rio de Janeiro, em 1984, o mesmo foi criado como uma extensão do primeiro.

A ideia ganhou força porque as mulheres acreditavam que era uma ação relevante promover o crédito para pequenos negócios, envolvendo mulheres. Marien Salatino Rech assumiu a coordenação do projeto, em 12 de maio de 1997, e teve a responsabilidade de formalizá-lo à entidade. Como seu marido estava vinculado à FIERGS, teve acesso ao funcionamento daquele projeto e, em pouco tempo, o mesmo começou a funcionar na CIC.

Cinco mil reais era o valor máximo do empréstimo; o Banco da Mulher e o Conselho usaram a mesma estrutura física para estabelecer os contatos e gerenciar as ações que promoviam. Os recursos provieram de empréstimos e doações de diversas instituições, dos setores públicos e privados, que garantiram o início do Banco. Junto com Mauren Salatino Rech, atuaram Júlia Dúnia Schmitt, como vice-coordenadora; Eleuse Citton, como coordenadora financeira; Ana Izabel Caravantes, como coordenadora técnica; Marta Stumpf, Nilva Randon, Maria Helena Ayala, Jucelda Fedrizzi, Beatriz Biasus e Cleusa Lisot, como coordenadoras adjuntas. Esse grupo de mulheres continha as primeiras articuladoras de empréstimos para as microempresas, para criar e desenvolver um negócio na própria residência.

Apesar do nome, o Banco contempla “benefícios para microempresas de ambos os sexos, que já exerçam atividades geradoras de renda. Tem como objetivo estimular o desenvolvimento socioeconômico do microempresariado, ampliando sua participação na economia”. (CIC, 1997, p. 2).

Nessa direção, a iniciativa do Banco foi um meio de promover apoio às atividades econômicas do pequeno empreendedor. Os resultados demonstraram, no final do primeiro ano, o sucesso das atividades realizadas. Naquele momento, já contava com trinta clientes cadastrados, dos quais 24 conseguiram financiamento, num total de investimento de R\$ 47 mil.

Em 1999, O Banco foi liderado por Julia Dunia Schmitt, pela vice-presidente Jycela Pante, pela Diretora financeira Beatriz Biazus e pela diretora técnica Ana Amoretti Caravantes. Também integram o Banco: Hieldes Martins, Jucelda Fedrizzi, Maria Helena Ayala, Marien Rech, Marília Dal Zotto, Marli Trentin, Marta Michelin, Nilva Randon e Silvana Mosele. (CIC, 1999).

O Banco da Mulher foi presidido por Jycela Pante de 2001-2003 e por Nilva Terezinha Randon em 2003-2005. Na gestão de Jycela Pante, a instituição se desligou da agência de Porto Alegre e se tornou afiliada direta do Banco da Mulher do Rio de Janeiro. Em 2003, o Banco da Mulher de Caxias do Sul liberou “59 financiamentos, totalizando R\$168.000,00. A média de valor liberado por cliente foi de R\$2.847,46”. (CIC, 2004, p. 28). A importância do microcrédito para profissionais autônomos e microempresas foi importante para estimular a iniciativa de mulheres empreendedoras, que não tinham condições de assumir empréstimos bancários para dar impulso aos seus pequenos negócios.

Em 2005, Nilva Randon é reconduzida à presidência do Banco da Mulher por mais dois anos. Também assumiram a nova gestão: Ana Izabel Amoretti Caravantes como vice-presidente; Silvana Dallegrave Cardoso, como diretora técnica; Neiva Borghetti Nora, como diretora financeira, e Jycela Pante, como coordenadora social. Nessa data, o Banco contava com 201 clientes cadastrados, financiava até R\$ 4.000,00 por pessoa, ainda atuando no trabalho informal. Nessa gestão, João Francisco Müller, presidente da CIC, na época, fez parte do Conselho Fiscal, colaborando para o desempenho positivo do Banco.

Marli Trentin foi eleita presidente do Banco da Mulher para o biênio 2007-2009, tendo Orlene Chedid, como vice-presidente; Silvana Dallegrave Cardoso, como diretora técnica; Neiva Borghetti Nora, como diretora financeira, e Maria Helena Ayala, como coordenadora social. Na gestão de Marli Trentin, o Banco continuou sua função de conceder faixas especiais

de crédito, apoiando e promovendo o desenvolvimento de mulheres e homens com alguma atividade produtiva. Também desenvolveu projetos de formação profissional, como o curso profissionalizante de Costura Básica Industrial, projeto feito em parceria com a Fundação de Assistência Social (FAS) de Caxias do Sul e o Serviço Social da Indústria (Sesi). Trentin foi reeleita como presidente do Banco da Mulher, permanecendo no cargo até 2011. Na gestão de 2009-2011, teve “Julia Dunia Tomé Schmitt, como vice-presidente; Neiva Nora, como diretora financeira, e Silvana Dallegrave Cardoso, diretora técnica”. (CIC, 2009, p. 15).

Nessa gestão, em uma das reuniões-almoço da CIC, em comemoração alusiva aos 13 anos do Banco da Mulher, o Superintendente do Sesi, no Rio Grande do Sul, Edison Lisboa, ao tratar o tema do empreendedorismo feminino, como alternativa para o desenvolvimento do País, chamou a atenção para as vantagens da presença das mulheres no mundo corporativo. Enuncia que “elas são mais perceptíveis, conseguem entender bem as necessidades dos clientes e quando ocupam cargos de liderança, criam um ambiente positivo de equipe”. Destaca que o “empreendedorismo é uma grande oportunidade para o desenvolvimento do país e a mulher pode ser agente fundamental disso, só precisa de oportunidades”. (CIC, 2010, p. 4).

Em 2011, assumiu a presidência do Banco da Mulher novamente Jycela Pante, ficando no cargo até o ano de 2013.

A gestão do Banco da Mulher de 2013 a 2015 ficou ao encargo de Silvana Dallegrave Cardoso, que assumiu tendo Marli Trentin como vice-presidente; Luíza Golin De Martini como diretora técnica, e Neiva Borghetti Nora, como diretora financeira.

Neiva Borghetti Nora foi eleita presidente do Banco da Mulher em 2015, para a gestão 2015-2017, e reeleita para a gestão 2017 a 2019. Conta atualmente com Silvana Dallegrave, como vice-presidente; Marli Trentin, como diretora Financeira; e Luiza Golin De Martini, como diretora técnica. Segundo a presidente, as principais funções do Banco da Mulher são “a inclusão social, alavancar o desenvolvimento do microempresário, principalmente aquele que não tem acesso a nenhuma forma de recurso, proporcionando assim melhores condições para seu negócio, para sua vida e sua família”. (CIC, 2017).

Projeto Comunidade

O Projeto II – Comunidade foi criado com a finalidade de desenvolver ações que pudessem oportunizar uma ampliação da infraestrutura à cidade, dando suporte ao crescimento socioeconômico que a mesma vinha sofrendo.

Sua primeira coordenadora foi Lisete Alberici Oselame, que também presidiu o Conselho da Mulher Empresária no período de 1999-2001.

Esse projeto propôs uma pesquisa social que pudesse avaliar o nível de analfabetismo nas empresas associadas e pensar programas que atendessem a tal fim. Integraram o projeto: Lisete Alberici Oselame, Ana Meri Sehbe De Carli, Joice Baungarten, Maria Luiza Calcagnotto, Maria da Piedade Vianna Reginatto, Reni Lagni Portolan, Stemarís Pereira Arenhardt e Valquiria Fish. A proposta incluía o mapeamento das empresas que possuíam projeto interno de alfabetização e daquelas que não dispunham de cursos internos de alfabetização de funcionários. Foram convidadas para expor resultados do convênio Simecs-UCS: a Profa. Joana Toigo Conte e a Profa. Gessy Dallegre da Universidade de Caxias do Sul, acerca do Programa de Educação Básica de Jovens e Adultos Trabalhadores de 1ª a 4ª séries do Ensino de primeiro grau. Essa exposição evidenciou a vinculação do programa às pesquisas realizadas pela Universidade e facilitou o mapeamento que o projeto propunha. Após essa fase, foi organizado um instrumento de pesquisa, para ser aplicado nas empresas. (Ata 3, Conselho da Mulher Empresária e Executiva. projeto II – Comunidade, 1997).

Segundo Lisete Alberici Oselame (CIC, 1997, p. 10) “participaram do diagnóstico, 117 empresas associadas à CIC, que possuem acima de 100 funcionários”. Os resultados foram muito discutidos pela importância que o tema tem na vida empresarial e demonstraram que, dos 30.344 trabalhadores, quase 10%, ou seja, 9,79%, eram alfabetizados (o que incluía até a 4ª série (ano) do Ensino Fundamental). O projeto apontou que o índice de analfabetos era baixo e que a proposta do grupo foi o encaminhamento para os sindicatos patronais oferecerem curso que pudessem aumentar a escolaridade da classe trabalhadora. (CIC, 1997, p.10).

Projeto Educação e cultura

Promoveu o cadastramento de grupos artísticos, como músicos e artistas plásticos da cidade, com o objetivo de formar um banco de dados cultural. Com ele, as empresas poderiam obter informações para planejar e organizar eventos, convenções ou mesmo dar apoio e patrocínios. O projeto foi coordenado pela empresária Analice Carrer em 1997 e teve um relevante papel de difusão artística e cultural nos eventos das empresas ligadas à entidade.

Para o grupo liderado por Carrer, “a qualidade exige uma mudança de atitude das pessoas envolvidas em qualquer processo produtivo. Essa mudança exige, necessariamente, educação formal como instrumento básico

para a qualidade e cultura como incentivo à criatividade”. (CIC, 1997, p. 10). Carrer, ao explicar a relevância do projeto e suas vantagens, enfatiza que a promoção da cultura deve ser entendida “como um processo de desenvolvimento constante, evolutivo e presente no dia a dia da comunidade”. (CIC, 1997, p. 10).

Para demonstrar a força desse projeto, uma das primeiras ações foi a realização de uma apresentação de dança na reunião-almoço da CIC. (CIC, 2017, p. 6). As empresárias que participaram desse projeto foram: Analice Carrer, Ana Méry Sehbe De Carli, Celina Panazolo e Terezinha Tregansin.

Considerações finais

A pesquisa realizada evidencia que as mulheres, no século XX, abriram “janelas e portas” para o reconhecimento da sua participação na sociedade, por meio de conquistas legitimadas. Os direitos civis, políticos e sociais por elas conquistados, na sociedade contemporânea, foram fruto de incontáveis enfrentamentos que nasceram de lutas e de movimentos sociais, políticos e culturais.

As mulheres do século passado foram protagonistas de conquistas que nasceram como resultado de contradições e conflitos presentes, no interno da vida coletiva. Conseguiram com muita perspicácia avanços que mudaram seus papéis e sua inclusão em novos espaços institucionais. Foram responsáveis, portanto, pelos avanços que oportunizaram a participação efetiva da mulher na vida econômica, política e cultural do País.

O estudo mostra que houve uma forte mudança da mulher na sociedade, dada sua capacidade de enfrentar as transformações sociais, representada pela conquista ao voto, pela ampliação dos direitos civis, pela presença na vida política, pelas ocupações profissionais, que promoveram ascensão profissional; pela mobilidade ocupacional e pela força no enfrentamento de algumas tradições, em busca de uma participação efetiva e reconhecida socialmente.

As mulheres empreendedoras, em suas narrativas, mostram que a caminhada não foi gratuita e que, por parte de muitas, resultou de superação de dificuldades, esforços e renúncias, na busca da realização como pessoa, como profissional e como mulher. Não era comum buscar a independência e ter autonomia, seja nos setores públicos, seja nos privados. O ônus dessa caminhada em busca da liberdade foi oneroso para muitas mulheres, que escolheram essa estrada, principalmente para aquelas que não aceitaram ficar na retaguarda e assumiram suas posições profissionais; buscaram qualificação, saíram do espaço doméstico e se destacaram nos espaços públicos; garantiram a reprodução familiar e ajudaram na sucessão dos negócios familiares.

As narrativas mostram que houve, por parte de muitas, uma “reivenção” de seus papéis sociais, rompendo com os padrões vigentes anteriores, começando na família, passando pela empresa e instituições correspondentes, estendendo-se até a comunidade. A missão cumprida nos diversos espaços mostra as pressões que a mulher sofreu para garantir neles sua presença. Evidentemente, o reconhecimento social precisa ser continuamente alimentado para não ser perdido, mas o registro é que, além de contribuir para as transformações econômicas com seu trabalho, suas ideias e sua participação, o ganho se deu realmente na esfera cultural, numa participação ativa e constante, na qual a mulher sai de sua invisibilidade para atuar em prol da sociedade na educação dos filhos, na educação dos grupos sociais, nos cuidados básicos e na transmissão da cultura. Mesmo cultuando valores de seus antepassados, soube lidar com a modernização e as demandas sociais que lhe foram impostas, acomodando-as ao ritmo atual.

A emancipação feminina oportunizou mudanças sociais significativas, que perpassam a família rural e urbana brasileira, modificando mentalidades e abrindo espaços para a transformação de valores, que afetaram a cultura e que deram às mulheres condições mais igualitárias de participação social nas diversas instituições vigentes. Até recentemente, muitas ocupações eram permitidas apenas aos homens, bem como o poder de decisão sobre elas mesmas, mas as mulheres transformaram essas limitações em espaços de transformação e ocuparam esses lugares que fazem a diferença. A redução no número de filhos, o planejamento familiar, a possibilidade de estudar e trabalhar, o domínio sobre o próprio corpo, o divórcio, o poder de decisão sobre sua vida pessoal, entre outras conquistas, foram imprescindíveis para as mudanças que a mulher faz na sociedade atual.

Nesse sentido, o empreendedorismo está presente nesta região, pela capacidade que as mulheres tem para resolver problemas, enfrentar situações, fazer diferente, agir, aprender de formas distintas, enfrentar riscos, ter coragem, duplicar jornadas e estar sempre presentes nas principais atividades que as cercam. Nas vozes do presente, vimos mulheres ativas, protagonistas de seu destino e capacitadas para os negócios. Nas vozes do passado, vimos mulheres fortes, corajosas, sem medos, e com muita vontade de vencer, que investiram principalmente na garantia da reprodução familiar e nas possibilidades de lidar com os negócios. Nesse cruzamento, temos um acervo de conhecimento que se reproduz e que faz a diferença nesta região, onde os valores culturais foram sempre muito fortes, voltados para a família e para o trabalho. O reconhecimento da importância do trabalho é uma característica presente nas falas das mulheres que acreditam na transformação que gerou na vida das pessoas e, em seus depoimentos, está

a síntese de que o trabalho identifica o ser humano na sociedade e o coloca no circuito produtivo, resultado de um processo de suprimento de necessidades propostas pela reprodução social.

A história desse empreendedorismo chama a atenção para as características encontradas nessas mulheres, que conseguiram mudar a matriz cultural e deixar vestígio de que é possível fazer diferente. A formação de lideranças que se evidencia nas narrativas é prova do resultado dessa caminhada, que coloca a mulher em primeira pessoa e dá voz às aspirações e aos desejos.

A valorização de suas ações já é reconhecida e facilita a construção de outras perspectivas, que certificam sua profissionalização no mundo das competências. O espírito associativista aparece como uma característica que mostra que as mulheres podem se tornar um coletivo que, unido, integra, transforma e se recria, abrindo espaços para o compartilhamento de experiências.

Nas falas, as vozes ressoam a importância da valorização da mulher começar por ela mesma, não ter medo das pressões que se manifestam contra o *status quo*, sendo que a visibilidade é resultado do esforço coletivo, que faz com que esse empreendedorismo tenha a marca da presença feminina. A saída da mulher da esfera doméstica e sua participação na esfera empresarial não enfraquecem a família mas fortalece a mulher nas decisões que venha a tomar, numa evidência de que é possível dividir responsabilidades, que implicam domínios de poder e abrem espaços para novas práticas culturais, nas quais desaparece a discriminação nas oportunidades. Parafraseamos uma das falas das entrevistadas, que resume o pensamento do empreendedorismo feminino, quando fala de sua avó:

Ela foi uma líder dentro da empresa [...], ela foi uma líder dentro de casa. Ela foi empreendedora porque tinha asas para voar.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Thompson Almeida; SERRA, Rodrigo Valente. *Cidades Médias Brasileiras*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

ANDRADE, Tobias de Oliveira. A evolução histórica do divórcio no Brasil. In: *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, XV, n. 101, jun 2012. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=11574>. Acesso em: 7 set. 2017.

ARDICHVILI, A.; CARDOZO, R.; RAY, S. A theory of entrepreneurial opportunity identification and development. *Journal of Business Venturing*, v. 18, p. 105-123, 2003.

AUDRETSCH, D. Entrepreneurship research. *Management Decision*, v. 50, n. 5, p. 755-764, 2012.

AZEVEDO, Thales de. *Italianos e gaúchos: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1975.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. Memórias das lutas feministas no Brasil. *Tempos e Memórias*. Movimento feminista no Brasil. Brasília: SPM, 2010. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/titulo-e-memorias>>. Acesso em: 17 set. 2017.

BAUM, J. R. et al. Entrepreneurship as an area of Psychology study: an introduction. [S.l.]: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2007.

BELTRÃO, Pedro. *Sociologia da família*. Petrópolis: Vozes, 1973.

BERGER, B. The culture of modern entrepreneurship. In: BERGER, B. (Ed.). *The culture of entrepreneurship*. San Francisco: ICS Press, 1991.

BOLETIM ANUAL – Mulheres e Mercado de Trabalho 2017. Base de Dados: RAIS 2015. NID. Observatório do Trabalho, n. 8, Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2017. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/Boletim_Mulheres_2017_2.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. Campinas: Record, 2014.

CANTILLON, R. *An essay on economic theory: an english translation of Richard Cantillon's Essai sur la Nature du Commerce en Général*. Mark Thornton (Ed.). Ludwig von Mises Institute, 2010.

CASSON. M.C. *Entrepreneurship and business culture*. Aldershot, UK: Edward Elgar, 1995.

CASSON. M.C. *The entrepreneurship: an economic theory*. Oxford, UK: Martin Robertson, 1982.

CIC. Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul. *10 anos de empreendedorismo feminino*. Caxias do Sul: Conselho da Mulher Empresária e Executiva da CIC, 2007.

CIC. Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul. *20 anos pelo empreendedor feminino*. Caxias do Sul: Conselho da Empresária da CIC, 2017a.

CIC. Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul. Banco da Mulher Caxias do Sul comemora 20 anos e reelege diretoria. 6 jul. 2017. Disponível em: <<http://ciccaxias.org.br/noticias/2017/07/06/banco-da-mulher-caxias-do-sul-comemora-20-anos-e-reelege-diretoria/>>. Acesso em: ago. 2017.

CIC. *Informações & Negócios*, Caxias do Sul, ano 7, n. 79, p. 2, ago. 1999.

CIC. *Informações & Negócios*, ano 7, n. 81, p. 2, nov./dez. 1999.

CIC. *Informações & Negócios*, Caxias do Sul – 2002-2004, p. 28, 2004.

CIC. *Informações & Negócios*, 2009.

CIC. *Informações & Negócios*, Caxias do Sul. Edição 137, ano 17, maio a junho de 2009. Disponível em: <www.cic-caxias.com.br>. Acesso em: ago. 2017.

CIC. *Informações & Negócios*, Caxias do Sul. Edição 138, ano 17, julho a agosto de 2009. Disponível em: <www.cic-caxias.com.br>. Acesso em: ago. 2017.

CIC. *Informações & Negócios*, Caxias do Sul. Edição 138, ano 18, julho a agosto de 2009. Disponível em: <www.cic-caxias.com.br>. Acesso em: ago. 2017.

CIC. *Informações & Negócios*, Caxias do Sul. Edição 144, ano 19, julho a agosto de 2010. Disponível em: <www.cic-caxias.com.br>. Acesso em: julho. 2017.

- CIC. *Informações & Negócios*, Caxias do Sul. p. 12, 2012.
- CIC. *Informações & Negócios*, Caxias do Sul. Edição 164, ano 22, nov. a dez. 2013. Disponível em: <www.cic-caxias.com.br>. Acesso em: set. 2017.
- CIC. *Informações & Negócios*, Caxias do Sul. Edição 166, ano 23, maio a junho de 2014. Disponível em: <www.cic-caxias.com.br>. Acesso em: ago. 2017.
- CIC. *Informações & Negócios*, Caxias do Sul. Edição 172, ano 24, maio a julho de 2015. Disponível em: <www.cic-caxias.com.br>. Acesso em: ago. 2017.
- CULTURA, Secretaria da. Prefeitura de São Paulo. Biografia da patronesse Cora Coralina. Publicado em 16 abr. 2008. Disponível em: <http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bibliotecas/bibliotecas_bairro/bibliotecas_a_1/coracoralina/index.php?p=4235>. Acesso em: 30 out. 2017.
- DRUCKER, P. F. *Innovation and entrepreneurship: practice and principles*. New York: Harper & Row, 1985.
- ECKHARDT, J. T.; SHANE, S. A. Opportunities and entrepreneurship. *Journal of Management*, v. 29, n. 3, p. 333-349, 2003.
- ENDRES, A.; WOODS, C. Modern theories of entrepreneurial behavior: an appraisal. *Economics Department Economics Working Papers*, The University of Auckland, 2003.
- FILION, L. J. From entrepreneurship to entreprenology. *Working paper*, n. 5, jun. 1997.
- FRANCO, Álvaro. *Abramo já tocou... ou a epopéia de um imigrante: ensaio biográfico*. São Paulo: Ramos; Franco, 1943.
- FRANCO, Álvaro; FRANCO, S. Maria Ramos de. *O milagre da montanha*. São Paulo: Ramos & Franco Editores, 1946.
- FRESE, M. Toward a psychology of entrepreneurship: an action theory perspective. *Foundations and Trends in Entrepreneurship*, v. 5, n. 6, p. 435-494, 2009.
- GARTNER, W. B. Who is an entrepreneur? is the wrong question. *Entrepreneurship Theory and Practice*, v. 13, n. 4, p. 47-68, 1988.
- GASKELL, George. Entrevistas individuais e entrevistas e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, G. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GIRON, Loraine Slomp, BERGAMASCHI, Heloísa Eberle. *Casas de negócio: 125 anos da imigração italiana e o comércio regional*. Caxias do Sul: Educ, 2001.

GIRON, Loraine Slomp. *Dominação e subordinação: mulher e trabalho na pequena propriedade*. Porto Alegre: Letra & Vida; EST, 2008.

GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloisa Délia Eberle. *A força das mulheres proprietárias: histórias de vida – 1875/1975*. Caxias do Sul, RS: Educ, 1997.

GOMES, Ângela Maria de Castro. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil. 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GRANOVETTER, M. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *American Journal of Sociology*, v. 91, n. 3, p. 481-510, 1985.

GRÉGOIRE, D. A.; CORBETT, A. C.; MCMULLEN, J. S. *Journal of Management Studies*, v. 48, n. 6, p. 1443-1476, 2011.

GREVE, A. Networks and entrepreneurship: an analysis of social relations, occupational background, and use of contacts during the establishment process. *Scandinavian Journal of Management*, v. 11, n. 1, p. 1-24, 1995.

HAHNER, June E. Escolas Mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. *Estudos feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 336, maio/ago. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n2/v19n2a10>>.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HAYEK, F. A. *Individualism and economic order*. Chicago: University of Chicago Press, 1948.

HERÉDIA, Vania B. M. Família italiana no Rio Grande do Sul. In: SCOTT, Ana Silvia Volpi et al. *História da família no Brasil meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos; Ed. da Unisinos, 2014.

HERÉDIA, Vania B. M. Políticas imigratórias no século XIX: os italianos no Rio Grande do Sul. In: HERÉDIA, V.B.M.; RADÜNZ, Roberto. *Imigração e Sociedade: Fontes e acervos da imigração italiana no Brasil*. Caxias do Sul: Educ, 2015.

HERÉDIA, Vania B.M. A família italiana no Rio Grande do Sul. In: SCOTT, Ana Silvia et al. (Org.). *História da família no Brasil meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos, 2014. (Coleção Estudos Históricos Latino-Americanos).

HERÉDIA, Vania B.M. *História de muitas histórias: a força do empresariado na cidade e na cultura*. Caxias do Sul: Instituto Ítalo Victor Bersani; Belas Letras, 2014.

HERÉDIA, Vania B.M. *Memória e identidade*. Caxias do Sul: Belas Letras, 2007.

HWANG, H.; POWELL, W. W. Institutions and entrepreneurship. *Handbook of Entrepreneurship Research*. Kluwer Publishers, 2005. p. 179-210.

IBGE. *Censo Demográfico 2000: resultados da amostra*. Rio de Janeiro, IBGE, 2002.

IBGE. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro, IBGE. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.sht>>.

KIRZNER, I. M. *Competition and entrepreneurship*. Chicago, IL: University of Press, 1973.

KIRZNER, I. M. *Perception, opportunity and profit: Studies in the theory of Entrepreneurship*. Chicago: University of Chicago Press, 1983.

KNIGHT, F. H. *Risk, uncertainty and profit*. Boston: Hart, Schaffner; Marx; Houghton Mifflin Co., 1921. Disponível em: <econlib.org/library/Knight/knRUP.html>. Acesso em: 10 jan. 2013.

LANDSTRÖM, H. Entrepreneurship research: a missing link in our understanding of the knowledge economy. *Journal of Intellectual Capital*, v. 9, n. 2, p. 301-322, 2008.

LANDSTRÖM, H.; HARIRCH, G.; ASTRÖM, F. *Pioneers in entrepreneurship and small business research*. New York: Springer, 2005.

LANDSTRÖM, H.; HARIRCH, G.; ASTRÖM, F. Entrepreneurship research: a history of scholarly migration. In: LANDSTRÖM, H.; LOHRKE, F. (Ed.). *Historical Foundations of Entrepreneurship Research*. Cheltenham: Edward Elgar, 2010.

LANDSTRÖM, H.; HARIRCH, G.; ASTRÖM, F. Entrepreneurship: exploring the knowledge base. *Research Policy*, v. 41, p. 1154-1181, abr. 2012.

LANDSTRÖM, H.; HARIRCH, G.; ASTRÖM, F. *The new frontiers of entrepreneurship*: plenary speech Università Commerciale L. Bocconi, Milan, September, 2002.

LAVOIE, D. The discovery and interpretation of profit opportunities: culture and the Kirznerian entrepreneur. In: BERGER, B. (Ed). *The culture of entrepreneurship*. San Francisco: ICS Press, 1991.

- LEVY, D.; SCULLY, M. The institutional entrepreneur as modern prince: the strategic face of power in contested fields. *Organization Studies*, v. 28, p. 971-991, 2007.
- LIOTTA, Salvatore. *A viagem de Anna Rech*. Caxias do Sul: Maneco, 2016.
- MACHADO, Maria Abel. *Mulheres sem rosto*. Caxias do Sul, RS: Maneco, 1998.
- MACHADO, Maria Abel; AGUZZOLI, Leonor de Alencastro Guimarães. *Nossas mulheres: que ajudaram a construir Caxias do Sul*. Caxias do Sul, RS: [s.n.], 2005.
- MAGUIRE, S.; HARDY, C.; LAWRENCE, T. B. Institutional entrepreneurship in emerging fields: HIV/Aids treatment advocacy in Canada. *Academy of Management Journal*, v. 47, n. 5, p. 657-679, 2004.
- McCLELLAND, D. C. *The achieving society*. New York: Free Press, 1961.
- MELLO, C. B. C. de. *Empreendedorismo e desenvolvimento Econômico regional : Ações dos industriais de Caxias do Sul (1950-1970)*. São Leopoldo: Oikos, 2016.
- MÉNDEZ, Natália Pietra; GRAZZIOTIN, Luciane Sgarbi S.; DORNELLES FILHO, Adalberto. Um mercado em disputa? Relações de gênero e trabalho na primeira década do século XXI. In: WAISMANN, Moisés; MÉNDEZ, Natália Pietra; REMEDI, José (Org.) *Visões sobre o trabalho: diálogos interdisciplinares*. Caxias do Sul: Educs; Santa Cruz: Unisc, 2013. p. 129-159.
- MITCHELL, R. K. et al. *Toward a theory of entrepreneurial cognition: rethinking the people side of entrepreneurship research*. ET&P University of Victoria, 2002. p. 93-102.
- PENAFIEL, Carlos. Documentos parlamentares. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918, p. 594-595. v. I. In: GOMES, A. C. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil. 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- PENAFIEL, Carlos. *Minha história das mulheres*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- PENAFIEL, Carlos. *Mulheres públicas*. São Paulo: Unesp, 1998.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PINTO, Celi Jardim. Participação (representação?). Política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: SAFFIOTI, Heleieth; MUÑOZ-VARGAS,

- Mônica (Org.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; Brasília: Unicef, 1994.
- POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo, 2001.
- POCHMANN, Márcio. Trabalho e renda. p. 31-46. In: PINSKY, Jaime (Org.). *O Brasil no contexto*. 1987-2007. São Paulo: Contexto, 2007.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*, Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev. 1997.
- PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scattena. Participação feminina no debate público brasileiro. p. 194-217. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.
- PRADO, Adélia. Com licença poética. In: *Bagagem*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, p.19.
- RENKO, M.; SHRADER, R. C.; SIMON, M. Perception of entrepreneurial opportunity: a general framework., *Management Decision*, v. 50, n. 7, p. 1233-1251, 2012.
- ROCHA, V. C. The entrepreneur in economic theory: from an invisible man toward a new research field. *FEP Working Papers*, n. 459, maio, 2012.
- RUEF, M.; LOUNSBURY, M. The sociology of entrepreneurship. *Sociology of Organizations*, v. 25, p. 1-29, 2007.
- SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35-50, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2017.
- SAY, J. A. *Treatise on political economy or the production, distribution and consumption of wealth*. Philadelphia: Claxton, Remsen & Haffelfinger, 1880. Disponível em: <<http://socserv.mcmaster.ca/econ/ugcm/3113/say/treatise.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2013.
- SHUMAHAR, Shuma. O Passado se faz Presente. In: KAZ, Leonel; LODDI, Nigge. *Século XX – A Mulher Conquista o Brasil*. Rio de Janeiro: Aprazível Edições, 2006, p. 133
- SCHUMPETER, J. A. *The theory of economic development*. Harvard university Press, Cambridge, MA, 1934.
- SCIASCIA, S.; DE VITTA, R. The development of the entrepreneurship research. *Liuc Papers*, n. 146, abril, 2004.

SHANE, S. Prior Knowledge and the discovery of entrepreneurial opportunities. *Organization Science*, v. 11, n. 4, p. 448-449, 2000.

SHANE, S.; VENKATARAMN, S. Entrepreneurship as a field of research: a response to Zahra and Dess Singh, and Erickson. *Academy of Management Review*, v. 26, p. 13-17, 2000.

SHAPERO, A.; SOKOL, L. The social dimensions of entrepreneurship. In: KENT, C.; SEXTON, L.; VESPER, K. (Ed.). Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1982, p. 72-90.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. *Politeia: história e sociedade*, v. 8, n.1, 2008.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. *Revista Brasileira de Educação*, n.15, p. 97-117, set./out./Nov./dez. 2000, Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n15/n15a07.pdf>>.

SWEDBEG, R. *The social science view of entrepreneurship: introduction and practical application. The Entrepreneurship: the social science view.* Oxford University Press, 2000.

THORNTON, P. H.; SORIANO, D. R.; URBANO, D. Socio-cultural factors and entrepreneurial activity: an overview. *International Small Business Journal*, v. 29, n. 105, 2011.

THORNTON, P. H.; SORIANO, D. R.; URBANO, D. The sociology of entrepreneurship. *Sociology Annual Review*, n. 25, p. 19-46, 1999.

VAN PRAAG, C. M.; CRAMER, J. S. The roots of entrepreneurship and labour demand: individual ability and low risk aversion. *Economica*, p. 45-62, fev. 2001.

VAN PRAAG, M. Some classic views on entrepreneurship. *De Economist*, Netherlands, v. 147, p. 311-335, 1999.

VOLERY, T. Ethnic entrepreneurship: a theoretical framework. In: DANA, L. P. (Ed.). *Handbook of research on ethnic minority entrepreneurship: a co-evolutionary view on resource management.* Cheltenham: Edward Elgar, 2007.

VON MISES, L. V. *Human action: a treatise on economics.* London: Hodge, 1949.

WALDINGER, R.; ALDRICH, H.; WAR, R. (Eds.). *Opportunities, group characteristics and ethnic entrepreneurs: immigrant business in industrial societies.* London: Sage, 1990. p. 13-48.

WATSON, T. J. Entrepreneurship: a suitable case for sociological treatment. *Sociology Compass*, v. 6, n. 4, 2012.

WEBER, M. *The theory of social and economic organization*. New York: The Free Press, 1947.

WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WENNEKERS, S.; THURIK, R. Linking entrepreneurship and economic growth. *Small Business Economics*, v. 13, p. 27-55, 1999.

XAVIER SOBRINHO, Guilherme (Org.). *Mercados regionais de trabalho no Rio Grande do Sul: manifestações da reestruturação produtiva em quatro regiões selecionadas*. Porto Alegre: FEE, 2005.

YINGER, M. J. *Ethnicity Annual Review of Sociology*, v. 11, p. 151-80, 1985.

Fontes orais

BENDER, Margarete; SERAFINI, Terezinha Pretto; TREGANSIN, Teresinha. Entrevista concedida à Vania Beatriz Merlotti Herédia e Anthony Beux Tessari. Caxias do Sul, 12 abr. 2017. [A entrevista se encontra gravada em áudio e vídeo e transcrita no Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul].

BETTEGA, Maria Lúcia. Entrevista concedida à Vania Beatriz Merlotti Herédia. Caxias do Sul, 21 jul. 2017. [A entrevista se encontra gravada em áudio e transcrita no Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul].

BUZIN, Cintia; GRANADA, Franciele; MENEGOTTO, Maria; MENEGOTTO, Simone. Entrevista concedida à Vania Beatriz Merlotti Herédia e Anthony Beux Tessari. Caxias do Sul, 17 abr. 2017. [A entrevista se encontra gravada em áudio e vídeo e transcrita no Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul].

CARRER, Analice. Entrevista concedida à Vania Beatriz Merlotti Herédia e Anthony Beux Tessari. Caxias do Sul, 30 maio 2017. [A entrevista se encontra gravada em áudio e vídeo e transcrita no Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul].

DAMBROS, Zeli. Entrevista concedida à Vania Beatriz Merlotti Herédia e Anthony Beux Tessari. Caxias do Sul, 20 dez. 2016. [A entrevista se encontra gravada em áudio e vídeo e transcrita no Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul].

GAZOLA, Fúlvia Stedile Angeli. Entrevista concedida à Vania Beatriz Merlotti Herédia e Anthony Beux Tessari. Caxias do Sul, 20 dez. 2016. [A entrevista se encontra gravada em áudio e vídeo e transcrita no Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul].

OMIZZOLO, Shirlei; ARGENTA, Eda; ROSA, Márcia; DEMARI, Rosane Bender. Entrevista concedida à Vania Beatriz Merlotti Herédia e Cristiane Sebem Damo. Caxias do Sul, 10 out. 2017. [A entrevista se encontra gravada em áudio e transcrita no Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul].

OSELAME, Lisete. Entrevista concedida à Vania Beatriz Merlotti Herédia e Anthony Beux Tessari. Caxias do Sul, 30 maio 2017. [A entrevista se encontra gravada em áudio e vídeo e transcrita no Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul].

SOTORIVA, Ana Paula Cechinato; SALES, Eliana Castellan; KOPPE, Eroni Mazzochi; GRASSELLI, Nádia Emer; SANGALI, Salete; ALEXANDRE, Vanessa Chinelatto de. Entrevista concedida à Vania Beatriz Merlotti Herédia e Anthony Beux Tessari. Caxias do Sul, 25 abr. 2017. [A entrevista se encontra gravada em áudio e transcrita no Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul].

TORRESINI, Magda Corsetti; POSTALI, Nair; NORA, Neiva. Entrevista concedida à Vania Beatriz Merlotti Herédia e Anthony Beux Tessari. Caxias do Sul, 17 abr. 2017. [A entrevista se encontra gravada em áudio e vídeo e transcrita no Instituto Memória Histórica e Cultural da Universidade de Caxias do Sul].

Fontes Impressas – Periódicos

CAXIAS NOTÍCIAS. *Conselho dá incentivo a participação da mulher*. Caxias do Sul, RS, 26 jun. 1997, p. 12.

CAXIAS NOTÍCIAS. *Projeto quer aplicar qualidade na família*. Caxias do Sul, RS, 14 ago. 1999, p. 11.

CAXIAS NOTÍCIAS. *Entidade promove evento dirigido para o Conselho da Mulher*. Caxias do Sul, RS, 14 ago. 1998, p. 32.

CAXIAS NOTÍCIAS. *CIC promove painel da mulher*. Caxias do Sul, RS, 21 ago. 1998, p. 36.

CAXIAS NOTÍCIAS. *Conselho da Mulher retoma atividades*. Caxias do Sul, RS, 11 mar. 2000, p. 10.

CORREIO RIOGRANDENSE. *Banco da Mulher*. Caxias do Sul, RS, 9 jun. 1999, p. 10.

CAXIAS NOTÍCIAS. *Banco da Mulher*. Caxias do Sul, RS, 7 maio 2003, p. 8.

CAXIAS NOTÍCIAS. *Banco da Mulher elege nova gestão*. Caxias do Sul, RS, 5 ago. 2003, p. 3.

GAZETA DE CAXIAS. *Homenagem às mulheres – O Conselho da Mulher Empresária e Executiva*. Caxias do Sul, RS, 4 a 10 mar. 2006, p. 3.

GAZETA DE CAXIAS. *CIC e o dia da mulher*. Caxias do Sul, RS, 25 a 3 mar. 2006, p. 3.

GAZETA DE CAXIAS. *Banco da Mulher elege nova gestão*. Caxias do Sul, RS, 26 jun. 1997, p. 33.

GAZETA DE CAXIAS. *Banco da Mulher oferece oportunidade de crescimento*. Caxias do Sul, RS, 11 e 12 out. 1997, p. 20.

PIONEIRO. *Lançado o Conselho da Mulher Empresária*. Caxias do Sul, RS, 15 abr. 1997, p. 8.

GAZETA DE CAXIAS. *Conselho da Mulher comemora um ano*. Caxias do Sul, RS, 3 jun. 1998, p. 25.

TEMPO TODO. *Mulheres organizam atividades*. Caxias do Sul, RS, 5 a 11 mar. 2004, p. 12.

TEMPO TODO. *Encontro da mulher empreendedora*. Caxias do Sul, RS, 6 a 12 mar. 2009, p. 2.

TEMPO TODO. *Conselho da Mulher Empresária e Executiva realiza Noite da Salada*. Caxias do Sul, RS, 25 nov. 2005, p. 3.

TEMPO TODO. *Palestra – Conselho da Mulher Empresária e Executiva*. Caxias do Sul, RS, 21 a 27 out. 2005, p. 2.

TEMPO TODO. *Divina Cozinha*. Caxias do Sul, RS, 14 jul. 2005, p. 4.

TEMPO TODO. *Somando Ideias*. Caxias do Sul, RS, 21 jul. 2005, p. 7.

TEMPO TODO. *Projeto – Somando Ideias*. Caxias do Sul, RS, 20 jul. 2006, p. 2.

TEMPO TODO. *Palestra – 10 anos do Conselho da Mulher Empresária e Executiva*. Caxias do Sul, RS, 21 ago. 2007, p. 4.

TEMPO TODO. *Dia da mulher II*. Caxias do Sul, RS, 2 a 8 mar. 2007, p. 2.

TEMPO TODO. *Mulher*. Caxias do Sul, RS, 29 fev. 2008, p. 2.

Conselho da Empresária em 2017

Presidente: Zeli Dambros

Vice-presidente: Cintia Buzin

Conselheiras

Agatha Tonietto

Angela Freire

Beatriz Caregnato da Silva

Claudia Vieira

Christiane Finger

Denise F. C. Gallio

Eda Cousseau Argenta

Franciele Granada

Grasiela Sheid Tesser

Liliana Zambon

Lisete Alberici Oselame

Márcia Rosa

Maria Gorete Gedoz

Marta Michelin

Monica R. Paraboni

Paula Chiarello

Rosane Bender Demari

Sandra Granetto

Simoni Schiavo

Sirlei Massoni

Teresinha Tregansin

**Presidentes do Conselho da Empresária
desde sua fundação**

Marta Stumpf

[abril a junho de 1997]

Fúlvia Stedile Angeli Gazola

[julho de 1997 a maio de 1999]

Lisete Oselame

[junho de 1999 a dezembro de 2001]

Mirtes Rodrigues

[2002 a 2004]

Eda Argenta

[2005]

Cláudia Sassi

[2006 a 2007]

Marta Michelin

[2008 a 2009]

Rosane Demari

[2010 a 2011]

Shirlei Omizzolo

[2012 a 2013]

Márcia Rosa

[2014 a 2015]

Zeli Dambros

[2016 a 2017]

Integrantes do Conselho da Empresária desde sua fundação

Adriana Becker Narvaes
Agatha Maria Tonietto
Ana Mery Sehbe De Carli
Angela de Cássia Freire
Anna Izabel Corsetti
Beatriz Caregnato da Silva
Célia Marin
Christiane Finger
Cinara Alexandre Gobbi
Cintia Buzin
Claudia Vieira
Cláudia Sassi
Cleusa Lisot
Daniela Fiorese Lucchese
Denise Focardi C. Gallo
Dina Beatriz de Queiroz Gazola
Eda Cousseau Argenta
Eleuse Citton
Elizete Tondo
Elsa Marinho de Antoni
Fabiana Restelatto Tadiello
Franciele Granada
Fúlvia Stedile Angeli Gazola
Grasiela Scheid Tesser
Jane Maria da Silva Santos
Joice Baugarten
Josiane Fochesato
Julia Dunia Schmitt
Jycela Pante
Leonor Guimarães
Liamara Stürmer
Liliana Zambon da Silveira
Lisete Alberici Oselame
Magali Quadros

Magda Regina Wormann
Márcia Duso
Márcia Marangon Rosa
Margareth Dezorzi
Maria Gorete Gedoz
Maria Helena Ayala
Maria Luiza Calcagnoto
Maria Inês Argenta
Marien Salatino Rech
Marília Dal Zotto
Marli Trentin
Marta De Antoni Susin
Marta Michelin
Marta Stumpf
Mirian Gazola
Mirtes Fabris Rodrigues
Monica R. Paraboni
Nilva Theresinha Randon
Paula Chiarello
Rosane Bender Demari
Sandra Granetto
Shirlei Omizzolo
Silvana Mosele
Simoni Schiavo
Sirley Sonda Massoni
Stelamaris Parenza
Suzana Maria De Conto
Tatiana Andreola
Teresinha Tregansin
Valéria Alberti
Valéria Rossarola
Véra Stedile Zattera
Zeli Dambros



Acervo
de
memórias

CIC

Conselho da Mulher comemora um ano

Equipe de executivas está no comando de projetos financeiros e assistenciais

Caxias do Sul – O Conselho da Mulher Empresária e Executiva da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços (CIC) chega ao primeiro ano com razões de sobra para comemorar. Braço da Diretoria de Eventos e Promoções da CIC, o conselho reúne 30 mulheres, responsáveis por fazer acontecer quatro projetos de fôlego na área empresarial caxiense. O Banco da Mulher, o CD-Rom da CIC, a pesquisa sobre o analfabetismo nas empresas e o cadastro cultural estão alavancando a entidade para toda a comunidade.

O CD-Rom da CIC, em fase de elaboração, pretende ser o cartão de visitas da cidade e da própria Câmara. A intenção, explica a diretora de eventos e promoções, Fúlvia Angeli Gazola, é que o material seja utilizado em missões empresariais para outros estados e para o Exterior, apresentando o potencial econômico de Caxias do Sul. O CD deve ser lançado em novembro.

Na área da educação e cultura, o Conselho da Mulher está cadastrando artistas, músicos e pintores atuantes na cidade. Uma espécie de banco de dados cultural, o cadastro vai servir de referência para o meio empresarial. Com as informações, os empreendedores locais vão ter condições de definir desde o personagem para atuar em uma festa ou evento da organização até o melhor profissional para investir culturalmente. “É uma bela forma



Aniversário: palestra sobre investimentos

de o artista vender a sua arte”, afirma Fúlvia.

A empresária explica que o conselho nasceu da necessidade de trazer a mulher, atuante no mercado de trabalho, para participar da CIC. “Conseguimos acabar com o estigma de que a CIC é uma entidade masculina.” Para exemplificar, Fúlvia lembra que até pouco tempo as tradicionais reuniões-almoço de segunda-feira eram reduto dos homens. Hoje, há dias em que dois terços da participação é feminina. Ontem, o conselho marcou o aniversário com a palestra Investimentos: Caminhos e Alternativas, ministrada pelo diretor da Diferencial Corretora de Títulos Mobiliários SA, Antônio Carlos Bal-di.

- Notícia sobre o Conselho da Empresária no Jornal Pioneiro de 3 de junho de 1998.

Ata N.º 01

Aos dezesseis dias do mês de maio de mil novecentos e noventa e ^{nois} na sede da Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Caxias do Sul, realizou-se reunião ordinária do Conselho da Mulher Executiva/Empresária e que contou com as presenças de Eulbia Angeli Gazda, diretora Alcivici Osame, Maria Inês Argenta, ffe, da Ponte, Terezinha Trugansin, Dina Gazda, Eleus Cittern, Cleusa de ~~est~~ e Júlia Rímia Tomé Schmitt. Foram abordados na reunião os seguintes assuntos:

- 1) A diretora de Comunicação e Marketing da CIC, Eulbia Angeli Gazda, comunicou aos presentes que, a partir desta data, a diretora Alcivici Osame assume a coordenação do Conselho da Mulher.
- 2) Foi apresentado pela coordenadora o projeto CIC QUALIDADE DE VIDA e discutido diversos pontos do projeto com as integrantes do Conselho.
- 3) Foi sugerido pelo grupo a criação de comitês ou comissão de trabalho para desenvolver o projeto, a seguir citados: Saúde, Alimentação e Higiene, Meio Ambiente, Relações Empresariais, Esportes e Lazer e Cultura.
- 4) As integrantes do Conselho da Mulher ficaram de sugerir nomes de novas integrantes para ampliar o grupo.

Nada mais havendo a tratar, eu, Ferrata Gibuti, na qualidade de secretária lavrei esta ata.

Ferrata Gibuti *Alcivici Osame* *Elisete B. Argenta*
Eleus Cittern *Cleusa de* *Maria Inês Argenta*
Dina Trugansin *Lucil R. de Souza*

• Ata n. 1, datada de 18 de maio de 1999. Registro da primeira reunião ordinária do Conselho da Empresária.



• Primeira edição da Noite da Salada, 2005. Autoria: Julio Soares/Objetiva.



• Missão do Conselho da Empresária para Foz do Iguaçu, PR. Data: 2010
Autoria: Conselho da Empresária/CIC.



• Missão do Conselho da Empresária para o Rio de Janeiro, RJ. 2012.
Autoria: Conselho da Empresária/CIC.



• Missão do Conselho da Empresária para Belo Horizonte, MG. 2014.
Autoria: Conselho da Empresária/CIC.



• Reunião-Almoço na CIC. 2015. Autoria: Julio Soares/Objetiva.



• Voluntárias do Banco da Mulher de Caxias do Sul. 2017. Foto: Elisa Comandulli.



• Conselheiras na Câmara de Comércio de Lisboa, Portugal, durante Missão Internacional do Conselho da Empresária. 2016. Autoria: Margareth Dezorzi.





• Grupo de Integração do Conselho da Empresária. 2017. Autoria: Candice Giazzon.





• Café com Informação. 2016. Foto: Conselho da Empresária/CIC.





• Encontro da Mulher Empreendedora. 2005. Aatoria: Julio Soares/Objetiva.



• Noite da Salada. 2015. Aatoria: Julio Soares/Objetiva.



• Conselho da Empresária, 2017. Autoria: Julio Soares/Objetiva.

FLORENSE

Fundada em 1953, a Florense é referência mundial em mobiliário de alto padrão.

Seu mix de produtos contempla todos os ambientes residenciais e corporativos, diferenciando-se pelo *design*, alta tecnologia associada ao trabalho artesanal e mais de 240 finíssimos padrões de acabamentos.

A excelência dos serviços prestados por sua rede internacional de franquias – 56 no Brasil e 10 no exterior – complementa a qualidade dos produtos, justificando a credibilidade e confiança que a marca conquistou junto aos arquitetos e designers de interiores e aos consumidores mais exigentes.



MULHERES EMPREENDEDORAS: A CONSTRUÇÃO DE UMA CAMINHADA

“O EMPREENDEDORISMO SE FAZ PRESENTE NESTA REGIÃO PELA CAPACIDADE QUE AS MULHERES APRESENTAM PARA RESOLVER PROBLEMAS, ENFRENTAR SITUAÇÕES, FAZER DIFERENTE, AGIR, APRENDER DE FORMAS DISTINTAS, ENFRENTAR RISCOS, TER CORAGEM, DUPLICAR JORNADAS E ESTAR SEMPRE PRESENTE NAS PRINCIPAIS ATIVIDADES QUE AS CERCAM.”

“AS MULHERES EMPREENDEDORAS, EM SUAS NARRATIVAS, MOSTRAM QUE A CAMINHADA NÃO FOI GRATUITA E QUE POR PARTE DE MUITAS RESULTOU DE SUPERAÇÃO DE DIFICULDADES, ESFORÇOS E RENÚNCIAS NA BUSCA DA REALIZAÇÃO COMO PESSOA, COMO PROFISSIONAL E COMO MULHER.”

ANTHONY BEUX TESSARI
VANIA BEATRIZ MERLOTTI HERÉDIA
(ORGANIZADORES)

PATROCÍNIO:

FLORENSE



REALIZAÇÃO:



ISBN 978-85-7061-881-8



9 788570 618818